



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

JOÃO ESTEVÃO DA SILVA

**ESCOLA NEGROS DO OSSO: CONCEPÇÕES, PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS E SIGNIFICADOS CULTURAIS DE UMA
COMUNIDADE QUILOMBOLA EM PESQUEIRA – PE**

CAMPINA GRANDE – PB

2018

JOÃO ESTEVÃO DA SILVA

**ESCOLA NEGROS DO OSSO: CONCEPÇÕES, PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS E SIGNIFICADOS CULTURAIS DE UMA
COMUNIDADE QUILOMBOLA EM PESQUEIRA – PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Práticas Educativas e Diversidades.

Orientadora: Dra. Fernanda de Lourdes Almeida Leal

CAMPINA GRANDE – PB

2018

S586e Silva, João Estevão da.
Escola Negros do Osso: concepções, práticas pedagógicas e significados culturais de uma comunidade quilombola em Pesqueira - PE/ João Estevão da Silva. - Campina Grande, 2018.
150 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2018.
"Orientação: Profa. Dra. Fernanda de Lourdes Almeida Leal".
Referências.

1. Educação - Escola. 2. Comunidade Quilombola. I. Leal, Fernanda de Lourdes Almeida. II. Título.

CDU 37.04:316.334.55(043)

JOÃO ESTEVÃO DA SILVA

**ESCOLA NEGROS DO OSSO: CONCEPÇÕES, PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS E SIGNIFICADOS CULTURAIS DE UMA
COMUNIDADE QUILOMBOLA EM PESQUEIRA – PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em: **08/11/2018**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Fernanda de Lourdes Almeida Leal

Presidente

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/PPGE^d)

Prof. Dr. André Augusto de Lira

Membro Interno

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/PPGE^d)

Profa. Dra. Verena Sevá Nogueira

Membro Externo

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/PPGE^d)

AGRADECIMENTOS

Os nossos agradecimentos aos membros da Comunidade Quilombola Negros do Osso, e a todos os profissionais da Escola Negros do Osso. E de uma forma muito especial, a todos que contribuíram com as entrevistas, repasse de documentos e de todas as informações possíveis e necessárias para a construção do *corpus* da pesquisa. Com muito orgulho de ter vivenciado a riqueza do conhecimento, agradeço a todos os professores do Programa de Pós-graduação em Educação da UFCG, e, de forma muito especial, à minha orientadora Fernanda de Lourdes de Almeida Leal que, com o rigor acadêmico e paixão pelo conhecimento, proporcionou um processo de orientação de forma incansável, com uma paciência didática marcada por um coração que tremula com bandeiras das causas humanistas pela construção de justiça social para os camponeses e todos os segmentos sociais oprimidos no Brasil. Paraphrasing Santo Agostinho: “Tudo que acontece ao homem é por vontade e desígnio da graça de Deus.”. E foi e é uma graça de Deus a sua orientação, a sua amizade. Agradeço também aos membros da banca de qualificação e que integram a banca de defesa, os professores Dr. André Augusto de Lira e Dra. Verena Sevá Nogueira, pelas sugestões e orientações dadas, especialmente no momento da qualificação.

Os meus agradecimentos pelo apoio ofertado da minha esposa Maria das Dores, e do meu filho Emiliano Estevão. E, de uma forma muito especial, com toda ternura do meu coração, agradeço à minha filha Marina Estevão, que me acompanhou, colaborando em todo o processo da realização da pesquisa.

Agradeço a todos os professores que me ensinaram no decorrer da minha formação educacional, e com especial gratidão aos professores Alder Júlio, Mário Maragon e Antônio Montenegro.

Os meus agradecimentos eternos ao meu pai, por ter me ensinado a ser um forte guerreiro da raça negra, e à minha querida mãe, que me ensinou a usar a arma da ternura do coração que me fez escrever este pequeno verso: “Há um canto no ar, há quem cante por cantar, há quem cante por amar.”

“Sagrada Esperança”

Agostinho Neto

Minha Mãe

(todas as mães negras

cujos filhos partiram)

tu me ensinaste a esperar

como esperaste nas horas difíceis

Mas a vida

matou em mim essa mística esperança

Eu já não espero

sou aquele por quem se espera

Sou eu minha Mãe

a esperança somos nós

os teus filhos

partidos para uma fé que alimenta a vida

Hoje

somos as crianças nuas das sanzalas do mato

os garotos sem escola a jogar a bola de trapos

nos areais ao meio-dia

somos nós mesmos

os contratados a queimar vidas nos cafezais

os homens negros ignorantes

que devem respeitar o homem branco

e temer o rico

somos os teus filhos

dos bairros de pretos

além aonde não chega a luz elétrica

os homens bêbedos a cair

abandonados ao ritmo dum batuque de morte

teus filhos

com fome

com sede

com vergonha de te chamarmos Mãe

com medo de atravessar as ruas
com medo dos homens
nós mesmos
Amanhã
entoaremos hinos à liberdade
quando comemorarmos
a data da abolição desta escravatura
Nós vamos em busca de luz
os teus filhos Mãe
(todas as mães negras
cujos filhos partiram)
Vão em busca de vida.

RESUMO

Esta pesquisa realizou investigação sobre uma escola quilombola situada na Comunidade Negros do Osso, no município de Pesqueira-PE. O objetivo geral da pesquisa foi verificar as concepções, práticas pedagógicas e os significados culturais da Escola Negros do Osso, emitidos por alunos, professores e lideranças da Comunidade Negros do Osso. O estudo realizado faz uma articulação entre educação e quilombo, observando aspectos da comunidade investigada. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com traços etnográficos, que realizou observações e entrevistas semiestruturadas, analisadas à luz da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). Os sujeitos da comunidade quilombola investigada com os quais tivemos contato no âmbito desta pesquisa consideram a escola um grande ganho para a comunidade. Ela é espaço de realização da escolarização, mas também de esperança de dias melhores para os filhos e filhas das famílias da Comunidade Quilombola Negros do Osso e dos sítios vizinhos, que também estudam nela. Ademais, essa escola pode ir além, segundo os sujeitos da pesquisa, no que diz respeito à gestão democrática, ao currículo, ao transporte, à infraestrutura, dentre outros aspectos. A legislação brasileira, sobretudo a partir de 2003, avançou e deu condições para que conquistas fossem realizadas no que tange à relação educação e quilombo. Dentre os dispositivos legais, ressaltamos a Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (BRASIL, 2012), que muito contribuiu para a inserção da cultura do negro e de conteúdos da cultura afro-brasileira e africana, objetivando a superação do racismo e, conseqüentemente, a possibilidade de inclusão social e profissional para as relações de trabalho no mercado informal e formal da sociedade capitalista vigente no Brasil.

Palavras chaves: Educação – Escola - Comunidade Quilombola

ABSTRACT

This research carried out research on a quilombola school located in the Negros do Osso Community, in the city of Pesqueira-PE. The general objective of the research was to verify the conceptions, pedagogical practices and cultural meanings of the Negros do Osso School, issued by students, teachers and leaders of the Negros do Osso Community. The study makes an articulation between education and quilombo, observing aspects of the community investigated. It is a qualitative research, with ethnographic features, that made observations and semi-structured interviews, analyzed in the light of Content Analysis (BARDIN, 1977). The subjects of the quilombola community investigated with whom we had contact in the scope of this research consider the school a great gain for the community. It is a space for schooling, but also a hope for better days for the sons and daughters of the families of the Quilombola Community Negros do Osso and neighboring sites, who also study in it. In addition, this school can go beyond, according to the research subjects, with respect to democratic management, curriculum, transportation, infrastructure, among other aspects. The Brazilian legislation, especially since 2003, advanced and gave conditions for achievements to be made regarding the education and quilombo relationship. Among the legal provisions, we highlight Law No. 10,639 (BRAZIL, 2003) and the National Curricular Guidelines for Quilombola School Education in Basic Education (BRAZIL, 2012), which greatly contributed to the insertion of black culture and culture content Afro-Brazilian and African, aiming at overcoming racism and, consequently, the possibility of social and professional inclusion for labor relations in the informal and formal market of capitalist society in force in Brazil.

Keywords: Education - School - Quilombola Community

LISTA DE SIGLAS

ADCT	- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ABA	- Associação Brasileira de Antropologia
CID	- Classificação Internacional de Doenças
CAPES	- Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CAAE	- Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CEDAPE	- Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor
COMPESA	- Companhia Pernambucana de Saneamento
CNE	- Conselho Nacional de Educação
EJA – MÉDIO	- Educação de Jovens do Campo – Ensino Médio
FNDE	- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MST	- Movimento dos Sem Terra
MDSCF	- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PRONACAMPO	- Programa Nacional de Educação do Campo
RTID	- Relatório Técnico de Identificação e Titulação
SCIELO	- Scientific Electronic Library Online
UFCG	- Universidade Federal de Campina Grande
UNICAMP	- Universidade Estadual de Campinas
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	- Fundo das Nações Unidas para a Infância
UFMT	- Universidade Federal de Mato Grosso

LISTA DE QUADROS E FOTOS

QUADROS:

Quadro 01	Número de alunos, considerando escolaridade e faixa etária no turno da manhã	84
Quadro 02	Número de alunos, considerando escolaridade e faixa etária no turno da tarde	84
Quadro 03	Número de alunos, considerando escolaridade e faixa etária no turno da noite	85
Quadro 04	Número de professores, formação e etnia	89
Quadro 05	Número de funcionários, formação e etnia	89

FOTOS:

Foto nº01	Estrada que leva à Comunidade Negros do Osso – Município de Pesqueira – PE. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador – janeiro de 2018	33
Foto nº02	Cacimba de água potável, utilizada pela população quilombola. – Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador janeiro de 2018	34
Foto nº03	Devarniel Ferreira Macena, Presidente da Associação Negros do Osso. – Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador- agosto de 2018	38
Foto nº04	Erivaldo Francisco, carregando água para o lote do MST. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador – janeiro de 2018	42
Foto nº05	Plantação de milho e feijão do roçado de Erivaldo e família, no Lote do MST. Foto do pesquisador – janeiro de 2018	44
Foto nº06	Izabel, comerciante na feira livre de Pesqueira – PE. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador – agosto de 2018	44
Foto nº07	Capela Católica da Comunidade Negros do Osso. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador– janeiro de 2018	48
Foto nº08	Tatu-peba	52
Foto nº09	Agrovila da Comunidade Quilombola Negros do Osso. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador – janeiro de 2018	53

Foto nº10	Foto parcial do quintal de uma casa na Comunidade Quilombola Negros do Osso. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador – janeiro de 2018	54
Foto nº11	Confecção de vassoura por uma família quilombola. – Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador janeiro de 2018	55
Foto nº12	Maria da Dores Teixeira Galindo da Silva Tesoureira da Associação negros do Osso. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador – maio de 2018	57
Foto nº13	Da “Parteira” Maria Francisca Macena com seus netos. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador - maio de 2018	60
Foto nº14	Sebastião Macena dos Santos, professor do grupo de capoeira na Comunidade Negros do Osso. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador - agosto de 2018	62
Foto nº15	1º Fórum Comunitário do Município de Pesqueira – PE. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador - agosto de 2018	63
Foto nº16	Grupo de crianças e adolescentes assistidos pelo Programa de Fortalecimento de Vínculos. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador – janeiro de 2018	64
Foto nº17	Uma criança da Comunidade Quilombola Negros do Osso. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador – janeiro de 2018	66
Foto nº18	Professor da Escola Quilombola Negros do Osso, Romero Monteiro dos Santos. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador – 25 de abril 2017	75
Foto nº19	Primeira estrutura física da Escola Negros do Osso inaugurada em junho de 2009. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador.....	77
Foto nº20	Placa de inauguração da Escola Negros do Osso, em junho de 2009. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador.....	77
Foto nº21	Maria Graciete, estudante da Escola Negros do Osso	79
Foto nº22	Manoel José da Silva. Estudante da Escola Estadual Cristo Rei, no Município de Pesqueira – PE. Janeiro de 2018. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador	81

Foto nº23	Fotografia da nova Escola Quilombola Negros do Osso. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador	83
Foto nº24	Foto dos alunos, saindo da aula na Escola Negros do Osso. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador	85
Foto nº25	Fotografia de um aluno da Escola Negros do Osso. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador	87
Foto nº26	Aline Brito, Diretora da Escola Negros do Osso. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador – agosto de 2018	88
Foto nº27	José Dêncio, Vice-presidente da Associação Quilombola Negros do Osso. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador	93
Foto nº28	Placa afixada abaixo do busto do ex-governador do estado de Pernambuco, Eduardo Henrique Accioly Campos. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador	94
Foto nº29	Erivaldo Francisco Leite com sua esposa, e suas três filhas estudantes da Escola Negros do Osso. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador – maio de 2018	98
Foto nº30	Joelma, aluna do EJA Médio da Escola Negros do Osso. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador – agosto de 2018	100
Foto nº31	Renata Santos da Silva, professora da Escola Negros do Osso. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador – agosto de 2018	101
Foto nº32	Erivaldo Francisco Leite da Silva, bisneto de Manuela. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador – agosto de 2018	102
Foto nº33	Erivaldo Francisco Leite da Silva, agricultor da Comunidade Negros do Osso. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador – agosto de 2018	127
Foto nº34	Rodrigo Ferreira Leite, filho de Erivaldo Francisco Leite da Silva e aluno da Escola Negros do Osso. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador – agosto de 2018	128
Foto nº35	Imagem de uma planta nativa do entorno da Comunidade Quilombola Negros do Osso. Fonte: fotografia realizada pelo pesquisador – agosto de 2018	129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1º CAPÍTULO: NEGROS DO OSSO – constituição e práticas sociais e culturais de uma Comunidade Quilombola	32
1.1 Localização, origem e pertencimento	32
1.2 Luta pela terra e formas múltiplas de ser quilombola	37
1.3 Práticas e condições sociais: mulheres, moradia, relacionamentos, práticas religiosas e de sobrevivência	46
1.4 Saúde e capoeira: ausência do Estado, práticas alternativas e resistência	58
2º CAPÍTULO: O DESEJO PELA ESCOLARIZAÇÃO E A CONQUISTA DA ESCOLA NEGROS DO OSSO: considerações históricas e a luta pelo direito à educação	67
2.1 Notas sobre educação e acesso a ela pelo povo negro	67
2.2 Escola Negros do Osso: objeto de luta por reconhecimento e direitos	73
3º CAPÍTULO – AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E OS SIGNIFICADOS DA ESCOLA NEGROS DO OSSO	99
3.1 Os sujeitos da pesquisa	99
3.1.1 Perfil dos alunos	99
3.1.2 Perfil dos professores	100
3.1.3 Perfil das lideranças	101
3.2 A perspectiva dos alunos	102
3.2.1 A Escola e sua importância/conquista	102
3.2.2 Proposta pedagógica e conteúdos	104
3.2.3 Expectativas em relação à Escola	105
3.2.4 O desejo de como a Escola deveria ser	107
3.2.5 Contribuição da Escola Negros do Osso para o futuro dos alunos	108
3.2.6 Avaliação da Escola Negros do Osso	109
3.3 A visão dos professores	110
3.3.1 Prática pedagógica	110
3.3.2 Currículo, Cultura Quilombola, Afro-Brasileira e Africana	111

3.3.3	Conhecimento dos professores sobre a Lei nº 10.639/2003	112
3.3.4	Práticas Educativas	113
3.3.5	Formação continuada para a valorização da cultura negra	114
3.3.6	Materiais Didáticos Utilizados na Escola	115
3.3.7	Autores que norteiam a prática pedagógica	116
3.3.8	A história e valores culturais da Comunidade Negros do Osso na Escola	116
3.3.9	Participação da Comunidade na escola	118
3.3.10	A escola e o desejo dos professores	119
3.3.11	Avaliação da escola pelos professores	119
3.4	A perspectiva das lideranças da Comunidade Negros do Osso	120
3.4.1	A perspectiva da escola pelas lideranças	120
3.4.2	O significado do nome da escola para as lideranças	121
3.4.3	O significado da conquista da Escola para Comunidade	122
3.4.4	Sobre as práticas educativas realizadas pelos professores	123
3.4.5	Temas e conteúdos da história afro-brasileira e africana relaciona- dos à Comunidade Negros do Osso	123
3.4.6	Participação da Comunidade na escola	124
3.4.7	No que a escola pode avançar?	125
3.4.8	Avaliação da Escola	125
3.4.9	Considerações sobre o futuro	127
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
	REFERÊNCIAS	134
	APÊNDICE	142

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa articula educação e quilombo, dando especial atenção a aspectos vinculados à cultura das comunidades quilombolas. Ela buscou em seu objetivo geral verificar as concepções, práticas pedagógicas e os significados culturais da Escola Negros do Osso, emitidos por alunos, professores e lideranças da Comunidade Negros do Osso, localizada em Pesqueira – PE.

A motivação para realizar essa investigação está relacionada a um compromisso histórico com a população negra do Brasil, e, sobretudo, por ser um professor e pesquisador de etnia negra que ministra, há 28 anos, na Faculdade de Belo Jardim – PE, as disciplinas de História, Filosofia e Antropologia Cultural. Tenho uma trajetória de militância em movimentos sociais e articulação com as comunidades que se identificam como quilombos no estado de Pernambuco e com diversos setores e instituições da sociedade civil, tais como associações de moradores, ONG'S e instituições religiosas. Por outro lado, considero que minha experiência pessoal como cidadão afro-brasileiro e de origem vinculada ao campo, vivenciando no cotidiano as práticas do racismo e da exclusão social, contribuiu para ampliar as análises e os debates suscitados na pesquisa.

A investigação buscou minimizar ausências e silêncios de estudos realizados sobre o tema, sobretudo sob a ótica de um pesquisador negro, como também contribuir com novos dados do processo cultural e educacional dos sujeitos que pertencem à Comunidade Quilombola Negros do Osso.

Castilho e Carvalho (2015, p.365), ao se referirem ao eixo de articulação entre educação e cultura quilombola, observam que:

As pesquisas deste eixo buscam compreender como/ou se a educação escolar leva em conta os repertórios culturais locais, saberes e fazeres comunitários em suas propostas pedagógicas curriculares, entendidas como o projeto político pedagógico, o plano de ensino dos professores e suas concepções e práticas pedagógicas.

E é nesse sentido apontado pelas autoras que fizemos uma análise para compreender a própria comunidade onde fica a escola que é central nesta investigação, as dinâmicas da escola, suas propostas e relações com os sujeitos que fazem parte dela diretamente e com a própria comunidade e os sentidos que a escola produz para educandos, educadores e lideranças da comunidade. Nessa perspectiva,

consideramos concepções de alunos e professores acerca de práticas pedagógicas realizadas na referida escola, sem deixar de considerar os demais agentes que são importantes à compreensão do tema, como pessoas da comunidade investigada, e demais sujeitos pertinentes ao objeto de estudo pesquisado.

Este trabalho considerou um cenário mais amplo, presente na história da humanidade, na qual se processou a tragédia da escravidão africana e sua expansão para os demais continentes, com predominância da dominação branca europeia. Mas, sobretudo, problematizou situações específicas, referentes ao universo cultural e educacional de uma determinada comunidade quilombola. Nesse sentido, estamos considerando as manifestações de particularidades desta comunidade, verificadas em duas grandes frentes, que podem ser interpretadas como modos de resistência a uma condição de submissão histórica: 1) a luta e conquista da terra, entendida como um modo de reconhecimento de um grupo social; e, 2) a demanda por escola para crianças, jovens e adultos da comunidade e adjacências, na direção de que possam aprender a ler e formar seus filhos para uma perspectiva de um “futuro melhor”. Tal demanda foi um dos primeiros atos realizados pelos membros da comunidade tão logo ela foi reconhecida pela Fundação Palmares. Nesse sentido, esses dois movimentos presentes na origem da comunidade quilombola que investigamos são marcos importantes na configuração desse estudo.

Estudar a educação quilombola é pensar sobre o silenciamento da transmissão da cultura negra nos projetos educacionais no Brasil. Consideramos dispositivos legais importantes, como a Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e africana, verificando, junto a professores, alunos e pessoas de referência na comunidade, a manifestação dessa concepção pedagógica no currículo e nas práticas educacionais e pedagógicas. Como um dos objetivos deste trabalho está a contribuição de que ele pode contribuir para o fortalecimento e a visibilidade social e política da comunidade na qual foi realizado o estudo e, de modo mais amplo, na própria luta que as comunidades quilombolas travam por educação, reconhecimento e conquista de todos os direitos pela acessibilidade social e visibilidade existencial.

Buscamos conhecer e analisar as concepções e práticas pedagógicas de professores que atuam na Escola Quilombola Negros do Osso, no sentido de compreender o que pensam alunos, professores e lideranças da Comunidade e sobre sujeitos externos nas relações sociais e políticas do poder. O processo de luta e

conquista da escola, seu funcionamento e seus significados para vida cotidiana da comunidade. No decorrer da pesquisa, buscamos conhecer aspectos importantes da cultura da Comunidade Quilombola Negros do Osso, como práticas de permanência e ruptura da herança cultural afro-brasileira com seus embates e conflitos diante da predominância e dominação do pensamento eurocêntrico, presente nas relações sociais que produziu uma visão de mundo, invisibilizando o negro e sua cultura, sobretudo negando o direito de igualdade educacional, social e o exercício pleno de cidadania.

Para Munanga (2001), existem muitas semelhanças entre os quilombos africanos e brasileiros. Uma delas diz respeito ao tempo histórico do período da colonização portuguesa no Brasil. Historicamente, o fenômeno da organização social dos quilombos aparecerá em diversos lugares no período do Brasil Colônia. Surgiu como um movimento social de protesto contra as relações perversas da escravidão, sendo os quilombos um acontecimento histórico de resistência e um espaço de valorização da cultura africana.

O termo quilombo é delineado na história brasileira por uma série de ressignificações, as quais dizem sobre os períodos políticos e seus momentos históricos. Os primeiros estudos sobre a escravidão no Brasil realizaram uma investigação tendo por base o período colonial e foi revelada através da documentação as péssimas condições vivenciadas pelos negros nas senzalas, os maus tratos, os castigos constantes, a separação dos membros da família como objetivo de evitar revoltas internas e o abuso sexual com as mulheres negras pelos senhores. Provocaram reações de banzo, que significava a negação do trabalho pelo escravo, não aceitando comer, levando-o, assim, à morte por inanição. A perda pelo desejo de viver do escravo pode hoje ser definida como depressão ou resistência à escravidão. Contudo, na época, foi analisado como prejuízo para os senhores e o motivo de tal comportamento nos registros oficiais era uma constatação da saudade do negro da África.

Segundo Moura (2004), o primeiro trabalho sobre o banzo apresentado no Brasil foi de Luis Antônio de Oliveira Mendes, “Memória a respeito dos escravos e tráficos da escravatura entre a costa d’África e o Brasil”, apresentado à Real Academia de Ciências de Lisboa, em 1783, e publicado em 1812.

Para analisar o banzo como uma moléstia mental dos escravos, o autor supracitado teve como base o relato dos senhores que, em sua visão de prejudicado

economicamente, forneceram informações de que os negros morriam por inanição ou cometiam suicídio se afogando em rios e se enforcando em árvores, ou, ainda, tomando venenos por sua tristeza ser muito grande da saudade da sua vida na África. Assim, ao chegarem ao Brasil ficavam tristes. Conforme Oliveira Mendes (2007, p.393),

Uma, e das principais moléstias crônicas, que sofrem os escravos, a qual pelo decurso do tempo os leva à sepultura, vem a ser o banzo. O banzo é um ressentimento entranhando por qualquer princípio, como, por exemplo: a saudade dos seus, e da sua pátria; o amor devido a alguém; a ingratidão, e aleivosia, que outro lhe fizera; a cogitação profunda sobre a perda a liberdade; a meditação continuada da aspereza [da tirania] com que os tratam; o mesmo mal trato, que suportam; e tudo aquilo que pode melancolizar. É uma paixão da alma, a que se entregam, que só é extinta, [só dão por extinta] com a morte: por isso [em seu competente lugar] [...]

Nessa visão de Oliveira Mendes é possível verificar que o banzo é conceituado como uma moléstia crônica e aponta de alguma maneira as “saudades dos seus e da sua pátria”, para um futuro diagnóstico da doença da alma (depressão).

Uma boa definição sobre o banzo podemos destacar em Moura (2004). No Dicionário da Escravidão Negra no Brasil, Moura (2004, p.63) define o banzo da seguinte forma:

Estado de depressão psicológica que se apossava do africano logo após seu desembarque no Brasil. Geralmente os que caíam nesta nostalgia profunda, acabavam morrendo. Atribui-se tal estado depressivo à saudade da aldeia da qual provinham, de modo que o banzo atingia somente a primeira geração de escravos, isto é, aqueles diretamente importados da África.

O que podemos verificar no passado é uma folclorização do banzo como saudade da África, talvez pelo motivo do negro ter sido estudado pela História, Antropologia, Educação, dentre outras, muito mais pelas torturas físicas e danos sociais, do que pelo sofrimento e as manifestações da alma. E, sobretudo, como uma forma de resistência ao impiedoso processo de escravização pelo qual passou o negro. Podemos observar, também, que essa realidade ainda se manifesta nas temáticas do presente, onde o racismo é estudado muito mais exterior ao corpo e muito pouco se considera as “marcas” e danos interiores do sofrimento da alma do negro do Brasil.

Outro caminho de resistência dos negros foi a fuga para a construção da liberdade na organização social dos quilombos, em lugares de matas com difícil acesso, para dificultar a localização e perseguição do capitão do mato, a mando dos senhores de escravos. Conforme Almeida (1999, p.47):

Os primeiros estudos levaram a uma referência histórica do período colonial. Quase todos os autores consultados, do presente ou do passado- desde o clássico de Perdigão Malheiro, *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*, que é de 1866, até os recentes trabalhos de Clóvis Moura, de 1996-, trabalhavam com o mesmo conceito jurídico-formal de quilombo, um conceito que ficou, por assim dizer, frigorificado. Esse conceito, composto de elementos descritivos, foi formulado com uma “resposta ao rei de Portugal” em virtude de consulta feita ao Conselho Ultramarino, em 1740. Quilombo foi formalmente definido como “toda habilitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele.”

O negro que fugia do cativeiro era considerado um rebelde que buscava a restauração da sua dignidade através da liberdade em lugares serranos de difícil acesso. A experiência mais expressiva foi a do Quilombo dos Palmares, sediado na serra da Barrica, capitania de Pernambuco, e na atualidade pertencente ao estado de Alagoas. Os quilombos no Brasil se constituíram como um movimento social de contraposição a uma sociedade latifundiária escravista, sendo uma luta contra as atrocidades cometidas pelos senhores de escravos, através das práticas desumanas expressas no cotidiano das senzalas. Segundo Moura (2001, p. 104), o quilombo tinha, portanto, como justificativa de existir essa resistência radical por parte do ser escravizado, era um modelo de protesto organizado.

Com a proclamação da República, o termo quilombo sofre novas ressignificações na ordem dos discursos políticos e de estudos acadêmicos. Para Arruti (2008), a primeira nova ressignificação da República se deu com os estudos de Nina Rodrigues, que vai realizar uma pesquisa sobre a população negra, em “Africanos no Brasil”, no ano de 1905, e busca justificar a urgência dos estudos da cultura afro-brasileira, pois a raça pura negra estava prestes a desaparecer por causa da miscigenação. Partindo dos seus pressupostos teóricos do conceito de superioridade da raça branca, produziu uma análise negativa do negro, que compreendia, através da teoria eugênica, a presença do negro e da miscigenação como problema social para o desenvolvimento do Brasil, pois considerava a condição social do negro primitiva e de inferioridade cultural com relação à supremacia da cultura branca.

De acordo com Schwarcz (1993, p.208):

O receio maior não se dirigia às “raças negras de puro-sangue, como sudaneses” (1933/88:270), isto é não sujeitas a sucessivos cruzamentos. Estas, apesar de consideradas inferiores aos grupos brancos, tinham seu “potencial” avaliado e dimensionado segundo modelos evolucionistas e deterministas de análise. A questão centrava-se na “inexistência de uniformidade étnica” (Rodrigues, 1894/1957) e no extremado processo de cruzamento imperante do país.

Nina Rodrigues, ao resignificar o Quilombo dos Palmares em “Os Africanos no Brasil”, apresenta um conceito de “resistência cultural” em uma perspectiva negativa, desqualificando a cultura africana. Nesse sentido, Arruti (2008, p. 05) vai afirmar que “o tema está em pauta desde de 1905, quando Nina Rodrigues, pela primeira vez, caracterizou Palmares como uma forma de persistência da África no Brasil, um retorno à “barbárie africana”.

O segundo momento da ressignificação do conceito de quilombo na República passaria pela vinculação à resistência, servindo de modelo para se pensar nas classes populares e ordem dominante. Arruti (2008, p.05) vai afirmar que: “Neles a referência à África é substituída pela referência ao estado ou às estruturas de dominação de classe e o quilombo (em especial Palmares) serve para pensar as formas potencialmente revolucionárias de resistência popular.”

O terceiro plano da ressignificação, segundo Arruti (2008, p. 06), é operado pelo movimento negro que, somando a perspectiva cultural ou racial à perspectiva política, elege o quilombo como ícone da resistência negra.

Em 1994, a ABA- Associação Brasileira de Antropologia (1994, p.81-82) elaborou um documento para atender as demandas das populações quilombolas em todo Brasil que não se enquadravam no conceito tradicional de quilombos, apresentando o primeiro paradigma dos quilombos contemporâneos:

Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram construídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio.

A identidade destes grupos não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e de sua continuidade enquanto grupo.

Com o processo de miscigenação no Brasil, os critérios dos sinais de reconhecimento da ciência etnológica baseada em africanidade pura não dava conta das demandas de uma nova realidade histórica que são os quilombos contemporâneos. Estabelecia-se, assim, um compromisso com uma visão culturalista e outra legal.

Segundo Arruti (2008, p.13),

Em primeiro lugar, é necessário chamar atenção para o fato de que o termo escolhido pelos legisladores na formulação do artigo 68 (ADCT/CF-88) foi o mesmo utilizado para descrever a situação das comunidades indígenas pelo

fenômeno das etnogêneses. A coincidência na opção que os agentes políticos, administrativos e judiciais fizeram pelo uso do mesmo termo-chave “remanescentes” para essas duas situações aponta para um habitus dos aparelhos de Estado que introduz o tema dos “Quilombos Contemporâneos” em um certo “senso prático”.

Um segundo paradigma do conceito contemporâneo de quilombo é o de “terra de uso comum” e tem por base o estudo sobre as comunidades negras rurais do território brasileiro.

Arruti (2008, p. 14) vai afirmar que “essa territorialidade, marcada pelo uso comum, teria uma série de manifestações locais, que ganham denominações específicas, tais como Terras de parentes, terras de irmandades, terras de herança e, finalmente, terras de preto. “Com o objetivo de regulamentar e oficializar o direito da posse da terra, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através da instrução normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009:

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o art.68 do ato das disposições transitórias da Constituição Federal de 1988 e o decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003.

O terceiro paradigma do conceito contemporâneo de quilombos é o conceito de etnicidade. Arruti (2008, p. 17) afirma que “há uma introdução de uma forte ênfase no uso do termo etnicidade para dar conta dos processos sociais e simbólicos vividos pela população negra no Brasil na pós-abolição.” Destacamos o marco legal da Constituição de 1988 e as leis complementares para a operacionalização de políticas com vistas à afirmação dos direitos sociais dos negros no Brasil como resultados das lutas históricas do movimento negro e dos processos de resistência estratégica desenvolvida nas ações cotidianas das comunidades quilombolas em todo o país.

Realizamos uma discursão teórica do passado, contextualizando com a situação atual do negro no Brasil. Verificamos que o segundo e terceiro planos da ressignificação, junto com os novos paradigmas dos quilombos contemporâneos, objetivam representar o negro como sujeito de resistência perante o Estado e as estruturas de dominação, acrescentando nas práticas de lutas do Movimento Negro e das Comunidades Quilombolas uma proposição afirmativa cultural e política como um instrumento de democracia e de luta contra a vergonhosa exclusão do negro na vida cultural e econômica no país.

Compreendemos que o processo de abolição foi um ato institucional político das elites brasileiras, que não levou em consideração os danos morais, econômicos e educacionais nestes quase três séculos de escravidão.

Essa situação é analisada por Joaquim Nabuco (2005, p.58), de seguinte maneira

Senhores, a propriedade não tem somente direitos, tem também deveres, e o estado de pobreza entre nós, a indiferença com que todos olham para a condição do povo, não faz honra à propriedade, como não faz honra aos poderes do Estado. Eu, pois, se for eleito, não separarei mais as duas questões — a da emancipação dos escravos e a da democratização do solo. Uma é o complemento da outra. Acabar com a escravidão não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão.

O autor supracitado propõe a reforma agrária vinculada à concretização da liberdade para os negros como uma reforma necessária para a inclusão socioeconômica dos ex-escravos em um novo processo de relações sociais para a democratização do país que estabelecesse a integração nacional. A reforma agrária teria por objetivo quebrar as correntes da escravidão, marcada pela vergonha, pela dependência e exploração nas relações de trabalho, delineada pela humilhação e pela miséria. O autor, vai afirmar ainda, que durante séculos as relações escravocratas prejudicaram as práticas do uso da terra como um direito essencial para a construção da cidadania, de forma que o abolicionismo, segundo Nabuco (2010, p. 456):

[...] significa a liberdade pessoal, ainda melhor, a igualdade civil de todas as classes sem exceção — é assim uma reforma social; significa o trabalho livre — é assim uma reforma econômica; significa no futuro a pequena propriedade —, é assim uma reforma agrária; e como é uma explosão da dignidade humana, do sentimento da família, do respeito ao próximo, é uma reforma moral de primeira ordem.

Um outro aspecto da percepção de Nabuco sobre a situação dos ex-escravos na pós-abolição foi a importância da criação de um projeto de educação como uma condição necessária para a inclusão social e exercício da cidadania do negro no Brasil. Nesse ínterim, o autor Joaquim Nabuco (2005, p. 65), vai afirmar que não seria possível construir um país livre sem a garantia do trabalho e da educação:

A liberdade sem o trabalho não pode salvar este país da bancarrota social da escravidão, nem merece o nome de liberdade; é a escravidão da miséria. O trabalho sem a instrução técnica e sem a educação moral do operário não pode abrir um horizonte à nação brasileira.

O estudo que realizamos da Comunidade Negros do Osso, problematizando a situação educacional e cultural do negro no Brasil, considerou a

construção histórica da invisibilidade do negro no âmbito educacional e cultural, sem desconsiderar sua exclusão em relação à terra, especialmente por uma reforma agrária não realizada, o que gerou uma nova realidade social, mas que não deixou de ser continuidade da escravidão, conduzindo a grande maioria da população negra à uma condição de miséria e exclusão social. Não tendo recebido indenização nem terras para trabalhar, e sem oportunidades de frequentar a escola, a população negra foi estigmatizada por teorias racistas, que instituíram práticas de preconceitos sociais, culturais e educacionais, conforme afirma Nabuco (2005, p. 116):

(...)o trabalhador livre não tinha lugar na sociedade, sendo um nômade, um mendigo, e por isso em parte nenhuma achava ocupação fixa; não tinha em torno de si o incentivo que desperta no homem pobre a vista do bem-estar adquirido por meio do trabalho [...] como vivem, como se nutrem, esses milhões de homens, porque são milhões que se acham nesta condição intermediária, que não é escravo, mas também não é o cidadão.

O processo histórico de resistência quilombola no Brasil recebe nova significação com o surgimento de “quilombismo”, conjunto de proposições lançado por Abdias do Nascimento que, na década de 1930, é motivado pelas críticas ao mito da democracia racial difundida na mentalidade educacional através da obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*. Para Nascimento (2009, p.53):

Nesse momento, a utilização do termo quilombo passa a ter uma conotação basicamente ideológica, basicamente doutrinária, no sentido de agregação, no sentido de comunidade, no sentido de luta, como se reconhecendo homem, como se reconhecendo pessoa que realmente deve lutar por melhores condições de vida, porque merece desde o momento em que faz parte dessa sociedade.

As práticas de resistência utilizadas pelos negros são permeadas por estratégias na vida cotidiana, que podem ser investigadas sob dois conceitos: no primeiro, com conotação mais subjetiva, a resistência é expressa como forma oculta e silenciosa (SCOTT, 2002, p. 51). Neste sentido, resistir significa sobreviver, subvertendo, de forma velada, a ordem estabelecida na formalidade das relações de quem controla o poder. Nesta perspectiva, o silenciamento opera como uma tática de resistência e estas táticas se expressam na vida cotidiana. Conforme Meneses (2013, p. 33), “da resistência cotidiana são citadas as seguintes expressões: fazer corpo mole, dissimulação, condescendência, furto, surrupio, simulação, fuga, difamação, incêndio culposos.”

Para Scott, é nas práticas sociais da vida cotidiana que é possível estudar a resistência a partir das múltiplas faces desenvolvidas pelos sujeitos em condição de opressão e negação dos seus direitos.

Uma outra forma de pensar a resistência está pautada no pensamento de Jean Hébette. O autor apresenta uma visão de resistência pela via da organização, através de associações, sindicatos, cooperativas e igrejas, tendo em suas pretensões uma mudança político-social em uma perspectiva institucionalizada de longo prazo. Para Hébette, apud Pontes e Guerra (2016, p. 57),

A formalização da resistência camponesa expressamente analisada por Hébette se materializa em sujeitos coletivos como os sindicatos de trabalhadores rurais, associações de produtores, cooperativas e pelo apoio de entidades como a Igreja católica e seus militantes configurados e associados pela teologia da libertação expressos pela Comissão Pastoral da Terra, ou ainda pela Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos.

No caso da comunidade quilombola aqui investigada, é perceptível que a mesma tem certo grau de organização, que foi capaz de conquistar o reconhecimento enquanto comunidade quilombola – ainda que em vias de finalização no que se refere à conquista da terra e a implementação da legislação vigente para Escola Quilombola Negros do Osso.

Outro aspecto a considerar nessa linha da resistência diz respeito à produção do conhecimento sobre esse grupo social específico. No que diz respeito à nossa pesquisa, que articula quilombo e educação, um marco importante para compreender melhor e fundamentar a realidade estudada, foi a investigação realizada por Castilho e Carvalho (2015), na direção de realizar um levantamento de teses e dissertações produzidas entre 1995 e 2014, por meio de vários descritores.

As autoras localizaram 136 trabalhos, sendo 110 dissertações e 26 teses, que foram organizadas em um banco digital, e selecionaram 32 pesquisas que abordam a educação escolar básica em escolas localizadas em territórios quilombolas com o objetivo de compreender os principais temas abordados e quais os principais resultados alcançados.

No que diz respeito à relação Educação e Cultura, as autoras ressaltam que a educação realizada nas comunidades quilombolas passou por um longo período de esquecimento, diluída nas políticas da Educação Rural, sem nenhuma política pública e ou pedagógica que considerasse a sua especificidade, sendo o ano de 2003 especialmente importante para a educação das relações étnico-raciais, no geral, e

particularmente para a educação quilombola. A promulgação de legislações, tais como: a Lei nº 10.639/03, que torna obrigatória a inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar e outras medidas, desencadearam diversas ações, como a publicação do Decreto Nº. 4.887 (BRASIL, 2003), que regulamentou os procedimentos para titulação das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas, em 2003. Ainda conforme Castilho e Carvalho (2015, p.358):

É importante considerar que essas ações desencadeadas pelo Governo não surgiram por acaso, mas foram motivadas pelas mobilizações dos movimentos sociais, com destaque para o Movimento Negro e para o movimento quilombola, como a consolidação das lutas que travam há quase um século, por todos os direitos a eles negados, dentre eles à educação.

Concordamos com as autoras e verificamos a materialidade dessa perspectiva na comunidade que desenvolvemos a pesquisa. No contexto de afirmação jurídica, étnica e de organização social e, ainda, de crescimento de estudos acadêmicos pelo reconhecimento e visibilidade da cultura afro-brasileira, o professor Juscélio Alves Arcanjo iniciou, em 2002, a primeira pesquisa sobre a Comunidade Negros do Osso. Seu trabalho, intitulado “Negros do Osso: resistência negra no agreste pernambucano”, foi desenvolvido no âmbito de uma especialização. Posteriormente, o mesmo decidiu ampliar a pesquisa em nível de mestrado, desenvolvendo o seguinte trabalho: “‘Terras de Preto’ em Pernambuco: negros do osso, etnogênese quilombola” (ARCANJO, 2008). O objetivo da pesquisa realizada por Arcanjo foi revisitar o passado da comunidade quilombola por meio de fragmentos, lembranças e recordações guardadas na memória individual e coletiva. A produção de uma escrita da história da comunidade motivou e ajudou as lideranças a alcançarem a titulação e o registro oficial de reconhecimento pela Fundação Palmares- Ministério da Cultura. Tal reconhecimento foi conquistado pela Comunidade Negros do Osso no ano de 2005.

A conquista do reconhecimento dos membros dessa comunidade no que diz respeito à sua instituição como Comunidade Quilombola demonstra, como dissemos, o resultado de um processo de autoafirmação e resistência. No capítulo em que apresentamos o nosso campo de pesquisa, perceberemos marcas dessa resistência presente no significado da origem da comunidade, no nome que lhe identifica e em diversos outros aspectos. Dentre eles, ressaltamos a conquista da escola e os desdobramentos dessa conquista, com ênfase na manutenção do seu nome como escola “Negros do Osso”.

Com o reconhecimento da Comunidade Negros do Osso pela Fundação Palmares, a escola foi à primeira reivindicação e a primeira conquista da comunidade. Até então, os alunos se deslocavam para a escola do povoado de Serra da Cruz, percorrendo uma distância de 6 km, que normalmente era feita caminhando. A Escola Municipal “Negros do Osso” foi inaugurada em junho de 2009, carregando consigo uma significação e uma conquista emblemática do ponto de vista do valor que a educação representa para a Comunidade que, no momento em que a escola foi criada, tinha a maioria dos seus habitantes analfabetos.

A Associação Quilombola Negros do Osso foi responsável por organizar a demanda que redundou na conquista da escola e em várias outras, como a construção de banheiros e cisternas comunitárias, construção da Agrovila, onde pudemos observar que as casas novas, financiadas com recursos do Governo Federal, substituíram as casas de “taipa”, construídas com madeira, barro e palha das palmeiras existentes na região.

É importante mencionar, que nosso projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da UFCG- Hospital Universitário Alcides Carneiro, com o número do CAAE: 87908418.100005182, e número do parecer 2.821971. A sua aprovação nos deu condições de coletar os dados necessários à pesquisa, embora nosso contato com a comunidade, com as primeiras aproximações junto às pessoas ainda no ano de 2017.

Desde o início da nossa imersão em campo, tivemos um bom acolhimento dos profissionais da Escola Negros do Osso e de toda a Comunidade Quilombola. No momento de coleta dos dados, recebemos autorização para o uso de imagens e dos nomes de todos entrevistados, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A presente pesquisa insere-se no conjunto das abordagens qualitativas, dada à singularidade e especificidade da temática. O estudo caracterizou-se como descritivo e exploratório. De acordo com Minayo (1994), p. 21), a pesquisa qualitativa lida com um universo de questões, como valores, atitudes, motivos, significados e aspirações. “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, 1994, p. 21).

Conforme Lage (2009), nesse tipo de abordagem, cabe ao pesquisador construir novos caminhos analíticos, partindo sempre do diálogo com os sujeitos da

pesquisa. A pesquisa qualitativa possibilita, nesse sentido, uma grande aprendizagem quanto aos aspectos subjetivos devido ao seu potencial de inserção na realidade pesquisada. Lage (2009, p.05) afirma que

De fato, a pesquisa qualitativa tem um viés que leva ao encontro de subjetividades que não conseguem se esconder, como fazem no universo da pesquisa quantitativa. Estas subjetividades afloram fora das regras e condicionamentos prévios, no contato, no diálogo e no confronto da realidade.

Realizamos um estudo com a perspectiva etnográfica, caracterizado como estudo de caso. A etnografia, como teoria, segundo Green; Dixon; Zaharlick (2005), diz respeito a uma abordagem que se ocupa em proporcionar ao pesquisador condições para saber, fazer, prever e interpretar os eventos que acontecem no grupo social estudado. Segundo os mesmos autores, cabe ao etnógrafo dar visibilidade às práticas diárias, comumente invisíveis, de um grupo cultural, tendo, ainda, como tarefa, revelar as maneiras pelas quais os membros do grupo estudado percebem sua realidade e seu mundo.

Segundo Geertz (2008, p. 15), “(...) praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante.”

Os estudos de caso, para Ludke e André (1986, p.18-19), possuem cinco características gerais:

- 1) visam à descoberta: a compreensão de um caso exige que o pesquisador fique sempre atento a novos elementos e que busque novas indagações e respostas ao longo do processo de pesquisa;
- 2) enfatizam a “interpretação em contexto”: o estudo deve levar em conta o contexto em que ele se situa, na medida em que o caso está estreitamente ligado à situação específica;
- 3) buscam retratar a realidade de forma completa: o estudo deve revelar a multiplicidade de dimensões presentes na determinada situação, que possui uma complexidade natural e inter-relações entre seus componentes;
- 4) usam uma variedade de fontes de informação: o pesquisador deve coletar dados em momentos diferentes, em situações variadas e com uma variedade de tipos de informantes;

- 5) procuram representar os diferentes pontos de vista presentes numa situação social: a realidade pode ser vista sob perspectivas diferentes, e o pesquisador deve retratá-las com fidedignidade.

Quanto à análise dos dados, a fundamentação está na Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). Para a autora, a análise de conteúdo constitui várias técnicas e busca descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja por meios de falas, ou de texto. Desta forma, a técnica é composta por procedimentos sistemáticos que proporcionam o levantamento de indicadores, permitindo a realização de inferência de conhecimentos.

Para Bardin (1977, p. 31), Análise de Conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações”.

Na análise dos dados aplicamos as etapas das técnicas proposta por Bardin (1977). Essas etapas são organizadas em três fases: 1º Fase- pré- análise- fase em que se organiza o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. Trata-se da organização propriamente dita por meio de quatro etapas: (a) leitura flutuante, que é o estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados, momento em que se começa a conhecer o texto; (b) escolha dos documentos, que consiste na demarcação do que será analisado; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) referenciação dos índices e elaboração de indicadores, que envolve a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise (BARDIN, 1977); 2º Fase- exploração do material: consiste na definição de categorias (sistemas de codificação) e identificação das unidades de registro (unidade de significação a codificar corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando à categorização; 3º Fase- tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Esta etapa é destinada ao tratamento dos resultados; ocorre nela a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais; é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica.

Para a coleta de dados foram utilizados os seguintes instrumentos: observações - do cotidiano da comunidade estudada e da escola - e entrevistas.

A opção pela observação se deu por ser uma técnica importante de coleta de dados para obtenção de informações relevantes, que possibilita vislumbrar

determinados aspectos da realidade. Sendo também, um elemento fundamental da pesquisa, na busca dos significados contidos nas subjetividades do objeto de estudo investigado.

Iniciamos nosso trabalho de pesquisa na Comunidade Negros do Osso com uma reunião realizada para apresentar os objetivos e finalidades da pesquisa. Nesse momento, tivemos o prévio consentimento da direção, dos professores da Escola, como também das lideranças da Comunidade a serem pesquisados. Objetivamos no decorrer da pesquisa verificar as relações sociais em que estão inseridas as vivências da Escola e da Comunidade, no que tange às relações de poder com as instituições públicas, as práticas religiosas, e as relações de produção no âmbito da agricultura, artesanato, comércio, e, sobretudo, o desejo, as conquistas e vivências da, e na Escola Quilombola pesquisada.

A observação, como uma técnica, acrescenta informações para coleta de dados e possibilita interpretações mais consistentes do fenômeno investigado.

Nessa perspectiva Marconi e Lakatus (2008, p. 193) vão explicar que:

A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social.

Com objetivo de fazer observação das práticas cotidianas da Escola, realizamos nos inserimos em algumas atividades relacionadas ao seu funcionamento e pudemos observar as práticas educativas com os alunos, as reuniões com a comunidade e as dificuldades pertinentes à infraestrutura da Escola, sobretudo a merenda escolar não ser suficiente para suprir as necessidades de alimentação dos alunos, visto que não é prestada de forma contínua no decorrer de cada mês.

Também, participamos das reuniões de planejamento das atividades pedagógicas dos professores, e além disso, foi possível participar da conclusão da 1ª turma do Ensino Fundamental da Escola Negros do Osso, com a celebração de uma missa, e, ao final, a entrega dos certificados.

A nossa inserção na Comunidade, como vimos no Capítulo I, deu-se inicialmente por meio de visitas em suas casas, nos seus roçados, nas apresentações públicas de capoeira, e através das reuniões na Associação Comunitária Negros do Osso. O primeiro momento foi de conversas informais, para a compreensão dos

valores e das vivências culturais preservadas na história da Comunidade. Sendo possível também, observar nas falas das lideranças, a luta e conquista da Escola, a conquista de 17 lotes para famílias quilombolas, em parceria com o MST.

Além disso, pudemos observar a condição de pobreza em que vivem a maioria das famílias da Comunidade Quilombola Negros do Osso. Como também, a visão e as práticas dos políticos no que se refere ao cumprimento e efetivação dos direitos sociais dos negros, aprovados na Constituição Federal de 1988, e em Leis Complementares, principalmente a partir do governo do Presidente Luiz Inácio da Silva, sendo instituídas as políticas afirmativas para o negro no Brasil.

A opção pela entrevista deu-se por entendermos que permite uma maior aproximação com a realidade que buscamos conhecer, ao mesmo tempo em que reafirma o caráter qualitativo da nossa pesquisa. Entrevistamos as pessoas ligadas ao universo do nosso estudo: professores (as), alunos (as), gestor (a) e de lideranças da comunidade, no sentido de identificar os processos educativos da aprendizagem formal e informal, revisitando a memória da Comunidade Quilombola Negros do Osso, podendo, assim, observar diferentes visões da vida escolar e realidade cotidiana.

Como instrumento de registro da observação, elegemos o diário de campo. Conforme Lage (2009, p.15), “o diário de campo é um instrumento não só de registro, mas fundamentalmente um instrumento de análise de todo o trabalho de campo”. Para a autora, a observação precisa ser registrada de forma sistemática e, por isso, o importante papel do diário de campo. Ele ajuda a evitar o risco de se perder a memória e os momentos importantes do trabalho de campo.

Passamos agora a apresentar como este trabalho está organizado. No primeiro capítulo, realizamos uma descrição, com traços etnográficos, da Comunidade Negros do Osso. Foi fundamental para este momento a dissertação de mestrado de Arcanjo (2008), já mencionada. Com ele, começamos a conhecer um pouco da história do surgimento da comunidade e sua construção identitária. O estudo da etnogênese também foi um elemento importante para o nosso trabalho, por ser um instrumento de estudo para compreensão construtiva e identitária de grupos étnicos. Segundo Bartolomé (2006, p.02):

O termo etnogênese tem sido usado para designar diferentes processos sociais protagonizados pelos grupos étnicos. De modo geral, a antropologia recorreu ao conceito para descrever o desenvolvimento, ao longo da história, das coletividades humanas que nomeamos grupos étnicos, na medida em que se percebem e são percebidas como formações distintas de outros agrupamentos por possuírem um patrimônio linguístico, social ou cultural que

consideram ou é considerado exclusivo, ou seja, o conceito foi cunhado para dar conta do processo histórico de configuração de coletividades étnicas como resultado de migrações, invasões, conquistas, fissões ou fusões. Entretanto, mais recentemente, passou a ser usado também na análise dos recorrentes processos de emergência social e política dos grupos tradicionalmente submetidos a relações de dominação.

A ideia de pertencimento é uma construção discursiva identitária, em contraposição à ideia de raças, de um Brasil mestiço, com a mistura inicialmente do branco, do negro e do índio. No geral, a miscigenação se processou por práticas de violências, estabelecendo o ideal do branqueamento para a população brasileira. Nesse sentido, a identidade étnica não explica exclusivamente a cor da pigmentação da pele, mas sobretudo o pertencimento identitário cultural ao um determinado grupo. Nessa direção, Oliveira (2004, p.57) vai afirmar:

Identidade racial/étnica é o sentimento de pertencimento a um grupo racial ou étnico, decorrente de construção social, cultural e política. Ou seja, tem a ver com a história de vida (socialização/educação) e a consciência adquirida diante das prescrições sociais raciais ou étnicas, racistas ou não, de uma dada cultura. Assumir a identidade racial negra em um país como o Brasil é um processo extremamente difícil e doloroso, considerando-se que os modelos "bons", "positivos" e de "sucesso" de identidades negras não são muitos e poucos divulgados e o respeito à diferença em meio à diversidade de identidades raciais/étnicas inexistente. Desconheço estudos brasileiros consistentes sobre identidade racial/étnica.

No segundo capítulo, realizamos uma descrição, com traços etnográficos, da escola da Comunidade Negros do Osso, buscando compreender o desejo da comunidade por esse equipamento público. Esse capítulo revela nossa aproximação com a escola e com as temáticas mais condizentes à escolarização formal, buscando, no entanto, evidenciar aspectos das práticas educativas e sua relação com a comunidade.

No terceiro capítulo, apresentaremos a análise dos dados, sobretudo baseados nas entrevistas semiestruturadas que realizamos junto a alunos, professores e lideranças da comunidade, no que diz respeito aos vários sentidos da escola para esses sujeitos, interessados em saber como veem a escola e como pensam que ela pode ser.

1º CAPÍTULO: NEGROS DO OSSO – constituição e práticas sociais e culturais de uma Comunidade Quilombola

Sou fio das mata, cantô da mão grossa,
 Trabáio na roça, de inverno e de estio.
 A minha chupana é tapada de barro,
 Só fumo cigarro de páia de mío.
 Sou poeta das brenha, não faço o papé
 De argummenestré, ou errante cantô
 Que veve vagando, com sua viola,
 Cantando, pachola, à percura de amô.
 Não tenho sabença, pois nunca estudei,
 Apenas eu sei o meu nome assiná.
 Meu pai, coitadinho! vivia sem cobre,
 E o fio do pobre não pode estudá
 (...)
Patativa do Assaré (1999)

1.1 Localização, origem e pertencimento

A Comunidade Quilombola Negros do Osso localiza-se na zona rural do município de Pesqueira, agreste de Pernambuco, a 230 km do Recife. Uma área territorial serrana, com uma parte da vegetação rasteira e uma variedade de espécies bem característica do semiárido nordestino que resiste a longos períodos de estiagem, tais como o mandacaru, faxeiro, algaroba, juazeiro, leucena, plantas da região que também são utilizadas como alimentação na criação de animais nos longos períodos de seca. Nesta localidade, há um cenário de grande devastação da fauna e flora iniciado no período da expansão da colonização com o objetivo da criação extensiva de gado, como também o uso da terra de forma inadequada para plantação de tomate pela indústria alimentícia “Peixe”, que era localizada na área urbana do Município de Pesqueira, tendo iniciado as atividades de produção de doces, extrato de tomate, dentre outros produtos, no final do século XIX. A referida fábrica teve o encerramento de suas atividades no ano de 1985.

A área territorial onde moram os integrantes da Comunidade Negros do Osso também é conhecida como “Jardim”, por existir uma grande área de preservação florestal, com árvores resistentes à seca, como o umbuzeiro, que é considerado a árvore sagrada do semiárido por possuir nas suas raízes batatas que contêm água. Também é possível observar na beleza das matas desta área o ipê-roxo e amarelo, a baraúna, barriguda e junco. No momento atual, o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio

Ambiente) realiza constantes fiscalizações para a preservação da fauna e da flora desta área territorial do município de Pesqueira.



Foto nº01 Estrada que leva à Comunidade Negros do Osso – Município de Pesqueira – PE
Fonte: Silva, João Estevão da. – janeiro de 2018.

No período das chuvas, a população da comunidade quilombola alegra-se com os riachos correntes que descem das serras, não existindo nesta região nenhuma barragem para o armazenamento desta água que vai para o Rio Ipanema, que é um afluente do Rio São Francisco. A comunidade não tem acesso à rede geral de água da COMPESA (Companhia Pernambucana de Saneamento). Nela, 27% dos domicílios utilizam água das cisternas construídas pelo CEDAPE (Centro Diocesano de apoio ao pequeno produtor), e 73% fazem uso da “cacimba”, que é uma nascente localizada a 6 km da Comunidade Negros do Osso. Para Correia (2011, p. 49), “a falta d’água é, inegavelmente, o mais sério dos problemas enfrentados pela população agrestina desde os tempos coloniais, embora não atinja em proporções tão acentuadas como ocorre no sertão”.



Foto n° 02 – Cacimba de água potável, utilizada pela população quilombola.
Fonte: Silva, João Estevão da. – janeiro de 2018.

Segundo Arcanjo (2008, p. 58), as origens da Comunidade Negros do Osso remontam o final do século XIX, quando Maria Manoela da Conceição migra do sul de Pernambuco, a convite de uma prima, para vir morar no município de Pesqueira. A comunidade quilombola teve na sua formação histórica a primeira geração de Maria Manuela, o que remete ao modelo de organização social em clã, muito comum na África. Atualmente, a comunidade conta com 90 famílias.

Os antropólogos europeus no século XIX classificaram uma organização de clã como tribo de uma mesma etnia. No século XX, esta definição foi considerada um erro produzido pelas grandes generalizações do eurocentrismo. Para Magnoli (2009, p.259-260),

Uma organização de clãs se caracteriza como um grupo de pessoas unidas devido a um determinado grau de parentesco e linhagem definida pela descendência de um ancestral comum, enquanto que o conceito de tribo é um conjunto humano que reúne várias famílias sob a autoridade do mesmo chefe em um espaço territorial dado.

O nascimento da Comunidade Negros do Osso no final do século XIX deu-se na ocupação e posse da terra pela senhora Manoela e seus filhos, sendo o tronco da primeira linhagem que gerou várias gerações de netos, bisnetos e tetranetos da matriarca Manoela.

O pesquisador Arcanjo, ao entrevistar o Senhor Clodoaldo, fazendeiro, vizinho da comunidade Negros do Osso e conhecedor dos moradores da região,

colheu informações sobre a origem do nome da comunidade e o porquê desse nome. Conforme Arcanjo (2008, p.35):

A cabeça do osso fica logo ali em cima... uma vaca morreu e carregaram até os ossos e o finado Zé Mãozinha, marido de Telvina, filha de Manoela, começou a chamar "Os Negros da Cabeça do Osso". Os negros "veio" do sul de Pernambuco (zona da mata), a mais velha era "Manoela velha". Já tem uma "senzala" danada. É tudo misturado.

Revisitar o passado por meio da memória do Senhor Clodoaldo possui um significado de grande relevância na construção da resistência simbólica dos moradores da comunidade Negros do Osso no que tange ao drama social da fome, manifestada no aproveitamento da carne de uma vaca que não se sabe se morreu de fome por causa das constantes secas ou se morreu por algum tipo de doença. Outro aspecto importante na fala do Senhor Clodoaldo é a sua visão do branco sobre o lugar do negro. Quando ele afirma "já tem uma senzala danada", demonstra uma representação generalizante de que todo negro viveu na senzala ou que um grupo de negro já passa a ter uma significação de senzala. Ao mesmo tempo, ele oferece uma leitura da relação com os moradores da comunidade, quando considera que "é tudo misturado". Essa frase leva a crer que na realidade das relações sociais e de trabalho houve relações entre os fazendeiros e os negros recém-chegados na área, talvez pela necessidade de mão de obra nas fazendas.

A busca de documentos sobre a escravidão no agreste do estado de Pernambuco perpassa por grandes dificuldades no que diz respeito à destruição de parte desta documentação, como também pela realização de um pequeno número de pesquisas acadêmicas sobre a temática da escravidão. Como sabemos, documentos escritos e a história oral são importantes para a contextualização e a busca de novos significados na direção de interpretações que revelem o olhar sobre a população negra, bem como dela mesma, a partir dos seus sentimentos, sofrimentos e afirmações. Nessa direção, Montenegro (2010, p.21) reflete sobre a história contada oralmente e afirma que:

A problemática epistemológica, associada a forma como o "objeto histórico é definido", remete ao próprio fazer da história oral centrada nos processos de rememoração. Nesse sentido, tornou-se extremamente revelador o fato de que, na forma de narrar, encontra-se um dos elementos determinantes da fonte documental que se está construindo. A autobiografia, a narrativa ou o testemunho individual estão sempre sendo postos em tela como variações do trabalho de história oral. Nesse sentido, o depoimento oral e as fontes documentais escritas se complementam, embora requeiram tratamento técnico metodológico específico.

No intuito de buscar informações sobre a dinâmica do grupo a ser investigado na própria comunidade, realizamos conversas informais com moradores que atuam em diversos espaços e nos ajudaram a nos inserir no campo de pesquisa. Buscamos compreender os eixos ou elementos a serem abordados na coleta de dados sistemática, por meio da identificação e do conhecimento de pessoas centrais ao estudo, reconhecendo sua linguagem e o modo como esses sujeitos interpretam o mundo. Também, o objetivo da inserção na comunidade foi compreender a sua formação e organização social, revisitando a memória dos seus moradores.

Revisitar o passado da comunidade Negros do Osso foi possível através dos relatos das experiências vividas, em que o trabalho e o lúdico se mostraram presentes e relacionados com a natureza. Em nossas primeiras visitas a campo, registramos vivências do passado na memória das pessoas mais velhas. Foi-nos relatado que os meninos brincavam tomando banho nos riachos, a bola de brincar era feita de meia com enchimento de palha de capim, as meninas brincavam com bonecas feitas de pano ou com o sabugo da espiga do milho. Sem a tecnologia do mundo multimídia, o horário do tempo era marcado com o nascer e o pôr do sol, que dava o comando da hora de começar e de parar com o trabalho na agricultura. O entardecer era o momento do encontro das famílias nas frentes das casas, os adultos conversavam e também contavam histórias para as crianças.

É neste cenário de vida no campo, com experiências marcadas pelo sofrimento e silenciamento, que percebemos, por meio de sua memória, traços de como a Comunidade Negros do Osso deu significação a sua identidade afro-brasileira. Neste sentido, foi possível observar, também, que a luta pela terra é o elemento identitário presente, como uma chama que arde os corações das famílias quilombolas.

Deste sentimento, das relações de vida com a terra, nasceu a busca pela implantação de uma escola na comunidade, com objetivo de proporcionar uma escolarização para as crianças, jovens e adultos, como um instrumento de inclusão social, e, sobretudo, proporcionar possibilidades de acesso profissional no mercado de trabalho. A realidade atual da Comunidade Negros do Osso é expressa em narrativas de buscas constantes pela sobrevivência, e, ao mesmo tempo, denunciam em suas vidas a omissão do Estado Brasileiro, na implantação de políticas públicas com agilidade e eficiência para a inclusão do negro no cenário educacional e profissional do país. Quem faz o percurso de lutar pela educação dos negros do Brasil

são os movimentos sociais negros e quilombolas. Nessa direção, Castilho e Carvalho (2015, p.358), vão afirmar:

Dessa maneira, os movimentos negros e quilombolas fomentaram lembrança aos esquecimentos e tornaram audíveis os silenciamentos, aos que as comunidades quilombolas foram submetidas, provocando a implantação de legislações educacionais específicas que atendessem às suas necessidades. A publicação da Resolução no 08/2012 pode ser considerada a culminância desse processo, pois a mesma institui que a Educação Escolar Quilombola passe a constar como uma modalidade de ensino.

1.2 Luta pela terra e formas múltiplas de ser quilombola

Nesse primeiro momento de inserção buscamos compreender as memórias da comunidade sobre diversos temas e suas práticas sociais, com o objetivo de levantar dados necessários e subsidiários para a compreensão mais ampla do objeto desta pesquisa. Também, realizamos conversas informais com sujeitos específicos da pesquisa: professores, funcionários e os alunos da Escola Quilombola Negros do Osso.

Iniciamos a coleta de dados conversando com lideranças e pessoas mais idosas da comunidade. Perguntamos sobre lembranças e fragmentos da infância, sobre a resistência e identidade na construção da comunidade e a transmissão de conhecimento às novas gerações. Em 17 de abril de 2017, o senhor Devarniel Ferreira Macena, Presidente da Associação Quilombola Negros do Osso, fez o seguinte relato:

Em 2003, fui convidado para um encontro das comunidades quilombolas do estado de Pernambuco, na comunidade quilombola Conceição das Crioulas, em Salgueiro. Daí, começamos a nossa luta e na época colocamos o nome da Associação Negros do Osso, porque no passado tinha morrido uma vaca com chifres grandes e o lugar onde nascemos ficou sendo chamado de “osso”. Nesse período, conhecemos o professor Juscélio, que estava estudando a comunidade e nos ajudou a conseguir o registro de quilombola na Fundação Palmares. A partir daí conseguimos a Escola Municipal Quilombola Negros do Osso. O IPA (Instituto Pernambucano Agropecuário) viabilizou um projeto da construção da agrovila e melhorou muito porque as casas da gente eram de barro numa condição muito ruim. Conseguimos 200 litros de leite diário do programa do governo do estado, o “Leite para todos.” Com o CEDAPP (Centro diocesano de apoio ao pequeno produtor), a construção de 45 cisternas para a moradia da comunidade. E com o PRORRURAL conseguimos a construção da nova escola Quilombola Negros do Osso. Sou agricultor e pouco sei ler e aprendi as coisas com a vida, escutando os idosos da comunidade, conversando com os professores da escola e participando dos encontros de comunidades quilombolas. (DEVARNIEL FERREIRA MACENA- Agosto de 2018)



Foto nº03 - Devarniel Ferreira Macena, Presidente da Associação Negros do Osso.
 Fonte: Silva, João Estevão da. - agosto de 2018.

O relato do Senhor Devarniel dá ênfase à importância da pesquisa acadêmica do professor Juscélio Alves Arcanjo, que proporcionou uma reflexão e um despertar na comunidade para a sua reconstrução identitária, fortalecendo-a para a conquista do certificado pela Fundação Palmares e, com esse reconhecimento, foram alcançadas outras conquistas de uma população que, até então, não tinha visibilidade alguma diante das políticas públicas no município de Pesqueira-PE. Nesse processo, é importante considerar também a relevância das aprendizagens realizadas por meio dos conhecimentos construídos nos encontros das comunidades quilombolas do estado de Pernambuco, fortalecendo aspectos como tradição e identidade quilombola.

A grande maioria das famílias da comunidade Negros do Osso não possui terra para trabalhar na agricultura, sendo a terra o grande anseio em função de essa população estar localizada no campo. A Associação Quilombola Negros do Osso tem reivindicado ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) o cumprimento do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias/ADCT (BRASIL, 1988), que em seu artigo 68 afirma: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivos.”

O grande problema vivenciado no que diz respeito à questão fundiária é que os moradores da comunidade Negros do Osso residem em uma pequena área territorial de aproximadamente 4 (quatro) hectares, adquiridos por direito de posse através do usucapião, terreno este, cercados por grandes propriedades pertencentes a fazendeiros, que utilizam a terra para criação de gado. O INCRA, com base no artigo 68 da Constituição Federal de 1988, mencionado acima, realizou uma demarcação de 830 hectares de terra para as famílias quilombolas, mas o processo se encontra “parado”, sem uma definição, há vários anos, segundo informações do Presidente da Associação Negros do Osso.

Sobre a situação agrária da comunidade, conversamos com o agricultor Cícero Ferreira de Macena. Segundo ele:

Quem tem muitas terras são os fazendeiros Adriano e Bonifácio e criam muito gado. Seu Eduardo tem muitas terras. Os 830 hectares que foi demarcado pelo INCRA é da fazenda dele. A gente anda muito “pra” fazer as roças no assentamento do movimento sem-terra, que fica a 8 (oito) km da comunidade quilombola. (CÍCERO FERREIRA DE MACENA- Abril de 2017)

O relato do Senhor Cícero retrata uma estrutura agrária que teve sua origem na formação do Brasil colonial, com as capitânicas Hereditárias. A coroa portuguesa concedia uma capitania a um determinado donatário, que poderia conceder “sesmarias” a benfeitores que passavam a desfrutar de direitos exploratórios e produtivos das terras e posteriormente receberam os títulos de propriedade definitiva.

O proprietário da terra demarcada pelo INCRA, o Senhor Eduardo Souza Leão, é descendente da família do Barão de Souza Leão, que recebeu uma grande quantidade de terras, no período colonial, na região do Agreste de Pernambuco, localizadas hoje nas cidades de Sanharó e Pesqueira. Sobre o processo de suas terras que estão em tramitação no INCRA, o mesmo deu o seguinte depoimento:

Não tenho nenhum conflito com os agricultores da Comunidade Negros do Osso, pelo contrário, muitos deles eu chamo para trabalhar nas minhas terras. Quando o INCRA fez a demarcação, eu deixei bem claro que as terras só seriam entregues para posse quando o governo fizesse o pagamento da indenização. Essa experiência, o meu pai teve na área indígena da serra do Ororubá, com os índios Xucurus. E quando recebemos a indenização de uma grande quantidade de terras, saímos sem nenhum problema. (Eduardo Souza Leão, junho de 2018)

A identidade negra quilombola é marcada por um diálogo plural de múltiplos lugares nas vivências dos sujeitos no ser do campo acrescido do ser quilombola,

somado às interfaces culturais da construção das práticas e dos discursos de pertencimento, ao afro-brasileiro com as marcas de uma pobreza histórica, herdada do processo escravocrata e das relações de espolição capitalista do pós-abolição.

Em consonância com Gorender (2000, p.88), nos parece que a identidade quilombola está profundamente relacionada com a convivência social herdada da escravidão:

A sociedade capitalista herdou, por assim dizer, o DNA da escravidão e não logrou se desvencilhar dessas heranças. Os negros deixam de ser escravos, para assumirem, em grande parte, a condição de pobres e de indigentes. A eles se juntou uma parcela da população branca para compor a base de nossa pirâmide social. Nesse contraste se fixou o retrato em preto e branco do país até hoje.

Identificamos como uma referência de disciplina nos trabalhos agrícolas e se destacando como uma das principais lideranças da comunidade, o Senhor Erivaldo Francisco Leite da Silva, também conhecido e denominado na comunidade como “Neguinho”, casado com Maria das Graças Leite, genitores de cinco filhos, dos quais dois migraram para o Rio de Janeiro, e três filhos estudam e ajudam seus pais nas atividades agrícolas. Estes são representantes da quarta geração da matriarca da comunidade Negros do Osso, Maria Manuela da Conceição.

Nascido no ano de 1967, no Sítio Jatobá, atual comunidade Negros do Osso, o Senhor Erivaldo fez o seguinte relato:

Comecei a trabalhar na agricultura quando era criança com cinco anos de idade. Eu ia para o roçado com minha mãe que sabia fazer de tudo na agricultura. Fui criado sem pai, tenho três irmãos e duas irmãs. O que me lembro da minha infância é o trabalho na enxada. Não tinha tempo para brincar, a minha vida era trabalhar todos os dias e no final de semana ajudava minha mãe a tratar fato dos animais que era abatido na Serra da Cruz. No início eu não estudei em uma escola, minha mãe a noite estudava no MOBREAL e eu acompanhei, depois abriu uma escola e fui estudar, mas a professora era branca e tratava muito mal as crianças pretas com castigo, era colocado caroço de milho para gente se ajoelhar e usava a palmatória. O motivo era que a professora só dava razão às crianças brancas. Teve um dia que peguei a professora pelo pescoço e derrubei no chão, e daí sai da escola e depois voltei para o Mobreal e aí aprendi no pau do canto só assinar o nome. (ERIVALDO FRANCISCO LEITE DA SILVA- Dezembro de 2017)

O universo da memória do Senhor Erivaldo Francisco é marcado pelas relações de vida com a terra entrelaçada pelo desejo da aprendizagem educacional que foi “trancada” e impedida pela dura realidade das relações sociais estabelecidas em sua trajetória.

No início de 2001, o Sr. Erivaldo, juntamente com outros agricultores quilombolas, conheceu lideranças do MST na região. Segundo relatou, a primeira

reunião foi realizada embaixo de uma árvore de umbu-cajá, onde foi planejada a ocupação da fazenda “Propriedade”, na época pertencente a Nerivaldo Cavalcante. Segundo ele, o período da ocupação foi de três anos:

Ficamos acampados na fazenda “Propriedade”. Recebemos muitas ameaças de morte, por parte do gerente da fazenda que numa determinada vez quebrou uma espingarda na cabeça de um sem-terra que estava acampado com a gente. Foi uma luta grande, teve gente que desistiu, até que o INCRA fez a desapropriação, 130 famílias receberam lotes. Destas, 17 famílias quilombolas foram contempladas. (ERIVALDO FRANCISCO LEITE DA SILVA – dezembro 2017)

O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, MST, nasceu de uma articulação política de uma organização do meio popular, tendo como seu principal objetivo ocupar, resistir, conquistar e trabalhar com a terra. O MST teve sua gestação de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no primeiro encontro nacional de trabalhadores rurais sem terras de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel no Paraná. Para Caldart (2001, p.210):

Os sem-terra do MST estão sendo sujeitos de um movimento que acaba pondo em questão o modo de ser da sociedade capitalista atual e a cultura reproduzida e consolidada por ela. Fazem isto não porque professem ideias revolucionárias, nem porque este seja o conteúdo de cada uma de suas ações tomadas em si mesmas. Contestam a ordem social pelo conjunto (contraditório) do que fazem nas ocupações, nos acampamentos, nos assentamentos, nas marchas, na educação de suas crianças, jovens e adultos; pelo jeito de ser de sua coletividade, que projeta valores que não são os mesmos cultivados pelo formato da sociedade atual; fazem isto, sobretudo, pelo processo de humanização que representam, e pelos novos sujeitos que põem em cena na história do país.

O Senhor Erivaldo, em nossa perspectiva, é um sujeito que bem representa essa nova realidade, apontada pela autora, na luta pela terra que, no seu caso, aglutina a questão quilombola e dos sem-terra no Brasil. Da segunda-feira ao sábado, seu Erivaldo desloca-se em uma carroça com um burro, da sede da comunidade quilombola, percorrendo uma distância de 8km, levando em média 2 horas para chegar no seu lote de terra no assentamento do MST. O referido lote tem uma área de 22 hectares. A terra é fértil e está localizada entre serras com matas densas, com uma variedade de espécies bastante significativa, tais como a umburana, catingueira, canafista, umbuzeiro, jurema preta, mororó, angico, mameleiro, jabuticabeira, dentre outras. Os animais silvestres existentes são: veado, tatu, peba, mocó, gato maracajá, preá, juruti, lambu, rolinha, sabiá, canção, sonhim.

Na área agricultável do lote são plantados milho, feijão, fava, jerimum, melancia, melão, mandioca e diversas espécies de fruteiras. O INCRA assumiu o

compromisso de fazer o reconhecimento e repasse da titulação da terra quando os assentamentos completassem 10 anos de ocupação e uso da terra. Entretanto, já se passaram 15 anos e o INCRA não regularizou a situação das famílias assentadas na fazenda "Propriedade", que pertencia ao Senhor Nerivaldo Cavalcante.

Segundo o relato do Senhor Erivaldo:

Dezessete famílias da comunidade Negros do Osso possuem um lote na ocupação do MST na fazenda propriedade, e estão trabalhando, botando roçado todo ano. Segundo o INCRA, quem já possui um lote no MST, pode escolher uma das opções: permanecer nas terras que já estão trabalhando ou pegar um lote nas terras que foram demarcadas para os quilombolas, porém até o momento não foi efetivada a titulação (o governo não fez a indenização da propriedade). Eu prefiro ficar no lote do MST, porque lá eu vou trabalhar para mim junto com minha família, e o que foi dito pelo INCRA é que nas terras quilombolas, o trabalho com a terra tem que ser de forma coletiva. (ERIVALDO FRANCISCO LEITE- Dezembro de 2017)



Foto nº04 Erivaldo Francisco, carregando água para o lote do MST.
Fonte: Silva, João Estevão da. - janeiro de 2018

O exposto pelo senhor Erivaldo apresenta uma definição que nos parece contemporânea do uso das terras quilombolas. Nesta resignificação, as terras devem ser divididas em lotes individuais e os recursos hídricos e as matas existentes no território devem ser de uso coletivo.

Segundo Filho, (2011, p. 168), o Decreto nº 4.887/2003, que legisla sobre o formato jurídico de uso da terra quilombola, não acompanha a forma contemporânea

que está presente na lógica das comunidades quilombolas, limitando, retardando e emperrando o processo de aplicação do artigo 68 do ADCT. Para a antropóloga Leinad Oliveira, esse Decreto “é uma mistura de ignorância, arrogância, mesquinhez e má-fé.”

O que afirma esse Decreto nº 4.887/2003 (BRASIL, 2003), no seu Artigo 17:

A titulação prevista neste Decreto será reconhecida e registrada mediante outorga de **título coletivo e pró-indiviso às comunidades** a que se refere o art. 2º, caput, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade.

Parágrafo único. As comunidades serão representadas por suas associações legalmente constituídas (grifos nossos).

A afirmação de Oliveira, mostra que a legislação brasileira vigente sobre o uso das terras quilombolas não considerou o novo contexto das relações sociais dos quilombos contemporâneos, pois se encontram em uma condição bastante diferente da maioria dos quilombos do longo período escravocrata do Brasil, que eram caracterizados pelo uso coletivo e comum da terra, bastante semelhante aos clãs existentes na África.

Vemos, neste exemplo, que o Estado brasileiro, ao produzir uma legislação própria relacionada ao uso das terras pelos afro-brasileiros, demonstra um desconhecimento da sua realidade contemporânea. Tal forma de pensar aponta para uma mentalidade que não dialoga com os sujeitos reais, em suas atuais condições de vida. Os sujeitos reais e da atualidade têm se mostrado complexos e diferentes em suas formas de produzir quando o comparamos com os seus antepassados.

O caso do Sr. Erivaldo Francisco é, sob nosso ponto de vista, exemplar neste sentido. Ele participa ativamente da Associação do MST, da Associação Negros do Osso e da Associação Serra da Cruz (que apoia a transformação da matéria-prima local, como frutas e mandioca, em produtos para serem comercializados, como o doce e a farinha), demonstrando, na vida cotidiana, ser um trabalhador marcado por uma vinculação plural nas organizações e, ao mesmo tempo, por produzir, junto a sua família, num lote particular. Com o seu suor produz os frutos da vida, articulando no seu o caminho o direito de existir com dignidade. No seu canto de luta, articula o coletivo através de sua participação política e de seu exemplo de vida que expressa o grito de cidadania nascido do sofrimento da comunidade Negros do Osso. O poema “o poeta da roça” (ASSARÈ, 1999), que abre esse capítulo, ilustra um pouco do perfil do Senhor Erivaldo.



Foto nº05 – Plantação de milho e feijão do roçado de Erivaldo e família, no Lote do MST.
Fonte: Silva, João Estevão da. - janeiro de 2018.

Sobre as práticas de trabalho da comunidade Negros do Osso, o Senhor Erivaldo Francisco relatou que:

As 17 famílias que possuem lote no assentamento do MST trabalham criando animais e todos os anos botam seus roçados. Destas dezessete, onze já tem suas casas e moram no assentamento. Aquelas que não possuem terras, nós que temos os lotes, deixamos fazer suas roças no período de inverno. Têm também uma parte dos membros quilombolas que trabalham de diarista e botam roça nas terras dos fazendeiros. Temos na Comunidade, oito pessoas que trabalham na escola Negros do Osso. Tenho uma prima chamada Izabel que é comerciante na feira de Pesqueira, como também Jorge que vende queijo e bolacha e Nova vende vassoura, que é produzida de forma artesanal aqui na comunidade, como também bacias e sandálias. (Erivaldo Francisco Leite da Silva- Março de 2018)



Foto nº 06 – Izabel, comerciante na feira livre de Pesqueira-PE.
Fonte: Silva, João Estevão da. - agosto de 2018.

Em relação à situação agrária da comunidade Negros do Osso, o agricultor Cícero Ferreira de Macena observou que:

Quem tem muita terra para criação de gado são os fazendeiros. Os 830 hectares que foi demarcado pelo INCRA é da fazenda de Doutor Eduardo. A nossa sorte “da gente” ter um pedacinho de terra foi o assentamento do MST, onde 17 famílias quilombolas possuem um lote para criação de animais e plantar, os roçados. O local dos lotes é bonito, na mata têm pau-pereiro, jurema, cedro, pau-darco, baraúna, umbu, coco-católé, jabuticaba. (CÍCERO FERREIRA DE MACENA- Abril de 2017)

Neste relato, o Senhor Cícero apresenta uma visão crítica em relação à concentração de terras nas mãos dos fazendeiros e, ao mesmo tempo, ressalta a importância e o valor da conquista de um lote no assentamento do MST. O trabalho de conscientização que é realizado pelo MST tem sido muito importante para a construção de uma consciência crítica da realidade histórica presente na comunidade Negros do Osso.

O processo de titulação das terras da Comunidade Quilombola Negros do Osso no INCRA se encontra na fase de desapropriação, conforme Regulamentação Federal. O “passo a passo” da titulação das terras quilombolas encontra-se na regra da instrução normativa nº 57 do INCRA (Brasil, 2009). O primeiro passo é a abertura de processo no INCRA; o segundo passo é a elaboração do relatório técnico de identificação e delimitação- RTID, que é composto dos seguintes documentos: relatório antropológico de caracterização histórica, econômica, ambiental e sociocultural; levantamento fundiário; planta e memorial descrito; cadastramento das famílias quilombolas; parecer relacionado com a sobreposição de áreas; parecer conclusivo da área técnica e jurídica do INCRA. O terceiro passo é a avaliação do Comitê Regional do INCRA, publicação do RTID e notificação a interessados. O quarto passo é a fase de contestação ao RTID. O quinto passo, a portaria de reconhecimento do território quilombola. O sexto passo diz respeito às desapropriações e o sétimo passo é a titulação do território.

É importante afirmar que a instrução normativa nº 57 do INCRA só autoriza abertura do processo de titulação do território quilombola para comunidade que possui a certidão da Fundação Cultural Palmares. No caso específico da comunidade Negros do Osso, o processo aberto no INCRA, nº 54140.000775-56, encontra-se no sexto passo, na fase de desapropriação. O presidente da Associação Negros do Osso, o Sr. Devarniano Ferreira Macena, em uma das nossas conversas relatou “que foi dito no INCRA, na cidade de Recife, que o problema é a falta de recursos federais para indenização das terras dos fazendeiros.” Este problema evidencia a falta de prioridade

do governo atual com a população negra empobrecida, marcada pela escravidão e negação da cidadania no pós-abolição.

1.3 Práticas e condições sociais: mulheres, moradia, relacionamentos, práticas religiosas e de sobrevivência

Para compreendermos a vida cotidiana das mulheres quilombolas, conversamos com Ivoneide Macena dos Santos, prima do senhor Erivaldo, 34 anos, casada, agricultora, mãe de 5 filhos que nos fez o seguinte relato:

Sou quilombola juntamente com meu marido e meus filhos. Moro no lote do MST. Fazemos roçado, todo ano plantamos milho, feijão, fava, jerimum, melancia, melão. E além disto criamos galinhas, três ovelhas e um porco. Sou sócia da Associação e participo do Conselho Fiscal. Trabalho com meu marido e dois filhos ajuda, o que a gente consegue plantando dar para o sustento. A noite estudo na Escola Negros do Osso no EJAI (Educação de Jovens, Adultos e Idosos), onde também levo o meu filho para estudar, o Edson Macena dos Santos, que é um aluno especial por ter desvio mental. E cuido da casa, cozinhando, fazendo faxina, gosto muito de fazer as coisas da casa. Sou feliz, graças a Deus (IVONEIDE MACENA DOS SANTOS- Abril de 2017).

Ivoneide, representa as práticas cotidianas da maioria das mulheres da Comunidade Quilombola Negros do Osso. No seu relato expressa, ser dona de casa, sendo uma atribuição de trabalho constante, tem importância e contribui para as relações de produção. No que se refere à condição de mãe, assume a responsabilidade de cuidar e acompanhar a escolaridade do seu filho. Além disso, participa ativamente das atividades agropecuárias juntamente com seu marido, cuidando diariamente da produção na terra do seu sítio.

As mulheres da Comunidade Quilombola Negros do Osso expressam sentimento de resistência diante dos embates sociais, que se apresenta na luta pela sobrevivência e nas questões de gênero que potencializam a condição de superioridade do homem. Observamos nas relações de convivência familiar e na oportunidade de realização das entrevistas que ao chegar em uma casa da Comunidade Quilombola se encontravam o homem e a mulher, e, durante a entrevista, era o homem quem respondia às perguntas realizadas. Quando insistíamos para a mulher também participar, a mesma afirmava que não entendia sobre os assuntos abordados. Já nas lutas da Associação da Comunidade, percebemos uma grande participação das mulheres no processo das conquistas alcançadas. Porém, desde a

fundação da referida Associação, nenhuma mulher assumiu o cargo de Presidente da Associação.

Para compreender essas relações de gênero, trazemos o conceito de Minayo (2007, p.93), quando afirma que:

Gênero diz respeito a relações de poder e à distinção entre características culturais atribuídas a cada um dos sexos e as suas peculiaridades biológicas. As características de gênero se fundem na hierarquia e na desigualdade de lugares sexuais. A violência de gênero distingue um tipo de dominação, de opressão e de crueldade estruturalmente construído nas relações entre homens e mulheres, reproduzidos na cotidianidade e subjetivamente assumidos, atravessando classes sociais, raças, etnias e faixa etárias.

Outro aspecto importante observado na Comunidade diz respeito ao fato de uma parte das casas, durante o dia, ficarem com as portas fechadas. Conforme relato do Vice-Presidente da Associação, José Dêncio, é por causa do ciúme dos homens. Não foi possível aprofundar sobre o tema, por ser uma questão “delicada” e não pertinente de forma direta ao nosso objeto de pesquisa, mas consideramos esse dado como relevante para ser mencionado no que diz respeito a questões de sociabilidades características da comunidade.

As mulheres da Comunidade Negros do Osso trabalham nos roçados, são artesãs, participam ativamente na formação escolar dos seus filhos. Há também mulheres que trabalham e estudam na Escola Municipal Negros do Osso. Além disso, encontramos mulheres quilombolas trabalhando de comerciante na feira do Município de Pesqueira. Ficou evidenciado que essas mulheres desempenham diversos papéis importantes para a sobrevivência das famílias e para a própria Comunidade. A última Diretriz do Programa Brasil Quilombola, dá ênfase a dimensão de gênero e afirma ((BRASIL, 2004, p.24):

Garantir direitos sociais e acesso à rede de proteção social, em articulação com os outros órgãos governamentais, formulando projetos específicos de fortalecimento nos grupos discriminados, com especial atenção às mulheres e à juventude negras, garantindo o acesso e a permanência desses públicos nas mais diversas áreas (educação, saúde, mercado de trabalho, geração de renda, direitos humanos, previdência social etc).

Também procuramos verificar as práticas religiosas da Comunidade Negros do Osso e constatamos a existência de uma Igreja Católica e a inexistência de templos evangélicos e de outras religiões.

O professor Rogério, membro atuante da igreja católica nas atividades de evangelização, sendo um dos responsáveis pelo terço dos homens, informou-nos que

o padre celebra missa duas vezes por mês na igreja da Comunidade, mas existe uma equipe de evangelizadores que realizam atividades na igreja no decorrer das semanas. Ele acrescentou que o momento mais importante do ano é a festa da padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que é celebrada no mês de agosto, com novenas, quermesses, procissão, bingos e rifa de animais doados pela comunidade para arrecadar recursos para a igreja.



Foto nº 07 Capela Católica da Comunidade Negros do Osso.
Fonte: Silva, João Estevão da. – janeiro de 2018.

Em 15 de dezembro de 2017, houve a formatura dos alunos do Ensino Fundamental da Escola Negros do Osso. A cerimônia foi iniciada com a celebração eucarística por Padre Antônio, vigário responsável pela capela da Comunidade. Na análise discursiva da homilia, percebemos em sua fala a retratação de uma visão universalizante do pensamento católico, incentivando os alunos à continuidade dos estudos na perspectiva formal, afirmando que “no futuro teremos doutores, advogados, engenheiros formados nesta comunidade e citando que os alunos devem crescer em graça e sabedoria para se tornar luz do mundo.” (Anotações de campo, 15 de dezembro de 2017). Na prática discursiva católica, podemos observar a continuidade do projeto cultural eurocêntrico presente de forma subjetiva e latente que é expressa de uma maneira que todos são filhos de Deus e as oportunidades dependem da força de vontade e da moral humana. O que mais chamou nossa atenção na prédica do padre foi a negação da existência de uma comunidade quilombola: em nenhum momento tratou da questão identitária da Escola Negros do

Osso e sua realidade manifesta na problemática vivenciada pelos negros quilombolas no que tange ao direito constitucional à escolaridade e à terra.

A população do município de Pesqueira, segundo censo do IBGE de 2010, era de 62.931 pessoas. Deste total declararam-se católicos 54.197, evangélicos 5.332, espíritas 258. É importante observar que no referido censo, não aparecem as religiões de cunho afro-brasileiro. Constatamos na pesquisa de campo que no Município existe um terreiro de umbanda e um de candomblé. É possível que essa invisibilidade nos dados do IBGE seja explicada pelo medo cultural incutido na mentalidade da população brasileira, na qual ainda predomina uma representação negativa das práticas religiosas afro-brasileiras.

No que tange às práticas evangélicas na Comunidade Negros do Osso, podemos observar que existe uma pessoa chamada Edjânio, que semanalmente transporta um pequeno grupo de adeptos para a Igreja Congregação Cristã do Brasil (CCB), localizada na cidade de Pesqueira.

Conforme Monteiro, (2010, p.142):

O modelo de atuação da CCB é praticamente oposto àquele usualmente atribuído ao pentecostalismo. Não se fazem cultos ao ar livre, pregações em praças ou locais públicos. Não são permitidas campanhas evangelísticas nem impressão e/ ou distribuição de folhetos. A mídia eletrônica também não é permitida. Em época de Igreja virtual, na qual o fiel pode participar de cultos, orações ou atividades de cunho religioso por meio de televisão, rádio e internet, a CCB mantém o mesmo procedimento de sempre, valorizando a presença física nos templos e mantendo-se contrária à expansão da fé por meio da mídia.

No entanto, no passado o culto às religiões afro-brasileiras esteve presente nas práticas de muitos moradores da Comunidade Negros do Osso. Segundo estudos realizados por Arcanjo (2008, p. 110), houve práticas da religião de terreiros do culto afro-brasileiro, denominado “Caboclo Jurandir”:

Essas práticas, durante muito tempo, foram motivos de perseguição e proibição ao longo do sistema escravista no Brasil. Contemporaneamente, essas atividades começaram a ser fiscalizadas por órgãos de repressão. No ano de 1966, Maria José Bezerra dos Santos, filha de Maria Bezerra e neta de Manoela Maria da Conceição- matriarca da Comunidade obteve um registro na Federação de cultos afro-brasileiros. A licença de nº 685 conferia à Maria José Bezerra dos Santos a presidência do culto afro-brasileiro denominado “Caboclo Jurandir”, possuidor de personalidade jurídica, filiado a essa entidade e sediado no sítio Jatobá, s/n, no município de Pesqueira. A mesma licença foi renovada até o ano de 1983.

Em conversa com o senhor Cícero Ferreira de Macena, obtivemos a informação de que sua mãe, a Senhora Maria José Ferreira de Macena, de 83 anos, foi praticante da religião de terreiro “caboclo Jurandir” e que ela saberia informar

nomes de pessoas mais velhas da Comunidade, praticantes da referida religião, que poderiam relatar suas experiências vividas no passado. Ele pediu ao seu filho José Dêncio que nos levasse à casa de sua mãe. Ao chegar à residência da Senhora Maria José Ferreira de Macena a surpresa foi que a mesma não queria ser entrevistada e com a insistência e pedido do seu neto, José Dêncio, a mesma respondeu a algumas perguntas fazendo o seguinte relato: “Eu nunca pratiquei essas coisas, não me lembro das pessoas que era desta religião de terreiro. Sou muito católica, vou à missa e sou devota dos santos e de Nossa Senhora.”

Verificamos o silenciamento sobre a temática do simbólico da religião afro-brasileira e não conseguimos descodificar os motivos deste silenciamento da Senhora Maria José Ferreira dos Santos e de outras pessoas da comunidade, já que constatamos em documentos a existência destas práticas religiosas. Podemos levantar a seguinte hipótese: O silenciamento dá-se em decorrência de uma forte doutrinação da igreja católica e evangélica na comunidade, produzindo uma negação das práticas religiosas de matriz afro-brasileira. Essa questão poderá motivar a construção de objeto de estudo de outra pesquisa, mas ela interessa aqui por fazer parte da constituição da Comunidade e ter relação com as práticas sociais e educativas que em algum momento fizeram parte dessa constituição.

É importante compreender que as religiões afro-brasileiras não eram chamadas de religião nem vistas como tal. Antes da República, o Brasil só reconhecia o catolicismo como religião oficial e uma das condições para ser reconhecido socialmente como brasileiro era ser católico. Conforme podemos constatar no pensamento de Prandi Apud Carneiro (2014, p. 09):

Mas nem sempre foram chamadas de religião nem vistas como tal. Antes da República, o Brasil só reconhecia o catolicismo como religião, e uma das condições para ser brasileiro era ser igualmente católico. Os negros, escravos e libertos, que cultuavam seus deuses africanos, deviam ser, antes de mais nada, católicos.

Os negros foram obrigados pela lógica do universalismo do catolicismo a se tornarem católicos. Ser católico passou a ter uma significação de salvação para os negros e como foi o homem branco que proporcionou o ingresso do negro no monoteísmo cristão, os negros, em gratidão, deveriam ser escravos até sua morte, porque receberiam a glória da salvação no reino dos céus. Nesse sentido, Bellotti e Valério (2007, p. 04):

Assim é que muitos jesuítas no Brasil colonial insistiam na necessidade de catequizar os escravos, tornando-os cristãos, para que pudessem exercer a “liberdade de obedecer”. Assim, a estes caberia suportar com paciência sobrenatural sua condição, sem poder aproveitar-se de nenhuma ocasião para recuperar a liberdade.

A questão religiosa provoca-nos a pensar sobre as permanências e rupturas que se apresentam nas práticas sociais presentes na Comunidade Quilombola Negros do Osso e como as experiências de vida presentes nos olhares, nas falas e mesmo no silenciamento de algumas questões – como as práticas vivenciadas da religiosidade afro-brasileira - manifestaram-se em situações vividas durante o período de inserção da pesquisa.

Na Comunidade Negros do Osso, verificamos, ainda, a prática da caça de animais silvestres. Como pudemos observar no depoimento de José Dêncio:

Gosto de caçar desde que era pequeno, aprendi com meu pai e o meu tio, comecei usando arataca para pegar lambu, juriti, rolinha, tatu-peba e seriema, depois aprendi a atirar com espingarda, mas com a fiscalização do IBAMA, a gente ficou só usando peteca e os cachorros para caçar peba e tatu. (JOSÉ DÊNCIO DE MACENA- Janeiro de 2017)

A caça e a pesca são utilizadas por uma parcela da população do campo como uma estratégia de sobrevivência diante das constantes dificuldades e fome presentes na vida cotidiana.

O homem do campo e sua vida são marcados por uma constante relação com a terra e com a natureza. A caça de animais é uma prática cultural de herança das sociedades mais antigas. As dificuldades climáticas do semiárido nordestino, aliado ao problema do latifúndio e à ausência de políticas públicas planejadas e adequadas à realidade da região, fazem com que o homem do campo busque na caça, por exemplo, um alimento importante para sua sobrevivência.

José Dêncio, membro da Comunidade Negros do Osso, informou que o IBAMA e a Polícia Militar têm atuado apreendendo as espingardas de caça dos moradores da Comunidade, com embasamento na Lei n° 5.197/67, que proíbe a prática da caça com qualquer tipo de arma. Tendo em vista o enfrentamento dessa situação e por ser uma prática tradicional na Comunidade, a caça de animais continua sendo realizada por muitos dos seus membros. Isso se dá por meio de instrumentos “rústicos”, tais como a peteca¹, arataca e o uso de cachorros para caçar “tatu” e o

¹Em algumas regiões, também conhecida com “baliadeira” ou “balieira”. Trata-se de um artefato feito com uma forquilha, na qual é anexado um elástico – feito com dois pedaços de borracha de pneu - onde se pode colocar uma pedra e arremessá-la em direção da caça.

“tejo”. Podemos constatar que essa realidade manifesta na vida cotidiana da Comunidade diz respeito à práticas de resistência de forma oculta e silenciosa (SCOTT, 2013), que têm por objetivo garantir ganhos imediatos para a sobrevivência das famílias por meio do resultado daquilo que se consegue com a caça.



Foto nº 08- Tatu-peba²

A comunidade quilombola Negros do Osso se encontra espacialmente organizada com sessenta e sete famílias que moram no entorno da agrovila, e trinta e três famílias possuem suas residências na agrovila, construída com recursos da Fundação Banco do Brasil, projeto esse que foi executado através da solicitação da Associação Quilombola Negro do Osso. Pudemos observar que as casas foram construídas com a seguinte estrutura: uma pequena área coberta na frente da casa, uma sala, uma cozinha, dois quartos e um pequeno espaço que, na planta da casa, deveria ser o banheiro, porém não foi concluído. Segundo Sebastião Macena, morador da Comunidade Quilombola, as famílias utilizam o referido espaço para tomar banho e as demais necessidades fisiológicas são realizadas com o uso do “pinico” ou diretamente no meio ambiente, em área próxima às suas casas. O projeto de construção da agrovila na Comunidade Quilombola Negros do Osso, segundo o Presidente da Associação Quilombola, foi financiado pela Fundação do Banco do

²Foto: <https://www.google.com.br/search?q=imagens+de+tatu+peba+animal&tbm>

Brasil e, para compensar a falta dos banheiros previstos no projeto original, foram construídos quatro banheiros para o uso coletivo de toda a Comunidade Quilombola.

A falta de saneamento básico na Comunidade é uma lamentável realidade, que comprova mais um desrespeito à uma população com marcas profundas de sofrimento e exclusão social. Vale dizer que a execução desse projeto como uma ação pública fere os direitos existenciais e constitucionais previstos na Lei nº 11.4445 de 2007.

Conforme Sarlet e Fensterseifer (2011, p.117-118):

O saneamento básico é regulado pela Lei 11.445, de 2007, da Política Nacional de Saneamento Básico, e diz respeito ao serviço de água e saneamento prestado pelo Estado, ou empresa concessionária do serviço público aos integrantes de determinada comunidade, especialmente no que se refere ao abastecimento de água potável, ao esgotamento sanitário, a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.



Foto nº 09- Agrovila da Comunidade Quilombola Negros do Osso.
Fonte: Silva, João Estevão da. - janeiro de 2018.

No geral a maioria das casas possui ao final uma área coberta com palha de uma árvore chamada “coco catolé”, onde funciona a cozinha a fogo de lenha ou carvão. No quintal das casas, as famílias plantam árvores frutíferas como pinha, mamão, caju, manga, bananeira e organizam hortas de plantas medicinais que são utilizadas na vida cotidiana, substituindo parte dos remédios farmacêuticos.



Foto nº 10 Foto parcial do quintal de uma casa na Comunidade Quilombola Negros do Osso.
Fonte: Silva, João Estevão da. - janeiro de 2018.

Em nossas observações à Comunidade percebemos que a iniciação sexual dos adolescentes e jovens acontece de forma bastante prematura, e mesmo com a forte presença doutrinária da igreja católica, poucos são os casamentos oficializados no civil e no religioso. Em geral, as pessoas vivem em união estável, ou, como se diz popularmente, “se juntam”. Nesse sentido, Maria Lucilena Macena dos Santos, artesã no fabrico de vassouras de palhas, como também trabalhadora Escola Quilombola Negros do Osso, na qual exerce a atividade de merendeira, fez o seguinte relato: “Me juntei com o meu marido com 17 anos, tenho três filhos, parei de estudar no 6º ano do ensino fundamental por causa que meu marido tinha ciúme.” (MARIA LUCILENA - janeiro de /2018)

A reprodução da pobreza é um sintoma permanente, histórico e estrutural nas relações sociais e econômicas no campo. Observamos no caso da família de Maria Lucilena que esta, não possui terras para trabalhar como também não tem expectativa de uma formação educacional que possa consolidar a sua vida profissional. Buscando a sobrevivência através da agricultura, colocando pequenos roçados, bem como, juntamente com seu marido, trabalha de diarista nas fazendas. Além disso, busca alternativas para sua sobrevivência através do artesanato, como também é o caso do seu marido, Djavam Saviano Leite, 31 anos. Ele declarou ter aprendido fazer vassoura de palha com sua mãe, utilizando o material de palha de coco catolé para fazer o produto e vender na feira do Município de Pesqueira.



Foto n° 11- Confeção de vassoura por uma família quilombola.
Fonte: Silva, João Estevão da. - janeiro de 2018.

No início da formação da Comunidade, os casamentos eram realizados entre parentes consanguíneos muito próximos, causando assim, na atualidade, um grande número de pessoas com deficiência física e mental. Segundo José Dêncio (vice-presidente da Associação Quilombola Negros do Osso):

Aqui na comunidade muitas pessoas vivem do benefício, têm muitos deficientes, porque casa primo com primo e a origem da comunidade é de uma família só. As portas das casas ficam fechadas, têm muitos doentes, e outros saem para trabalhar. (JOSÉ DÊNCIO- Janeiro de 2018)

Conforme observa Fontinelle (2015, p.120) ao abordar a questão de consanguinidade:

No nordeste brasileiro, foram estimadas frequência de casamentos consanguíneos que variam de 9% a 32%. Em média de 25% dos casais consanguíneos e 12% dos não consanguíneos apresentaram um ou mais filhos com alguma deficiência. A elevada prevalência de pessoas com deficiência no nordeste brasileiro pode ter associação com a manutenção da tradição de casamentos consanguíneos nessas populações e parte das deficiências pode ser causada por doenças genéticas.

Em uma perspectiva histórica, os casamentos consanguíneos nas comunidades de negros foram estruturados, inicialmente, pelo isolamento das comunidades quilombolas, nas quais prevalecia um grande número de homens negros para um pequeno número de mulheres. Eram realizadas práticas de poliandria, vivenciada, por exemplo, no Quilombo dos Palmares. Tal prática consiste em relações na vida cotidiana, geralmente uma mulher para até cinco homens. Documento que

relata a vida cotidiana dos costumes e as leis que vigoravam em Palmares, escrito em 1677 por Manuel de Inojosa, um grande proprietário de terras e de escravos que lutava pela destruição do Quilombo do Palmares, e transcrito pelo historiador Décio Freitas (2004, p.141-142), no livro República de Palmares, afirma que:

Sobre a conquista dos negros dos Palmares, o mundo como vivem, trabalham, casam e governam, e vão as consultas e papeis que se acusam, que vão registrados no livro 5º místico à fls. 5 a 6v. Nela relata Manoel de Inojosa que por ser conveniente a esta conquista mandou um negro seu escravo com promessa de alforria a que fosse viver entre os ditos negros fingindo fugir ao cativo e assim lhes entrando na confiança tomar notícia sobre o modo como vivem, trabalham, casam e governam, pois com o saber dos negócios do inimigo se facilita o sucesso da guerra; que o dito escravo por espaço de seis meses entre aqueles negros como um dos seus, em tendo lhes ganhando a confiança, assim dos moradores como dos cabos maiores; que cada negro de que chega ao mocambo fugindo de seus senhores logo é ouvido por Conselho de Justiça que têm para saber de suas tenções porque são grandemente desconfiados nem se liam só do fato de ser negro que chega e dão mulher a qual possuem junto com outros negros, dois, três, quatro e cinco negros, pois sendo poucas as mulheres adotam esse estilo para evitar contendias; que todos maridos da mesma mulher habitam com ela o mesmo mocambo, todos em boa paz e harmonia, em arremedo de família, mas próprio de bárbaros sem as luzes do entendimento e a vergonha que a religião impõe; que todos estes maridos se reconhecem obedientes à mulher que tudo ordena assim na vida como no trabalho.

Nos quilombos de formação contemporânea, a composição familiar se processou em um contexto histórico também de isolamento racial. Através da discriminação racial e do racismo, o movimento eugênico foi difundido no Brasil que, para Castañeda, Francis Galton (1973, p.17): “definiu a eugenia como sendo o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente”.

Nesse contexto, melhorar a raça significava, na época, tornar o Brasil branco. Segundo Castañeda, (2003, p. 913)

Assim, (...)define eugenia como a ciência que lida com todas as influências que melhoram as qualidades inatas de uma raça, ele está incluindo tanto o estudo das leis de herança que determinam as qualidades do indivíduo, como o estudo das circunstâncias sob as quais as famílias prósperas se originaram (livro de ouro), além disso, leva em consideração as influências (sociais e religiosas) que afetam o casamento. Pois, um dos objetivos mais importantes da eugenia é a prevenção de uniões desfavoráveis e o estímulo daquelas favoráveis à sociedade. O casamento, perante a eugenia proposta por Galton, é um dos instrumentos mais eficazes para a melhoria da humanidade. É a seleção artificial, que tanto o homem vinha praticando para conseguir melhores raças de animais, que, de certa forma, a eugenia propunha para seus adeptos através da seleção dos matrimônios: as características naturais e as faculdades dos seres humanos diferem, no mínimo, tão grandemente quanto aquelas dos animais domesticados tais como cães e cavalos, com os quais nós somos tão familiares.

Na Comunidade Negros do Osso, verificamos em nossas observações que prevalece o casamento por semelhanças físicas, com relação à cor da pele. Contudo, já existem novas experiências vivenciadas por casamentos de pessoas da cor branca com negros, como é o caso de Maria das Dores Teixeira Galindo da Silva, 26 anos, tesoureira da Associação Negros do Osso, que é casada com um negro da Comunidade Quilombola e fez o seguinte relato:

Logo no começo quando assumi a função de tesoureira da Associação, os quilombolas achavam estranho por ser branca, e tenho algum parente por parte da família Galindo, que são fazendeiros. Mas, como sou casada com um quilombola, isto ajudou para que se aceitasse como membro participante da Associação. (MARIA DAS DORES TEIXEIRA GALINDO DA SILVA-Janeiro de 2017)

Observamos que o casamento de Maria da Dores Teixeira Galindo da Silva com um negro quilombola (José Carlos Macena da Silva) é uma exceção nas relações das práticas sociais que culminam em casamento e diz respeito à convivência na vida cotidiana entre a população negra e a população branca da região.



Foto nº 12- Maria da Dores Teixeira Galindo da Silva Tesoureira da Associação negros do Osso.
Fonte: Silva, João Estevão da. - maio de 2018.

1.4 Saúde e capoeira: ausência do Estado, práticas alternativas e resistência

Outro aspecto observado na Comunidade diz respeito à saúde na Comunidade investigada. O programa Brasil Quilombola estabelece e regulamenta metas para o desenvolvimento de infraestrutura, habitação, saneamento básico e saúde com o objetivo constitucional de implementar políticas sociais básicas para as comunidades quilombolas. O Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 90, de 17 de janeiro de 2008. O Artigo 1º, dessa Portaria prevê: “Atualizar o quantitativo populacional de residentes em assentamentos da reforma agrária e de remanescentes de quilombos, por município, para cálculo do teto de Equipes Saúde da Família, modalidade I(...)”

A secretaria de saúde fez a atualização do quantitativo populacional de residentes nos assentamentos de reforma agrária e dos remanescentes de quilombos. Contudo, observamos que essa estratégia de política pública visto que, a percepção de investimento para as Comunidades Rurais e Quilombolas representam um valor maior, tendo em vista à situação de carência dessas populações. Entretanto, o que verificamos na operacionalização, que não existe nenhuma diferença na qualidade da prestação dos serviços com as demais áreas de atendimento à saúde do Município de Pesqueira.

Assim sendo, pudemos constatar que a assistência à saúde na comunidade Negros do Osso e adjacências se dá pela atuação de um único agente de saúde, que é Silvio Lins Thaumaturgo. Essa assistência é realizada através do Programa Saúde da Família, em uma unidade básica localizada a 12 km da Comunidade, no distrito de Mimoso. Em alguns casos mais graves as pessoas são levadas para o Hospital Regional Dr. Lídio Paraíba, no município de Pesqueira, a 27 km da comunidade.

Em virtude dessas dificuldades enfrentadas no dia a dia, uma grande parcela da população utiliza remédios de plantas medicinais retiradas das árvores nativas ou plantadas no quintal de casa, tais como: erva cidreira, capim santo, flor de sabugo, hortelã, dentre outras. E, de forma muito bela, existe na comunidade a figura da parteira, que desenvolve a prática de um conhecimento pela tradição, tendo aprendido a realizar partos com sua mãe. A Senhora Maria Francisca Macena da Silva, 64 anos, aposentada e nascida na comunidade, afirma que aprendeu a fazer partos pela necessidade da comunidade. Vejamos seu relato:

Nasci aqui na roça com meus pais, aprendi a fazer parto com minha mãe, mas minhas filhas não quiseram aprender, elas têm medo de sangue. Quando eu ia fazer um parto lavava bem as mãos com álcool e precisava de uma tesoura, toalha e sabão. Quando o parto era difícil, a mulher era levada para o hospital de Pesqueira. Fiz parto difícil, mas Deus ajudou e eu conseguir fazer. Só eu faço parto na comunidade, nunca estudei para fazer isto. Na minha infância era muito ruim, sofriamos muito quando não chovia, mas ainda tá ruim, mas fazer o que?! É vontade de Deus, e Deus sabe o que faz. Queria muito aprender a ler, estudei só a primeira série. O meu marido é agricultor e trabalha nas terras dos fazendeiros. Sou católica, sou feliz porque adoeci e Deus me deu a sorte de ficar boa, e sou feliz com minhas três filhas, não sou feliz com meu marido porque ele bebe muita cachaça. Me sinto feliz quando estou trabalhando na roça vendo as plantas crescendo e peço a Deus a misericórdia divina para chover. Eu vivo muito doente, no passado fiquei maluca e meu pai me internou na Tamarineira, em Recife, mas com a graça de Deus fiquei boa. (MARIA FRANCISCA DA SILVA- Janeiro de 2017)

O relato de Maria Francisca Macena retrata a questão identitária do seu pertencimento, que está entrelaçado com o respirar e viver no campo. A sua história é um caminhar de sentimentos da dura realidade de ser negra quilombola e agricultora, demonstrando com sua própria vida a criatividade da aprendizagem empírica da tradição de sua família, que parte da premissa de uma aprendizagem vital para responder às necessidades da Comunidade, quanto à realização de partos nas próprias residências, uma vez que a distância para um centro mais desenvolvido é de 27 km, no município de Pesqueira. A Comunidade também fica distante de farmácias, de transportes públicos e de atendimento médico. A sua linguagem retrata a presença da fé em sua vida, presente na realização dos partos, na cura da sua doença e na explicação sobre fenômenos naturais, como a chuva – fruto da vontade de Deus, como disse. Percebemos que a forma de pensar de Maria Francisca tem influência do catolicismo. Podemos, ainda, encontrar uma relação desta visão de mundo como uma justificativa da pobreza social com o pensamento teológico da predestinação, na qual a salvação não é resultado da vontade humana, como uma recompensa das boas ações, mas sim uma graça superior concedida pela vontade de Deus. A teoria da predestinação divina define que para que o homem alcance a salvação eterna pela vontade de Deus.

Segundo Mori, (2017, p. 03-04) vai afirmar que:

O tema da predestinação na Bíblia é inserido no quadro da teologia da eleição e da aliança. A figura neotestamentária da nova aliança consiste na unificação de toda a 4 humanidade em Jesus Cristo, no sentido da participação de todos na filiação de Deus própria a Jesus Cristo. Por isso, a criação do ser humano na Bíblia é um momento interno à aliança. Porém, na história da teologia o tema da predestinação foi interpretado diversamente, sobretudo em Agostinho. Este, recorrendo a Paulo, elaborou uma doutrina caracterizada por dois elementos:

- 1) A referência aos indivíduos, homens e mulheres particulares, eleitos entre todos os seres humanos, com a exclusão dos outros;
- 2) O caráter infalível da eleição, no sentido de que nada, nem mesmo a liberdade pessoal dos eleitos, pode torná-la ineficaz. Esta leitura de Agostinho não percebe que Paulo pensa sempre a eleição/predestinação a partir do povo e que o chamado singular tem sempre dimensão universal. A doutrina da eleiçãoaliança/predestinação, à diferença de Agostinho, tem sempre um caráter cristológico, histórico e universal. Ela encontra em Cristo, o eleito do Pai, a qualificação de suas características e não nos homens e mulheres, e nem mesmo em Deus prescindindo de sua doação no Filho e de nossa participação na liberdade criada do Espírito. Vejamos alguns elementos do Primeiro e do Novo Testamento onde isso aparece.



Foto nº 13 da “Parteira” Maria Francisca Macena com seus netos.
Fonte: Silva, João Estevão da. - Maio de 2018.

As crianças da Comunidade Negros do Osso, nas relações entre a construção dos seus brinquedos e o brincar, apropriam-se de saberes lúdicos. São experiências compartilhadas por um conhecimento que é repassado pela tradição na difusão dos saberes populares concretizados nas práticas cotidianas, produzindo seus significados e ressignificações entre as vivências do passado e do presente. Para se compreender esse processo de aprendizagem histórica, vejamos o relato do Sr. Luis Leite da Silva:

Aprendi a fazer bola de palha de milho para brincar com meus irmãos e amigos de infância; o meu pai me ensinou a fazer um brinquedo que era um carro de boi, se fazia com dois ossos, um pedaço de madeira e duas rodas.
(LUIS LEITE DA SILVA, Janeiro de 2018)

Segundo Sebastião, as crianças da Comunidade Negros do Osso vivenciam as brincadeiras em ciclos específicos no decorrer do ano, tais como: no período do inverno, brinca-se com o peão, que é feito pelas próprias crianças com a ajuda dos seus pais. Também neste período brinca-se muito de bola de gude. Já no verão, as crianças confeccionam pipas que, com os ventos que sopram forte nesta região, são motivo de diversão. As pipas voam tremulando o coração e o sonho de ser criança, pois as criações dos brinquedos e brincadeiras transmitem um imaginário que transita entre viver uma dura realidade e o sonho de ser criança. Durante todo ano, as crianças brincam jogando futebol. Segundo Oliveira (2010, p.09):

Felizmente, as crianças fazem do brinquedo uma ponte para o ser imaginário, um meio pelo qual externam suas criações e suas emoções, o fluir da imaginação criadora da densidade, traz enigmas, comporta leituras mais profundas manifestações efervescentes, ricas em significados. Assim, brinquedo adquire especial relevância e passa ser merecedor de consideração.

Para os jovens da Comunidade Negros do Osso, foi organizado um grupo de capoeira pelo professor Sebastião Macena Santos, denominado *Negros do Osso*. O referido grupo se reúne duas vezes por semana na sede da Associação Negros do Osso para realização das aulas. O professor informou-nos que o referido grupo realiza apresentações nas escolas municipais e estaduais. Além disso, são convidados para se apresentarem em comemorações culturais nos Municípios de Pesqueira e Arcoverde. O professor Sebastião fez o seguinte relato de sua metodologia de trabalho:

A gente trabalha a parte prática buscando o desenvolvimento físico para o melhor desempenho do jogo de pernas que é usado na capoeira. E para fortalecer a consciência negra dos alunos, realizamos aulas teóricas, apresentando o contexto histórico em que surgiu a capoeira. Quem mais participa são os adolescentes, não temos a participação feminina, o motivo é que os pais compreendem que a capoeira é uma atividade só para os homens. (SEBASTIÃO MACENA DOS SANTOS- Março de 2017)

A capoeira possui uma mística cultural de significados simbólicos e de resistência à dominação, sendo uma mistura de lutas, danças, ritmos e instrumentos musicais provenientes de distintas etnias africanas.

Mesmo com a efetivação da abolição da escravatura, em 1888, e a Proclamação da República, em 1899, a capoeira continuou sendo perseguida no Código Penal Brasileiro. Lei imposta aos capoeiras em “11 de outubro de 1890 dos vadios e capoeiras”, sendo uma demonstração da continuidade e intolerância com as

diferenças culturais no que se refere ao negro na formação do povo brasileiro, e, ao mesmo tempo, significou que novas permanências jurídicas foram impostas no pós-abolição aos capoeiras, através do Código Penal Brasileiro (1890), Artigo 402:

Artigo 402 - Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal, conhecidos pela denominação de capoeiragem: andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta ou incutindo temor, ou algum mal: Pena: de prisão celular de dois a seis meses.

Parágrafo único - É considerada circunstância agravante, pertencer o capoeira a algum bando ou malta. Aos chefes ou cabeças se imporá a pena em dobro.

Artigo 403 - No caso de reincidência será aplicada ao capoeira, no grau máximo a pena do artigo 400, pena de um a três anos em colônias penais que se fundarem em ilhas marítimas, ou nas fronteiras do território nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presídios militares existentes. Parágrafo único - Se for estrangeiro será deportado depois de cumprir pena.



Foto nº14- Sebastião Macena dos Santos, professor do grupo de capoeira na Comunidade Negros do Osso. Fonte: Silva, João Estevão da. -Agosto de 2018.

Em uma perspectiva histórica, a legalização da capoeira e outras manifestações da cultura negra, como o candomblé e umbanda, obteve a oficialização a partir do governo do presidente Getúlio Vargas, pelo viés da regulação do Estado, sendo que estas práticas deveriam ser realizadas em espaços fechados e com alvará de funcionamento emitido pelo órgão público. No ano de 2008, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional), através do processo nº 01450.002863/2006-

8, parecer nº 031/08, aprovou a proposição do registro da capoeira como patrimônio cultural do Brasil, feita por iniciativa do Ministério da Cultura e pelos mestres capoeiras de diversos Estados do Brasil. Em 25 de novembro de 2014, na 9ª sessão do comitê da UNESCO, a capoeira foi aprovada como patrimônio imaterial da humanidade.



Foto nº15 - 1º Fórum Comunitário do Município de Pesqueira-PE.
Fonte: Silva, João Estevão da. - Agosto de 2018.

A Secretaria de Assistência Social do Município de Pesqueira, no mês de junho de 2017, implantou na comunidade Negros do Osso, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. O referido serviço é um programa de políticas públicas do Governo Federal, sendo financiado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e combate à fome, o MDS. O programa foi aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social, através da Resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2013. O serviço de fortalecimento de vínculos realiza atendimento a grupo de descrição específica do serviço: para crianças de 06 a 15 anos e jovens de 15 a 17 anos, e a descrição específica do serviço para idosos. O referido serviço tem como objetivo o desenvolvimento de atividades com crianças, adolescentes, jovens e idosos, em comunidade de vulnerabilidade social, para fortalecer vínculos e prevenir a ocorrência de situações de exclusão social e, de forma mais específica, a violência doméstica e o trabalho infantil.

O serviço de convivência e fortalecimento de vínculos na Comunidade Negros do Osso iniciou suas atividades em um espaço que funcionava a antiga Escola Negros do Osso, que se encontrava fechada sem nenhuma função social para a comunidade, em função da construção da nova escola que foi inaugurada no dia 30

de dezembro de 2016. Foi realizado pelo Serviço de Fortalecimento de Vínculos um atendimento para noventa crianças e adolescentes no ano de 2017. Conforme relato do orientador social, José William Guilherme do Nascimento:

Foi realizado um atendimento no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos na Comunidade Negros do Osso para 90 crianças e adolescentes. Com atividades educativas de apoio para a formação escolar, esporte e lazer. Foi ministrado um curso de música com aulas de flauta e violão, e sendo estruturado um coral. Os alunos também receberam aulas de danças afro-brasileira, e o resultado do trabalho do grupo de dança foi a realização de uma apresentação na praça principal de Pesqueira nos festejos natalinos. E para as famílias, nós realizamos oficinas de artesanato com o objetivo de fortalecer a geração de renda das famílias. (JOSÉ WILLIAM GUILHERME DO NASCIMENTO- Janeiro de 2018)



Foto nº16 - Grupo de crianças e adolescentes assistidos pelo Programa de Fortalecimento de Vínculos. Fonte: Silva, João Estevão da.- Janeiro de 2018

Através das narrativas de histórias de muitos moradores da comunidade Negros do Osso, pudemos observar o processo de reconstrução identitária da mesma, sob a ótica dos valores culturais e seus saberes e fazeres presentes na vida cotidiana. Observamos na fala dos membros da Comunidade com os quais tivemos contato um comportamento de desconfiança nas relações com o poder instituído, tendo na linguagem uma estratégia política que é manifesta através de uma passividade que parece ser um comportamento de submissão ao poder. Contudo, se apresenta como uma prática de resistência no que tange ao sofrimento vivido na busca de conquistar as necessidades básicas para a sobrevivência, como vimos no caso da caça e veremos, no segundo capítulo, no caso do nome da Escola Quilombola.

Percebemos que a busca de novos significados também se oferece como um caminho de resistência trilhado pelos membros da Comunidade, no sentido de dar visibilidade à existência social quilombola, sobretudo na relação com o que está instituído, normalmente por agentes externos, na direção de garantir aspectos inerentes à sua cultura. Nesse sentido, uma das lideranças da comunidade, o senhor Siqueira, através da Associação Negros do Osso, solicitou ao padre da igreja católica que modificasse a atual padroeira da comunidade, que é Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, para São Benedito, que é um santo católico negro. Embora essa solicitação não tenha sido atendida, o fato de ela ter se pronunciado indica a busca da Comunidade de elementos culturais, dentre eles os religiosos, que sejam condizentes com a sua história, suas raízes.

Sobre a predominância cultural dos valores eurocêntricos, temos a percepção de Gilberto Freyre, que apresenta a formação do povo brasileiro através do encontro de três raças, ocorrido de forma “solidária, democrática e fraterna”, pelo viés da miscigenação. Freyre harmoniza a violência da escravidão e apresenta uma falsa ideia de democracia racial que esconde e mascara a verdadeira história do sofrimento dos negros no Brasil. O encontro das três raças se deu através da imposição dos valores culturais do homem branco, produzindo o extermínio do índio e de sua cultura e invisibilizando a cultura afro-brasileira através de uma forte doutrinação da Igreja Católica e de uma legislação que até a Constituição Federal de 1988, negava o direito de cidadania para população negra. E, nesse sentido, houve na oficialidade uma vitória dos valores culturais do branco, construindo uma afirmação do etnocentrismo europeu, fazendo valer na ética e na estética, do bom, do belo, do correto e civilizado, verdades culturais hegemônicas na construção do povo brasileiro, o que caracteriza o etnocentrismo.

Munanga e Gomes (2016, p.181), vão explicar que o etnocentrismo:

(...) é um termo que designa o sentimento de superioridade que uma cultura tem em relação às outras. Consiste em acreditar que os valores próprios de uma sociedade ou cultura particular devam ser considerados como universais, válidos para todas as outras. O etnocêntrico acredita que os seus valores e a sua cultura são os melhores, os mais corretos e isso lhe é suficiente. Ele não alimenta necessariamente o desejo de aniquilar e destruir o outro, mas, sim de evita-lo ou até mesmo de transformá-lo ou convertê-lo, pois carrega em si a ideia de recusa da diferença e cultiva um sentimento de desconfiança em relação ao outro, visto como o diferente, estranho ou até mesmo como um inimigo potencial.



Foto nº 17- Uma criança da Comunidade Quilombola Negros do Osso.
Fonte: Silva, João Estevão da. -Janeiro de 2018.

Parece-nos que reconstrução identitária da Comunidade Negros do Osso passa pela revisão do mundo que lhes é apresentado com a predominância dos valores eurocêntricos. Revela uma busca de colocar significados da existência e dos valores culturais do negro na sociedade brasileira, como sujeitos ativos na construção de significados de fortalecimento de suas lutas.

Um fato que nos chamou a atenção diz respeito ao olhar triste que percebemos em algumas crianças da Comunidade Negros do Osso. Em geral, elas, como suas famílias, vivenciam uma condição de miséria extrema, que é uma herança da escravidão e que permanece até os dias atuais. Nessa direção, buscamos compreender de forma mais aprofundada o lugar e o sentido da escola para os sujeitos da Comunidade, o que envolve as crianças. Isso por reconhecer a centralidade que a escola da Comunidade ocupa na pauta de luta de lutas de seus membros. O segundo capítulo apresenta elementos importantes à compreensão deste lugar.

2° CAPÍTULO: O DESEJO PELA ESCOLARIZAÇÃO E A CONQUISTA DA ESCOLA NEGROS DO OSSO: considerações históricas e a luta pelo direito à educação

Neste capítulo, faremos algumas considerações sobre o lugar que o povo negro ocupou/não ocupou, historicamente, no pensamento universal e brasileiro e em legislações do país, no intuito de evidenciar a ausência regular de reconhecimento e visibilidade que esse povo experimentou e experimenta e melhor compreender o significado da conquista de uma escola no interior da Comunidade aqui estudada - segunda parte deste capítulo. Tal conquista, como veremos, não se fez e se faz sem contradições. Pelo contrário, elas são constantes e indicam a necessidade de luta contínua de um povo que traz em sua história a negação de existência e de direitos.

2.1 Notas sobre educação e acesso a ela pelo povo negro

Considerando que a educação pode ser concebida como um processo de construção da “evolução” das sociedades, percebemos que, no mundo ocidental, o modelo de educação moderna foi construído sob o prisma da inclusão para as classes dominantes e a exclusão para as classes dominadas. Logo, tal “evolução” foi pensada para uns e não para outros. Nessa perspectiva binária, a educação foi tomada como um instrumento de formação para dar conta das necessidades do mercado capitalista, vinculando-se, ainda, a um processo de negação interessada das diferenças culturais e educacionais de outros povos não europeus, dentre os quais destacamos os negros.

No Brasil, é longa a história de invisibilidade do negro como sujeito a ter acesso a direitos sociais básicos, dentre eles a educação. Nesse contexto, ganha destaque os avanços que a atual Constituição Federal (BRASIL, 1988) trouxe, ao conceber a educação como um direito inalienável a todo cidadão brasileiro. As comunidades quilombolas, especificamente, também vêm experimentando alguns avanços, ainda que eles estejam longe de atingirem as reais necessidades desse grupo específico. Tais conquistas são fruto de um processo de lutas e reivindicações que abarcam o que se nomeia de educação escolar quilombola. Castilho e Carvalho (2015, p. 354) observam que

É imprescindível um novo olhar sobre a inserção social, política e educacional das pessoas que habitam esses territórios, considerando-os como fazedores do conhecimento e possuidores de histórias e práticas culturais próprias, mas, também, como sujeitos de direitos. Dentre os direitos, a luta pela educação ganha destaque na lista dos desejos quilombolas, por ainda ser considerada para muitos o único meio de ascensão social, de conquista de reconhecimento pessoal, e de apropriação de credenciais para o usufruto de uma cidadania plena.

A negação do direito à educação para o negro, no Brasil, foi construída por práticas sociais de exploração do trabalho escravo e justificada por teorias racistas, que produziu o discurso da inferioridade do negro, retratado por pensadores da Revolução Francesa como verdades naturais e racionais, que deveriam servir a todos. Tal visão eurocêntrica, colocando o homem europeu como o civilizado e centro de todo conhecimento planetário, também potencializou a exclusividade da racionalidade como base para conhecimento. É possível verificar efeitos desta lógica alguns pensadores da modernidade, que desenvolveram discursos racistas e preconceituosos contra os negros, classificando-os como impossibilitados de aprendizagem racional. Autores como Kant, Tocqueville e Hegel representam esse tipo de pensamento, como podemos ver nas citações abaixo:

Os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo. O senhor Hume desafia qualquer um a citar um único exemplo em que um Negro tenha mostrado talentos, e afirma: dentre os milhões de pretos que foram deportados de seus países, não obstante muitos deles terem sido postos em liberdade, não se encontrou um único sequer que apresentasse algo grandioso na arte ou na ciência, ou em qualquer outra aptidão; já entre os brancos, constantemente arrojam-se aqueles que, saídos da plebe mais baixa, adquirem no mundo certo prestígio, por força de dons excelentes. Tão essencial é a diferença entre essas duas raças humanas, que parece ser tão grande em relação às capacidades mentais quanto à diferença de cores. A religião do fetiche, tão difundida entre eles, talvez seja uma espécie de idolatria, que se aprofunda tanto no ridículo quanto parece possível à natureza humana. A pluma de um pássaro, o chifre de uma vaca, uma concha, ou qualquer outra coisa ordinária, tão logo seja consagrada por algumas palavras, tornam-se objeto de adoração e invocação nos esconjuros. Os negros são muito vaidosos, mas à sua própria maneira, e tão matraqueadores, que se deve dispersá-los a pauladas. (KANT, 1993, p. 75-76).

O escravo moderno não difere do senhor apenas pela liberdade. Mas ainda pela origem. Pode-se tornar livre o negro, mas não seria possível fazer com que não ficasse em posição de estrangeiro perante o europeu. E isso ainda não é tudo: naquele homem que nasceu na degradação, naquele estrangeiro introduzido entre nós pela servidão, apenas reconhecemos os traços gerais da condição humana. O seu rosto parece-nos horrível, a sua inteligência parece-nos limitada, os seus gostos são vis, pouco nos falta para que o tomemos por um ser intermediário entre o animal e o homem” (TOCQUEVILLE, 1977, p. 262).

(...)a principal característica dos negros é que sua consciência ainda não atingiu a intuição de qualquer objetividade fixa, como Deus, como leis, pelas quais o homem se encontraria com a própria vontade, e onde ele teria uma ideia geral de sua essência [...] O negro representa, como já foi dito o homem natural, selvagem e indomável. Devemos nos livrar de toda reverência, de toda moralidade e de tudo o que chamamos sentimento, para realmente compreendê-lo. Neles, nada evoca a ideia do caráter humano [...] A carência de valor dos homens chega a ser inacreditável. A tirania não é considerada uma injustiça, e comer carne humana é considerado algo comum e permitido [...] Entre os negros, os sentimentos morais são totalmente fracos – ou, para ser mais exato, inexistentes. (HEGEL, 1999, p. 83-86.)

Estes argumentos racistas foram utilizados como uma das justificativas para escravizar os povos considerados inferiores pelos europeus e com a premissa da inferioridade “natural”, da falta inteligência dos “selvagens”, não sendo diferente com o projeto da colonização portuguesa que negou a educação para os negros no Brasil, usando o argumento da inferioridade natural e religiosa e percebendo o continente africano como selvagem.

A Reforma Protestante, iniciada na Alemanha em 1517, por Martinho Lutero, foi responsável pela elaboração de uma nova ética do trabalho para dar significação aos valores do capitalismo comercial que surgia capitaneada pelos interesses da burguesia nascente na Europa Ocidental (REIS, 2005).

Lutero apresenta, em diversos de seus escritos, uma nova concepção de Educação, rompendo com a tradição do modelo praticado na época, pela Igreja Católica, que era responsável pelo funcionamento da Escola seletiva para os filhos dos mais privilegiados. Desta forma, Lutero é um dos primeiros a defender uma Escola com base na racionalidade e liberdade e vai preconizar uma educação pública e cristã como tarefa do Estado e da família. Neste sentido, Ahlert, (2006.p. 89) vai afirmar que Lutero,

Em sua luta para que o povo tivesse acesso à formação intelectual, Lutero exigiu do Estado a responsabilidade educacional dos meninos e meninas. Mas não esqueceu que a família tem papel fundamental no desenvolvimento da criança. Lutero queria todos os cidadãos bem preparados, para todas as tarefas na sociedade. Da sua maneira propôs uma escola cristã que visasse, não uma abstração intelectual, mas a uma educação voltada para o dia-a-dia da vida, na qual o ser humano é visto no todo da Criação.

No contexto do iluminismo no século XVIII, com Condorcet, surge a ideia de Escola pública, laica, gratuita e universal. Assim, a instrução pública deveria estar ao alcance de todas as pessoas como um preceito social de igualdade entre os homens. Condorcet, (2001, p. 81) vai defender que:

A instrução pública é um dever da sociedade para com todos os cidadãos. Em vão seria declarado que todos os homens têm os mesmos direitos, em vão seriam respeitadas as leis se não respeitassem esse primeiro princípio da justiça eterna, se a desigualdade das faculdades morais impedisse o maior número de pessoas de gozar esse direito em toda sua plenitude.

Este ideário iluminista vai aparecer no Brasil com a institucionalização e difusão da instrução pública, por meio da Lei de 15 de outubro de 1827, que estabelece:

Art. 1º: Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias.

Art. 15: Estas escolas serão regidas pelos estatutos atuais se não se opuserem a presente lei os castigos serão os praticados pelo método LANCASTER³.

No entanto, aos negros, esse acesso não era concedido. Nessa direção, o decreto de 1854, nº 1.331, aprovou a regulamentação do ensino primário e secundário, denominado Reforma Couto Ferreira, ministro do império. O decreto estabeleceu a gratuidade das escolas primárias e secundárias, sendo obrigatória a escola primária para maiores de sete anos, exceto para os negros escravizados. Conforme o artigo 69, do referido decreto:

Art. 69: Não serão admitidas as matriculas, nem poderão frequentar as escolas:

§1º: Os meninos que padecerem moléstias contagiosas;

§2º: Os que não tiverem sido vacinados;

§º: Os escravos.

A referida Lei propaga uma educação pública, laica, gratuita e universal para os brancos. Em nenhum artigo é considerada a existência do negro como integrante do povo brasileiro e sujeito de direito ao acesso ao ensino da época.

Com a abolição da escravatura, em 1888, e a Proclamação da República em 1889, houve uma grande expectativa da inclusão do negro no campo econômico e educacional. Mas, o que se verifica é que a liberdade no pós-abolição continuará a ser marcada pela invisibilidade e exclusão do negro, enquanto sujeito social, do projeto educacional e das oportunidades profissionais no mercado de trabalho brasileiro em condições iguais a de outros brasileiros. Até aquele momento, a (pouca)

³O **método Lancaster** é um método pedagógico desenvolvido pelo inglês Joseph Lancaster (1778-1838) no final do século XVIII na Europa. Conhecido também por método monitoral ou mútuo difere dos métodos que o antecederam por utilizar alunos que se destacam dos demais como alunos monitores, responsáveis por contribuir para o ensino do restante do grupo. <https://www.infoescola.com/pedagogia/metodo-lancaster/>

educação pensada para os negros, quando havia, restringia-se a proporcionar uma formação que transformasse as crianças negras em sujeitos úteis e dóceis para as relações sociais e o mercado de trabalho. Nesse sentido, Saviani (2013, p. 163) observa que:

A vida central que perpassa as discussões que se travaram no período que vai de 1868 até a Abolição e a Proclamação da República se expressa na ligação entre emancipação e instrução. O objetivo buscado era transformar a infância abandonada, em especial os ingênuos, nome dado às crianças libertas em consequência da Lei do Ventre Livre, em trabalhadores úteis, evitando que caíssem na “natural indolência” de que eram acusados os adultos livres das classes subalternas. E o meio principal aventado para atingir esse objetivo era a criação de escolas agrícolas, às vezes também chamadas de fazendas-escolas ou colônias agrícolas, aparecendo, ainda, a expressão “colônias orfanológicas”. Tavares Bastos (1937, p. 239), escrevendo em 1870, traduziu de forma clara essa concepção ao considerar que a emancipação do escravo exigia a difusão da instrução de modo que, diminuindo o “abismo da ignorância”, fosse afastado o “instinto da ociosidade”.

Ainda, é importante pontuar que a discriminação social no Brasil foi elaborada por teorias concebidas como “científicas”, que dizem respeito a ideias apoiadas no campo da biologia, como o eugenismo, que definia a superioridade da raça branca europeia sob os demais povos do planeta.

Podemos constatar nos ordenamentos políticos da legislação decorrente do pós-abolição que houve uma preocupação com o comportamento social do negro, que era visto como sujeito de práticas sociais “degeneradas” para o convívio em uma sociedade que tinha por inspiração, naquele momento histórico, os valores preconizados pela civilização do homem branco europeu. O racismo nasce no Brasil no pós-abolição justificado pela teoria do branqueamento da raça com a influência do positivismo e o darwinismo social. Os fundamentos teóricos do branqueamento preconizavam a integração dos negros à sociedade brasileira via formação de um povo homogêneo “branco” e “civilizado”. Acreditava-se, dessa forma, que o sangue branco, sendo o “mais forte”, iria purificar o sangue selvagem dos negros.

Nesse sentido, as comunidades de negros, inclusive as organizadas em quilombos, ficaram, no pós-abolição, no anonimato, silenciadas no campo das discussões intelectuais da época e não foram contempladas na Constituição Federal de 1891, não sendo os quilombos reconhecidos pelo poder público. O motivo foi a compressão de que o conceito de quilombo estava marcado pela definição de negros fugitivos.

Diante da falta de um projeto político e social para a população “recém-libertada”, grande parte dos negros buscou se agrupar em territórios rurais formando pequenas comunidades quilombolas, que ficaram invisibilizadas nos seus valores identitários, produzindo um profundo isolamento de práticas sociais pela sobrevivência, como resistência à omissão e perversidade de um Estado que, naquele momento crucial do fim da escravidão, não avançou no sentido de implantar uma legislação que reparasse o mal cometido aos negros no passado e, ao mesmo tempo, implantasse uma política de inclusão social e educacional aos negros do campo e na cidade. Na busca de explicar o dilema dos negros no pós-abolição, Pedroza e Alves, (2014, p. 109) vão afirmar que:

A Lei Áurea de 13 de maio de 1888 instituiu formalmente a proibição da escravidão, porém não significou o acesso de negros e negras a direitos ou o fim da segregação desses sujeitos pela sociedade. Ao contrário disso, os ex-escravos foram expulsos das terras em que viviam (Leite, 2000). Com a Abolição da Escravidão, em 1888, restaram aos escravizados duas possibilidades: fixarem-se nas periferias urbanas, opção escolhida por muitos ex-escravos urbanos, ou refugiarem-se nas comunidades quilombolas, embrenhando-se na mata atrás de refúgio. Esta última opção foi eleita pela maioria daqueles pertencentes à área rural. Houve também casos de escravos abandonados por seus senhores e que se organizaram em comunidades para buscar sobrevivência. Conseqüentemente, os que buscaram refúgio nas áreas rurais, acabaram por se isolar em comunidades quilombolas distantes das cidades, tendo como justificativa o medo de que a Lei Áurea viesse a ser revogada e que o sistema escravocrata retornasse ao país.

O que se produziu com a escravidão no Brasil vai além das atrocidades físicas, pois o silenciamento da população negra no país foi instituído por meio de um projeto de segregação invisível nas diversas instituições da sociedade brasileira. Basta verificar que em vários setores de trabalho predominam funcionários de cor branca, quando metade da população brasileira é negra e parda. Conforme dados do IBGE, (Brasil, 2010) no censo realizado em 2010:

Pela primeira vez na história do Brasil, o censo indicou que a população negra e parda é a maioria no país: 50,7% de um total de 190.732.694 pessoas. O Censo 2010 revelou que a maior parte da população negra se concentra no Norte e Nordeste do país e sofre a maior taxa de analfabetismo na faixa etária acima dos 15 anos (entre 24,7% e 27,1%).

A dificuldade de afirmação do negro nos espaços educacionais produziu sua ausência em diversos outros espaços de legítimo direito e, também, um número reduzido de pesquisadores negros vinculados a estudos pertinentes à temática afro-brasileira. No geral, o negro é estudado quanto ao seu passado de escravização e, no

presente, pelo viés da temática do racismo e nas lutas pelos seus direitos, buscando, dentre outros aspectos, visibilidade de sua cultura e afirmação do acesso à educação. As lutas da vida cotidiana pela terra e pela educação remetem a um tempo presente, em que muitas “perdas” em relação ao passado precisam ser retomadas através de lutas permanentes para transformação dessa realidade.

Como nos dizem Castilho e Carvalho (2015, p. 354-355),

Para que a escola cumpra seu papel na construção e partilha de conhecimentos e possa corresponder às expectativas das comunidades quilombolas, é necessário que ela, de um lado, reafirme, em sua prática, os valores histórico-culturais e identitários dos estudantes, a partir do lugar que ocupam, para, assim, construir com eles um ensino-aprendizagem democrático, inclusivo, antirracista e emancipatório, que os prepare para participar, igualmente, na sociedade e, de outro lado, possam promover transformações na sua própria comunidade.

Na próxima seção, conheceremos a experiência de luta pela educação da Comunidade Quilombola Negros do Osso e veremos como tem se dado o cumprimento do papel da sua escola, nascida, como vimos, das demandas da própria comunidade, por reconhecer o papel central que a educação pode ter nas transformações que são necessárias a esse povo, especialmente na direção de superar um passado e presente de exclusão, invisibilidade e negação de direitos.

2.2 Escola Negros do Osso: objeto de luta por reconhecimento e direitos

Como dissemos no primeiro capítulo, em 2005 a Comunidade Negros do Osso foi reconhecida pela Fundação Palmares, sendo esta uma importante conquista na direção da visibilidade e afirmação dos seus integrantes. É importante ressaltar que a escola foi a primeira reivindicação e a primeira conquista de uma política pública para a efetivação da escolarização na Comunidade Quilombola Negros do Osso.

Nas diversas idas à Comunidade, pudemos perceber a terra e a escola como elementos significativos de um desejo coletivo. Quanto à terra, expressa-se a pobreza econômica das pessoas da comunidade, justificada pelo não acesso à ela. No que diz respeito à escola, percebemos o forte desejo de sua implantação como meio de melhorar a sua existência histórica, no sentido de favorecer a construção de seus direitos sociais, projetando, através da educação, novas possibilidades da inclusão social para a restauração de uma dignidade ferida pela estigmatização da inferioridade racial.

O professor Romero Monteiro dos Santos constitui-se em uma importante figura no processo histórico de organização e conquista da Comunidade Negros do Osso. O referido professor nasceu no Sítio Jatobá, a 500 metros de onde fica localizada a Comunidade Negros do Osso. Seus pais possuem uma propriedade de 22 hectares e vivem como agricultores, com uma criação de gado e pequenos animais.

O professor Romero, desde a infância, sempre teve uma grande identificação com os problemas da Comunidade Quilombola Negros do Osso. Para estudar o antigo 2º grau, no final da década de 1990, deslocava-se juntamente com outros jovens da Comunidade para o distrito de Mimoso, percorrendo uma distância diária, a pé, de 18km. Com a conclusão do Ensino Superior em Licenciatura em Educação do Campo e pós-graduado em Geografia e Meio Ambiente, o professor Romero passou a assessorar as lideranças da Comunidade no processo de seu reconhecimento pela Fundação Palmares e na luta pela conquista da escola. Atualmente, é professor da Escola Negros do Osso.

Como dissemos, a pesquisa de Juscélio Arcanjo, iniciada no ano de 2002, despertou na Comunidade o interesse em lutar pelo seu reconhecimento enquanto Comunidade Quilombola. Uma vez iniciado o processo de reconhecimento da Comunidade pela Fundação Palmares, uma das primeiras demandas foi a existência de uma escola em seu seio e isso ocorreu em 2009. Conforme o professor Romero,

A Escola Negros do Osso foi uma reivindicação da Comunidade, quando houve o reconhecimento oficial da Fundação Palmares. Sendo também a primeira conquista social da comunidade, já que naquele momento a comunidade inexistia para a prefeitura de Pesqueira. A condição de abandono do Poder Público era grande, a pobreza se manifestava na falta de expectativa de vida e de esperança por dias melhores. Todos moravam em casas bem precárias, de “taipas”. Os estudantes que moravam na comunidade se deslocavam para estudar o ensino fundamental no distrito de Serra da Cruz, a uma distância de 6 (seis) km, e, para estudar o ensino médio no distrito de Mimoso, a 12 (doze) km da comunidade. A inauguração da Escola Negros do Osso foi um acontecimento que teve uma grande significação para os moradores da comunidade quilombola. A implantação da Escola Quilombola alcançou os primeiros resultados com alunos que concluíram o ensino fundamental e foram estudar o segundo grau na Escola Cristo Rei no Município de Pesqueira, como também, já temos professores que estudaram na Escola Negros do Osso e hoje são professores do ensino fundamental na referida escola. (ROMERO MONTEIRO DOS SANTOS- Abril de 2017)



Foto nº 18- Professor da Escola Quilombola Negros do Osso, Romero Monteiro dos Santos.
Fonte: Silva, João Estevão da. - 25 de abril 2017.

Ao assumir a postura identitária de Comunidade Quilombola, a demanda por uma escola torna-se a ser um passo considerado importante pela Comunidade Negros do Osso na direção de sua visibilidade, organizando-se pela via de uma Associação Comunitária e conquistando a sua condição identitária de um grupo cultural remanescentes de quilombos. A conquista da escola foi uma condição necessária para afirmação da liberdade como uma extrema necessidade existencial para a inclusão social do negro na educação. Entendemos que um grito de liberdade se deu pela fuga de escravos que formaram quilombos em lugares serranos com matas de difícil acesso. Um novo grito de liberdade pode ser entendido como a busca para fazer valer o direito do acesso à educação, que tem um significado de busca de legitimidade no que tange ao acesso ao conhecimento, negado historicamente para essa comunidade durante décadas de sua existência. Essa busca dos adultos pela escolarização por meio de uma escola na Comunidade, como um instrumento de formação para seus filhos, significa avançar na direção do rompimento com a mentalidade de que estudar seria um direito só pertencente aos brancos.

Percebemos, a partir de conversas informais que tivemos com pessoas na Comunidade, que a aspiração e o desejo por uma escola no seu interior partem da compreensão de que a exclusão educacional potencializa o aumento da desigualdade social e marca um sentimento de exclusão que, como vimos, é histórica no que tange à população negra no país. O desejo de acesso à escola parece também ter um significado de esperança na possibilidade de inclusão social pela apropriação do

conhecimento pelas novas gerações. Ainda, a demanda por escola parece exprimir a compreensão de que a competitividade no mercado de trabalho passa pela formação, possibilitando maiores condições de igualdade em relação ao acesso ao conhecimento, que pode interferir em melhores condições econômicas para a conquista de uma vida com dignidade. Conforme Brandão, (1984, p.110),

Esta é a esperança que se pode ter na educação. Desesperar da ilusão de que todos os avanços e melhoras dependem apenas do seu desenvolvimento tecnológico. Acreditar que o ato humano de educar existe tanto no trabalho pedagógico que ensina na escola, quanto no ato político que luta na rua por um outro tipo de escola para um outro tipo do mundo.

Para compreendermos como surgiu a Escola Municipal Negros do Osso, conversamos com Cleide Maria de Souza Oliveira, que foi Secretária de Educação do Município de Pesqueira, no período de 2000 a 2008, e Prefeita no período de 2009 a 2012. Vejamos o seu relato:

As lideranças da comunidade, através da Associação Comunitária Negros do Osso, encaminharam à Secretaria a reivindicação para construção de uma escola. Encontrei muita dificuldade para implantação da escola, porque o vereador do distrito de Mimoso, que era o representante daquela área, me procurou quando tomou conhecimento que estava para se construir a escola, afirmando a sua posição que não era para construir a escola e fazer qualquer outro benefício para a referida comunidade, porque eles não tinham votado no grupo político que venceu as eleições, mas fiquei sensibilizada quando fui visitar a comunidade e pude ver a pobreza que aquela população vivia e fizemos uma articulação com o Ministério Público e a Secretaria de Assistência Social para que, com a construção da escola, fossem implantadas outras ações públicas para melhorar a vida dos membros da comunidade (CLEIDE MARIA DE SOUZA OLIVEIRA- Agosto de 2017).

A primeira escola da Comunidade Negros do Osso foi inaugurada em julho de 2009, na gestão da Prefeita Cleide Maria de Souza Oliveira. Segundo o Senhor Erivaldo Leite, uma das lideranças da Comunidade, a Prefeitura Municipal de Pesqueira comprou uma casa, reformou, transformando em uma escola com a seguinte estrutura física: uma sala de aula; uma cozinha e dois banheiros, dispostos em uma pequena área cercada por um muro de alvenaria. Ele esperava uma escola com melhores condições, conforme seu relato:

Era uma casa de minha tia, o prefeito comprou e fez uma escola, não era bem o que a gente queria, que a gente esperava era uma escola maior para os nossos filhos. Mas, eu reconheço que foi uma coisa boa para nossa comunidade. Em 2009, quando a escola começou a funcionar, matriculei quatro dos meus filhos. (ERIVALDO FRANCISCO LEITE DA SILVA- Fevereiro de 2018)



Foto n° 19-Primeira estrutura física da Escola Negros do Osso inaugurada em junho de 2009.
Fonte: Silva, João Estevão da. – 25 de abril 2017.

A placa fazendo referência à construção da Escola Quilombola Negros do Osso foi colocada no ano de 2009, na gestão da Prefeita Cleide Maria de Souza Oliveira, e a autorização para o funcionamento oficial da Escola Negros do Osso foi publicada na Portaria n° 03/2010, de 06 de maio de 2010:

A Secretária de Educação do Município de Pesqueira-PE, de acordo com a inspeção escolar municipal, tendo em vista parecer favorável do Conselho Municipal de Educação, resolve autorizar, conforme o que determina os artigos 29, 32 e 37 da lei Federal n° 9394/96, o funcionamento da Escola Municipal Quilombola Negros do Osso, localizada no Sítio Serra da Cruz, s/n, zona rural de Pesqueira-PE, com educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos nas fases I, II, III e IV (Portaria n° 03/2010).



Foto n° 20-Placa de inauguração da Escola Negros do Osso, em junho de 2009.
Fonte: Silva, João Estevão da. - 25 de abril 2017.

Segundo o professor Romero Monteiro Santos:

A Escola Quilombola Negros do Osso funcionou no período de 2005 a 2016. O ensino fundamental com turmas multiseriadas no período da manhã com 25 alunos e no período da tarde com 22 alunos. O EJA funcionou no período da noite com 20 alunos de 21 a 65 anos. As turmas funcionam multisseriadas, trabalhamos nas práticas educativas, no ensino da cultura afro-brasileira de forma transversal. Fazemos uma relação no estudo de história com a vida e realidade da comunidade quilombola. Trabalhamos também, com danças afro-brasileiras, teatro e a capoeira. Buscamos resgatar as brincadeiras que estão relacionadas a cultura negra: dança de côco, jogos infantis, como o peão, bola de gude e a pipa. No período de São João, vivenciamos as comidas típicas, a quadrilha e a fogueira. Desenvolvemos atividades para estimular a leitura e escrita. Verificamos que tem alunos com muito talento para a poesia, que como prática educativa torna-se um bom instrumento para viabilizar o conhecimento através da sensibilidade (PROFESSOR ROMERO- Julho de 2018).

Verificamos as dificuldades de funcionamento desta primeira escola no que tange à infraestrutura, visto que ela era pequena e não possuía as instalações necessárias para um bom funcionamento. Todas as atividades eram realizadas em uma sala de aula, não existindo refeitório e nem espaço para recreação. Os professores reclamavam das dificuldades da aprendizagem dos alunos.

Com objetivo de conhecer um pouco mais a dinâmica de funcionamento da escola, conversamos com a aluna Maria Graciete Ferreira Leite, com idade de 12 anos, matriculada no 6º. ano do Ensino Fundamental. Abaixo, trechos da nossa conversa:

[Pesquisador] O que você está aprendendo em sua escola?

A ler e escrever.

[Pesquisador] Por que para você é importante estudar?

Porque meus pais vive dizendo que vai ser bom para eu ter um trabalho melhor.

[Pesquisador] Em que os seus pais trabalham?

Minha mãe cuida da casa e o meu pai trabalha no roçado.

[Pesquisador] Quais as atividades na escola eu você mais gosta?

Gosto muito de brincar com minhas colegas, gosto da merenda e gosto dos meus professores.

[Pesquisador] O que a escola ensina sobre o negro da Comunidade Quilombola Negros do Osso?

A gente aprende dançar e músicas da cultura negra.

[Pesquisador] Você já sofreu algum tipo de racismo na escola?

Sim. Eu tenho colegas brancas que já me ofenderam por eu ser negra, mas a minha professora reclamou falando que a lei proíbe o racismo e que todos nós somos pessoas humanas iguais.

[Pesquisador] Além de aprender a ler e escrever, o que mais você está aprendendo na escola?

Estou aprendendo a usar o computador.

[Pesquisador] O que você gostaria mais nas atividades realizadas na escola?

Deveria ter mais recreação.

[Pesquisador] O que você gostaria de trabalhar no futuro?

Não sei ainda.



Foto nº 21- Maria Graciete, estudante da Escola Negros do Osso.
Fonte: Silva, João Estevão da.

As respostas de Maria Graciete revelam uma compreensão do valor da sua formação educacional a partir do pensamento dos seus pais, que transmite a ideia da educação como meio de ascensão social, para a conquista de um trabalho com ênfase na valorização social e econômica. A escola Quilombola Negros do Osso tem alunos inseridos na realidade e valores do campo. A aluna exprime essa realidade ao afirmar que a ocupação do seu pai é o trabalho na terra. Também explicita a esperança que há por parte de sua família na educação, uma vez que este pode ser o caminho que a leve a ter um trabalho melhor. Muitas vezes, os próprios alunos, ainda adolescentes,

também realizam trabalho na terra e desejam uma vida melhor por meio da escolarização, como podemos ver nesse relato de Leandro Ferreira Leite, de 16 anos, que foi aluno da escola no Ensino Fundamental (anos finais) e mora na Comunidade. Atualmente, cursa o Ensino Médio na Escola Estadual Cristo Rei, no Município de Pesqueira-PE:

Gosto de trabalhar na roça com meu pai, mas a gente sofre muito, a terra que a gente trabalha é muito longe e a seca é grande, mata tudo que se planta. Na escola gosto de escrever e fazer redação, dançar e brincar de bola. Quero estudar para poder viver de outro jeito. (LEANDRO FERREIRA LEITE- Janeiro de 2018)

Vemos conflitos na fala desse ex-aluno da escola Negros do Osso e morador da Comunidade no que tange à sua vida e ao desejo de que mudanças se operem nela, talvez fora da própria Comunidade. As dificuldades de se viver no campo são acrescidas da centralização territorial manifesta no problema do latifúndio e na ausência de políticas públicas adequadas para permanência das novas gerações no campo.

Como afirma Carneiro (1998, p.18),

Os jovens oscilam entre o projeto de construir vidas mais individualizadas que se expressa no desejo de “melhorarem o padrão de vida”, de “serem algo na vida”, e o compromisso com a família, que se confunde também com o sentimento de pertencimento à localidade de origem, já que a família é o espaço privilegiado de sociabilidade nas chamadas “sociedades tradicionais”.

Nesse sentido, há uma construção discursiva que parece levar os jovens que estudam e vivem no campo a construir no seu universo mental uma forte esperança, ou ilusão, de que na cidade poderão viver melhor através de um trabalho assalariado. Wanderley (2010, p. 102) observa que, no campo, as diversas desigualdades já existentes nas cidades brasileiras se aprofundam. Elas são gritantes e envolvem diversos sujeitos:

Sem sombras de dúvida, a realidade no campo continua sendo uma questão historicamente recorrente, predominando aí uma situação das mais injustas e desiguais. Ela recobre necessariamente as três realidades – indígena, negra e feminina – já que entre os segmentos sociais rurais são encontrados parcelas populacionais proporcionalmente mais oprimidas, exploradas e excluídas.

Na história moderna do país foi construído um imaginário de que estudar significa obter sucesso profissional. Porém, em uma sociedade capitalista, marcada pela desigualdade social que se agrava diante da situação de ser negro quilombola, que é um sujeito que geralmente também carrega “marcas” do ser do campo e pobre,

essa expectativa pouco se confirma. Portanto, essa realidade social vivenciada pelo negro no Brasil põe em jogo expectativa e realidade. Mesmo assim, é inegável que a educação ainda se apresenta como uma conquista de um direito social básico e de uma melhor probabilidade de acesso ao mercado de trabalho.

Pudemos verificar o sinal dessas “marcas” de ser negro com pertencimento quilombola no relato de Manoel José da Silva, 17 anos de idade, que estudou o Ensino Fundamental na Escola Negros do Osso e, atualmente, está matriculado no 1º ano do Ensino Médio na Escola Estadual Cristo Rei, localizada na sede do município, Pesqueira:

Estudo na Escola Cristo Rei. As minhas matérias preferidas são matemática, filosofia e história. Quero muito me formar como advogado. Sofro com o racismo. Uma vez, na minha sala de aula, a professora perguntou o que eu queria ser na vida e, ao responder que queria ser advogado, um colega falou que lugar de negro é viver trabalhando na enxada. Os meus pais são agricultores, ajudo quando tenho tempo e quando não estou na escola estudando. Tenho 10(dez) irmãos, moro com minha avó. Aprendi com ela a respeitar as pessoas e ela me ensinou a fazer faxina em casa, lavar roupa e cozinhar e os meus colegas brincam porque eu faço essas atividades. O que eu mais gosto na comunidade é de praticar a capoeira, mas tenho um olhar triste por causa da minha vida de sofrimento. Quando eu terminar os meus estudos pretendo mudar para cidade. (MANOEL JOSÉ DA SILVA, JANEIRO DE 2018)



Foto nº 22- Manoel José da Silva. Estudante da Escola Estadual Cristo Rei, no Município de Pesqueira-PE. Janeiro de 2018. Fonte: Silva, João Estevão da.

Enxergamos nesse relato que, entre o sonho ou ideal a ser realizado e a sua conquista há muitos desafios gerados, tanto na própria escola como na

comunidade na qual Manoel José da Silva reside. Na escola, persiste a significação de que ser negro não é compatível com uma escolarização de longa duração. Na comunidade, ele não se sente plenamente acolhido, seja porque é tomado com preconceito, pelo fato de fazer atividades domésticas, seja porque, mesmo encontrando alguma atividade com a qual se identifica, pretende sair do lugar onde mora.

Percebemos que mesmo numa escola situada dentro da Comunidade, questões de racismo, desigualdades e discriminação continuam a ocorrer. O que nos leva a pensar que há um trabalho a ser feito no sentido da superação desses entraves, que podem interferir na potencialidade que é a conquista da escola para a Comunidade.

Há dois momentos importante a se considerar na conquista da Escola Quilombola Negros do Osso: o que diz respeito ao primeiro momento da sua conquista, em 2009, do qual já falamos; e o segundo momento que está relacionado à inauguração de um novo prédio, dentro do que está estabelecido como escola quilombola no Ministério da Educação.

Segundo o professor Romero, a ideia do projeto da nova escola Quilombola nasceu na visita que o ex-governador do estado de Pernambuco, Eduardo Campos, já falecido, fez à Comunidade. Na ocasião, foram mostradas ao então governador as condições precárias da antiga escola, que tinha apenas uma sala de aula, um pequeno banheiro e uma pequena cozinha. O professor Romero informou que o governador viabilizou aprovação do projeto de construção da nova escola, tendo sido a Secretaria Municipal de Educação do Município de Pesqueira que executou a sua construção, tendo como parâmetro o modelo circular arquitetônico do PRONACAMPO⁴ para Escolas Quilombolas do Campo.

A nova escola, inaugurada em 2016, passou a se chamar Escola Municipal Eduardo Henrique Accioly Campos, em homenagem ao então governador do estado de Pernambuco. No momento da inauguração, estávamos presente e registramos uma parte da fala do então prefeito de Pesqueira, que assim justificou o novo nome da escola: “O governador Eduardo Campos veio à Pesqueira no início de sua gestão,

⁴O **PRONACAMPO** – Programa Nacional de Educação do Campo – diz respeito ao conjunto de ações articuladas que asseguram a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como a formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade da educação no campo em todas as etapas e modalidades - Decreto nº 7.352/2010. (pronacampo.mec.gov.br/)

visitou a Comunidade Quilombola Negros do Osso e pediu à gestão municipal para que, se possível, fosse construída uma nova escola para Comunidade Quilombola. O seu pedido foi realizado e na data de 30 de dezembro de 2016, os quilombolas ganharam uma belíssima escola em nome do inesquecível Eduardo Campos.” (Fragmento retirado do discurso do prefeito Evandro Maciel Chacom, na inauguração da nova Escola em 30/12/2016)

A nova escola da Comunidade – rebatizada de Escola Municipal Eduardo Henrique Accioly Campos, mas ainda registrada no Ministério da Educação e chamada pela Comunidade de Escola Negros do Osso - tem a seguinte estrutura física: 4 salas de aula, 1 sala de informática, 1 biblioteca, 1 sala para administração, 1 secretaria, 1 sala para os professores, 4 banheiros, sendo estes masculino e feminino e destinado a professores e alunos, 1 cozinha com 1 banheiro para as merendeiras, 1 depósito de alimentos, 1 depósito para material didático e de expediente, 1 pátio recreativo coberto, 1 cisterna com capacidade para mil litros de água e uma caixa com capacidade para 5 mil litros.



Foto n° 23-Fotografia da nova Escola Quilombola Negros do Osso.
Fonte: Silva, João Estevão da.

A boa infraestrutura da Escola faz parte das ações planejadas pelo PRONACAMPO, que define ações para garantir a efetivação do acesso à educação das populações do campo e quilombolas, com o objetivo de melhorar a escolaridade e viabilizar a permanência da população em suas comunidades, conforme a Portaria

nº 86, de 02 de fevereiro de 2013, que define ações específicas de apoio quanto à efetivação do direito à educação dos povos do campo e quilombola, considerando as reivindicações históricas oriundas dessas populações.

Atualmente, a Escola conta com o seguinte número de alunos, nos três turnos:

Quadro 1: Número de alunos, considerando escolaridade e faixa etária, no turno da manhã.

TURNO DA MANHÃ			
ESCOLARIDADE	Nº DE ALUNOS	FAIXA ETÁRIA	OBSERVAÇÕES
Pré-escola	19 alunos	02 a 05 anos	Educação infantil
1º e 2º ano	21 alunos	06 a 07 anos	Turma multiseriadas
3º ano	23 alunos	07 a 09 anos	04 são alunos especiais, na faixa etária de 10 a 13 anos)
4º e 5º ano	22 alunos	09 a 12 anos	
	Total: 85 alunos		

Fonte: Organização dos dados feita pelo pesquisador.

Quadro 2: Número de alunos, considerando escolaridade e faixa etária, no turno da tarde.

TURNO DA TARDE			
ESCOLARIDADE	Nº DE ALUNOS	FAIXA ETÁRIA	OBSERVAÇÕES
6º e 7º ano	21 alunos	12 a 13 anos	13 alunos estão no sexto ano e 05 alunos estão no 7º ano, multiseriadas ou bisseriadas
8º e 9º ano	31 alunos	13 a 15 anos	18 alunos estão no 8º ano e 10 alunos no 9º ano, multiseriadas
	Total: 52 alunos		

Fonte: Organização dos dados feita pelo pesquisador.

Quadro 3 Número de alunos, considerando escolaridade e faixa etária, no turno da noite.

TURNO DA NOITE (EJAI- Educação de jovens, adultos e idosos)			
ESCOLARIDADE	Nº DE ALUNOS	FAIXA ETÁRIA	OBSERVAÇÕES
1º e 2º fase	14 alunos	18 a 60 anos	
3º e 4º fase	20 alunos	18 a 80 anos	
	Total: 34 alunos		

EJA- Médio- Educação de Jovens e Adultos do Campo- Ensino Médio – Extensão do Centro de Educação de Jovens e Adultos d Escola Cícero Franklin Cordeiro do Governo do Estado de Pernambuco.			
ESCOLARIDADE	Nº DE ALUNOS	FAIXA ETÁRIA	OBSERVARÇÕES
1º Ano	35 alunos	A partir dos 18 anos	Funciona no horário noturno de 19h às 22h.

Fonte: Organização dos dados feita pelo pesquisador.



Foto nº 24- Foto dos alunos, saindo da aula na Escola Negros do Osso.
Fonte: Silva, João Estevão da.

A Escola Negros do Osso atende 206 alunos, oriundos da própria Comunidade, dos sítios Serra da Cruz (distante 6km da Comunidade), Jatobá

(distante 500m) e alunos do MST, do Assentamento Nossa Senhora Aparecida localizado a 6km da Comunidade).

Segundo informações do professor Romero, a Escola ainda não construiu o seu Projeto Político Pedagógico e o material didático utilizado pela escola é o GIRASSOL⁵ saberes e fazeres do campo.

Em uma das nossas idas à Comunidade, o professor de informática, Rogério Monteiro dos Santos, informou que os alunos têm bastante interesse pelas suas aulas. A escola possui 7 computadores para atender três turmas no horário da manhã, por meio de um revezamento. A mesma estratégia de revezamento é realizada no turno da tarde. Os alunos têm aulas de informática três dias por semana. As aulas de informática foram implantadas no funcionamento da nova escola e, até o momento que finalizamos a pesquisa, não tinha sido instalada internet. Observamos não existir uma sistematização dessas aulas que mostre, com clareza, os objetivos de ensino, aprendizagem e resultados esperados dos alunos.

O professor Rogério afirmou que houve aumento do número de alunos com a inauguração da nova escola. A boa estrutura física motivou toda a população da área quilombola e sítios vizinhos. O investimento físico gerou uma expectativa de uma escola que funcionasse com qualidade educacional. Em nossas idas à escola ficamos sabendo que a Associação de Moradores da Comunidade Quilombola Negros do Osso procurou a Secretária de Educação, Cleide de Oliveira, para sugerir o nome do professor Romero para ocupar a direção da Escola, como expressão da vontade da maioria da Comunidade. Contudo, a Secretária, por indicação política, nomeou para o cargo a professora Aline Leite, esposa do vereador Cícero Romão Leite.

Esse dado nos chamou a atenção porque revela a pouca autonomia da Comunidade e dos próprios membros da escola para geri-la, indicando não haver uma gestão democrática da mesma e persistindo um modelo de gestão baseado no favor e interesse locais.

⁵**Novo Girassol – Fazeres e saberes do campo**, aposta da FTD no Programa Nacional do Livro Didático do Campo (**PNLD 2016 Campo**). Lá, você confere trechos desta obra voltada para o Ensino Fundamental I e que contempla as disciplinas de Letramento e Alfabetização, Alfabetização Matemática, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, com uma temática ligada à realidade social, cultural, ambiental, política e econômica da população das áreas rurais. Primeira e única criada para a Educação do Campo, a coleção **Novo Girassol** a obra não foi adaptada, mas pensada 100% para a realidade do professor do campo e para a estrutura destas escolas, que possuem classes seriadas ou multiseriadas (com alunos de idades diferentes em uma mesma sala). (<https://ftd.com.br/noticias/novo-girassol-no-pnld-campo-2016>)



Foto nº25-Fotografia de um aluno da Escola Negros do Osso.
Fonte: Silva, João Estevão da.

O funcionamento no primeiro semestre de 2017, segundo relato do professor Romero, foi bastante irregular, faltando material pedagógico e merenda escolar, tendo sido o número de professores insuficiente para realizar plenamente as ações pedagógicas da Escola. Observamos que, mesmo com o aumento do número de salas de aulas e de alunos, as turmas continuam multiseriadas, conforme podemos observar nos quadros 1, 2 e 3, acima.

As dificuldades de adequação para funcionamento da nova escola são diversas. A proposta pedagógica atual contém novas atividades, tais como implantação do curso de informática, o EJA-Médio (Educação de Jovens do Campo-Ensino Médio) e uma horta para as aulas práticas, que tem contribuído com a produção de verduras para melhorar a nutrição dos alunos da escola. Verificamos que não houve um planejamento por parte da Secretaria de Educação do Município para fazer com que o funcionamento da escola acompanhasse essas mudanças na própria construção do projeto político pedagógico da escola, que não se encontra pronto. O que percebemos foi uma preocupação muito mais voltada para suprir as necessidades da estrutura física do prédio anterior, que era bastante deficitária.

O professor Rogério e o professor Romero são irmãos, moram próximos à Comunidade. O professor Rogério, também se constitui como um sujeito de articulação junto com seu irmão, no processo de luta pela garantia dos direitos da Comunidade Negros do Osso. A diretora da escola e os demais professores moram no Distrito de Mimoso, e para se chegar à escola da Comunidade Quilombola percorrem uma distância de 11 km. A proximidade dos dois professores e a própria interação deles com a Comunidade talvez justificasse a escolha por um deles para gerir a escola.

Segundo a Diretora da Escola Negros do Osso, Aline Brito, o quadro de funcionários é composto por oito professores concursados; oito professores contratados, todos pela Secretaria de Educação do Município de Pesqueira, e nove pessoas que trabalham desempenhando os serviços de cozinheira, zeladora e vigilante, estando esses últimos vinculados ao Programa Bolsa Auxílio, da Prefeitura Municipal de Pesqueira-PE.



Foto nº 26- Aline Brito, Diretora da Escola Negros do Osso.
Fonte: Silva, João Estevão da. -Agosto de 2018.

Fizemos um levantamento dos dados dos professores e funcionários, para visualizar a questão da raça e a formação educacional dos profissionais da Escola Quilombola Negros do Osso. Com o objetivo de verificar a situação de trabalho do negro na referida Escola, e contextualizá-la com as discussões teóricas pertinentes à pesquisa, conforme tabela abaixo:

QUADRO DE PROFESSORES

Quadro 4: Número de professores, formação educacional e auto reconhecimento étnico-racial

Nº DE PROFESSORES(AS) POR ETNIA/RACIAL		
NEGRA	BRANCA	PARDA
01	8	7

FORMAÇÃO DOS PROFESSORES(A) POR ETNIA/RACIAL					
NEGRA		BRANCA		PARDA	
01	Magistério	01	Magistério	04	Magistério
		03	Geografia	03	Letras
		02	Pedagogia		
		02	Biologia		

Fonte: Organização dos dados feita pelo pesquisador.

Quadro 5: Número de funcionários formação educacional e auto reconhecimento étnico-racial

Nº DE FUNCIONÁRIOS(A) POR ETNIA/RACIAL					
NEGRA		BRANCA		PARDA	
4		1		4	
1	Merendeira	1	Merendeira	2	Merendeira
2	Zelador			2	Serviços gerais
1	Vigilante				

FORMAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS(A) POR ETNIA/RACIAL					
NEGRA		BRANCA		PARDA	
03	Ensino Fundamental Completo	01	Ensino Superior Completo	03	Ensino Fundamental Completo
01	Ensino Médio completo			01	Ensino Médio completo

Fonte: Organização dos dados feita pelo pesquisador.

Em relação aos professores, onze deles têm formação em nível superior e cinco o Magistério – nível médio. Oito são brancos, sete são pardos e uma negra. Quanto aos funcionários, apenas um tem nível superior e os demais – oito – o ensino

fundamental completo (seis) e o ensino médio completo (dois). Dos nove funcionários, apenas uma é branca. Se compararmos os dois quadros e relacionarmos à etnia, vemos que, primeiro, há equivalência entre o número de professores negros/pardos e brancos no quadro docente e, segundo, quanto aos funcionários, que possuem uma escolaridade mais baixa que a dos professores, sendo a grande maioria dos funcionários composta por pessoas negras. As variáveis escolaridade e cor da pele demonstram, no caso estudado, que quanto maior a escolaridade maior é a possibilidade de acesso à funções mais bem remuneradas e de maior prestígio. E como podemos observar, não são os negros nem os pardos que ocupam as funções mais bem remuneradas, nem possuem o maior nível de escolarização.

A diretora Aline Brito nos informou que as práticas pedagógicas são desenvolvidas com base no currículo de referência da Rede Municipal de Educação de Pesqueira. Entretanto, existia, no momento da nossa ida a campo, uma articulação com a Secretaria de Educação para o cumprimento da Resolução n° 08 de 20 de novembro de 2012, que regulamenta a construção do Projeto Político Pedagógico das Escolas Quilombolas. O artigo 31 desta Resolução⁶ afirma que:

O projeto político-pedagógico, entendido como expressão da autonomia e da identidade escolar, é primordial para a garantia do direito a uma Educação Escolar Quilombola com qualidade social e deve se pautar nas seguintes orientações:

- I - observância dos princípios da Educação Escolar Quilombola constantes desta Resolução;
- II - observância das Diretrizes Curriculares Nacionais e locais, estas últimas definidas pelos sistemas de ensino e seus órgãos normativos;
- III - atendimento às demandas políticas, socioculturais e educacionais das comunidades quilombolas;
- IV - ser construído de forma autônoma e coletiva mediante o envolvimento e participação de toda a comunidade escolar.

Sobre as Diretrizes orientadoras do novo currículo que será elaborado para as etapas e modalidade oferecidas na Escola Quilombola Negros do Osso, os artigos 34 e 35 da Resolução n° 08⁷ trazem a seguinte orientação:

Art. 34 O currículo da Educação Escolar Quilombola diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços escolares de suas atividades pedagógicas, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares, constituindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades.

§ 1º Os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola devem ser construídos a partir dos valores e interesses das comunidades

⁶<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>

⁷<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>

quilombolas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definidos nos projetos político-pedagógicos.

§ 2º O currículo deve considerar, na sua organização e prática, os contextos socioculturais, regionais e territoriais das comunidades quilombolas em seus projetos de Educação Escolar Quilombola.

Art. 35 O currículo da Educação Escolar Quilombola, obedecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas para todas as etapas e modalidades da Educação Básica, deverá:

I - garantir ao educando o direito a conhecer o conceito, a história dos quilombos no Brasil, o protagonismo do movimento quilombola e do movimento negro, assim como o seu histórico de lutas;

II - implementar a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, nos termos da Lei nº 9.394/96, na redação dada pela Lei nº 10.639/2003, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004;

III - reconhecer a história e a cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional, considerando as mudanças, as recriações e as ressignificações históricas e socioculturais que estruturam as concepções de vida dos afro-brasileiros na diáspora africana;

IV - promover o fortalecimento da identidade étnico-racial, da história e cultura afrobrasileira e africana ressignificada, recriada e reterritorializada nos territórios quilombolas; 14

V - garantir as discussões sobre a identidade, a cultura e a linguagem, como importantes eixos norteadores do currículo;

VI - considerar a liberdade religiosa como princípio jurídico, pedagógico e político atuando de forma a: a) superar preconceitos em relação às práticas religiosas e culturais das comunidades quilombolas, quer sejam elas religiões de matriz africana ou não; b) proibir toda e qualquer prática de proselitismo religioso nas escolas.

VII - respeitar a diversidade sexual, superando práticas homofóbicas, lesbofóbicas, transfóbicas, machistas e sexistas nas escolas.

Percebemos nessas Diretrizes um olhar e uma atenção ao pertencimento dos sujeitos, o que implica uma compreensão e apropriação daqueles que fazem a escola e da própria Comunidade do que se espera, de fato, de uma escola quilombola. Isso requer, do ponto de vista dos professores, a atenção à formação inicial e continuada dos mesmos, considerando em seus concursos e contratações o que está posto nos artigos 47, 48 e 49 das referidas Diretrizes:

Art. 47: A admissão de profissionais do magistério para atuação na Educação Escolar Quilombola nas redes públicas deve dar-se mediante concurso público, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal. Parágrafo Único As provas e títulos podem valorizar conhecimentos profissionais e técnicos exigidos para a atuação na Educação Escolar Quilombola, observando a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.

Art. 48: A Educação Escolar Quilombola deverá ser conduzida, preferencialmente, por professores pertencentes às comunidades quilombolas.

Art. 49: Os sistemas de ensino, no âmbito da Política Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, deverão estimular a criação e implementar programas de formação inicial de professores em licenciatura para atuação em escolas quilombolas e escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas ou ainda em cursos de magistério de nível médio na modalidade normal, de acordo com a necessidade das comunidades quilombolas. (<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>)

Observamos que a maioria dos professores que leciona na Escola Negros do Osso teve uma formação inicial que não contemplou as especificidades da temática afro-brasileira, instituída pela Lei nº 10.639/2003, e regulamentada no artigo 50 da Resolução⁸ nº 08/ 2012, que dispõe sobre a formação inicial de professores que vão atuar na Educação Escolar Quilombola:

Art. 50 A formação inicial de professores que atuam na Educação Escolar Quilombola deverá:

I - ser ofertada em cursos de licenciatura aos docentes que atuam em escolas quilombolas e em escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas;

II - quando for o caso, também ser ofertada em serviço, concomitante com o efetivo exercício do magistério;

III - propiciar a participação dos graduandos ou normalistas na elaboração, desenvolvimento e avaliação dos currículos e programas, considerando o contexto sociocultural e histórico das comunidades quilombolas;

IV - garantir a produção de materiais didáticos e de apoio pedagógico específicos, de acordo com a realidade quilombola em diálogo com a sociedade mais ampla;

V - garantir a utilização de metodologias e estratégias adequadas de ensino no currículo que visem à pesquisa, à inserção e à articulação entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais produzidos pelas comunidades quilombolas em seus contextos sócio-histórico-culturais;

VI - ter como eixos norteadores do currículo:

a) os conteúdos gerais sobre a educação, política educacional, gestão, currículo e avaliação;

b) os fundamentos históricos, sociológicos, sociolinguísticos, antropológicos, políticos, econômicos, filosóficos e artísticos da educação;

c) o estudo das metodologias e dos processos de ensino-aprendizagem;

d) os conteúdos curriculares da base nacional comum;

e) o estudo do trabalho como princípio educativo;

f) o estudo da memória, da ancestralidade, da oralidade, da corporeidade, da estética e do etnodesenvolvimento, entendidos como conhecimentos e parte da cosmovisão produzidos pelos quilombolas ao longo do seu processo histórico, político, econômico e sociocultural;

g) a realização de estágio curricular em articulação com a realidade da Educação Escolar Quilombola;

h) as demais questões de ordem sociocultural, artística e pedagógica da sociedade e da educação brasileira de acordo com a proposta curricular da instituição.

Em 09 de janeiro de 2013, quando completou dez anos da Lei Federal 10.639/2003, em Pernambuco, desenvolveu-se uma pesquisa para verificar à sua implementação pelo sistema de ensino no estado. Segundo Reis e Silva (2015, p. 12):

Os dados da pesquisa revelam que das 51 (cinquenta e uma) escolas observadas e analisadas 24 (vinte e quatro) dessas unidades de ensino afirmaram ter implementado a Lei, ou seja, 46,7% do total das escolas campo de pesquisa. Porém, 27 (vinte e sete) escolas afirmaram não ter implementado a Lei nº 10.639/2003, ou seja, 53,3% das escolas ainda não estão mudando suas práticas antidemocráticas.

⁸<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>

Com o objetivo de defender sua identidade e resistir à decisões externas à ela, com base na Lei 10.639/2003, logo após a inauguração da Escola Quilombola Negros do Osso, as lideranças da Comunidade se manifestaram totalmente contrárias à modificação do nome da Escola. Segundo José Dencio, vice-presidente da Associação, “o nome da Escola Quilombola Negros do Osso é um nome da luta da comunidade, das nossas vidas de negro e vamos continuar chamando o nome da Escola Quilombola Negros do Osso.”

A Comunidade Quilombola Negros do Osso, ao se posicionar contra a modificação do nome da Escola, revela um profundo sentimento de resistência ao defender a manutenção do nome original da escola. A expressão “Negros do Osso” possui um conteúdo de representação cultural que consiste na afirmação de existência da comunidade, da sua História e do modo como ela foi se constituindo. É um nome que constitui o marco de nascimento e identidade da própria Comunidade, como vimos. Ela, ao resistir à mudança do nome da escola, evidencia um posicionamento em relação à sua própria identidade.



Foto nº 27- José Dêncio, Vice-presidente da Associação Quilombola Negros do Osso.
Fonte: Silva, João Estevão da.

Cleide Oliveira, que foi Secretária de Educação no Município de Pesqueira no período de 2001 a 2008, chegando a ser prefeita do Município no período de 2009 a 2012, informou desconhecimento da causa para substituir o nome da Escola, conforme podemos ver neste relato:

Não sabia o motivo que levou a gestão anterior a colocar o nome da Escola do ex- governador Eduardo Campos. O projeto de construção da Escola não teve nenhuma relação com o ex-governador. No final da minha gestão como prefeita, fizemos um projeto da Escola para o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). O projeto foi aprovado no final da minha gestão e executado na gestão posterior do prefeito Evandro Maciel Chacom. Eu penso que deve permanecer o nome Negros do Osso, por causa da questão identitária da comunidade. (CLEIDE MARIA DE SOUZA OLIVEIRA-Agosto de.2017)

Embora haja resistência por parte da Comunidade em substituir o nome original da Escola, a placa que marca a inauguração do novo prédio traz o nome do ex-governador, conforme podemos ver na imagem abaixo:



Foto nº 28- Placa afixada abaixo do busto do ex-governador do Estado de Pernambuco, Eduardo Henrique Accioly Campos. Fonte: Silva, João Estevão da.

A modificação do nome foi efetivada na inauguração, quando foi afixada na frente da Escola uma placa e um busto em homenagem ao ex-governador Eduardo Campos. Porém, como dissemos, do ponto de vista legal, o projeto de modificação do nome da Escola foi aprovado na Câmara de Vereadores Municipal de Pesqueira, em 15 de dezembro de 2016, com o projeto de lei nº 020/2016, apresentado pelo vereador Sebastião Leite da Silva Neto. No entanto, verificando a documentação oficial do MEC, constatamos que a Escola permanece registrada no código do INEP, com nº 26106604, com o nome Escola Municipal Quilombola Negros do Osso. O projeto de Lei na Câmara de Vereadores de Pesqueira foi aprovado com a seguinte justificativa:

O senhor Eduardo Henrique Acioly Campos governou o Estado de Pernambuco por dois mandatos, além de ter exercido mandatos de Deputado

Federal e Ministro de Estado. Sua trajetória política foi marcada por diversos avanços em diferentes áreas, com destaque especial para a educação.

Durante suas duas gestões a frente do Governo Estadual dedicou esforços no sentido de implementar um ensino integral de qualidade, meritocracia da rede estadual de ensino, concessão de bolsas de estudo e intercâmbio. Obtendo assim, o reconhecimento do Ministério da Educação de melhor ensino médio do país.

Ademais, em vida demonstrou grande sensibilidade com o Município de Pesqueira, e desta forma, apoio a reforma de escolas, implantação da usina de biodiesel e demais ações que o tornou um cidadão querido e administrados pelos munícipes, sendo por tanto uma justa homenagem a este brilhante homem público. (PROJETO DE LEI N° 020/2016)

O conflito evidenciado aponta para relações de poder e tem uma significação emblemática para Comunidade Quilombola Negros do Osso e para a nossa pesquisa. A Comunidade resiste a uma modificação realizada para atender a objetivos políticos e introduzir uma nomeação “exógena” para uma instituição tão cara a ela, uma vez que foi o primeiro equipamento de Estado demandado tão logo houve o reconhecimento pela Fundação Palmares. O nome Escola Negros do Osso dá visibilidade aos sujeitos – antepassados e atuais – que numa resistência ativa buscam a afirmação histórica de direitos, nesse caso o direito à educação, ao pertencimento, à identidade própria. Também, ao resistir, recusa o tratamento da indiferença e do mandonismo presentes nas práticas da elite política, que, neste caso, sequer teve o respeito de perguntar à Comunidade o seu posicionamento sobre a modificação do nome da Escola. Esta questão não está definida, seguindo como uma das lutas da Comunidade.

Com o objetivo de compreender as motivações que levaram o representante do executivo a alterar o nome identitário da Escola Negros do Osso, buscamos os argumentos explicativos do ex-prefeito do Município de Pesqueira, Evandro Maciel Chacom, que fez o seguinte relato:

O terreno para construção da Escola foi adquirido na minha gestão. A escola do local na Comunidade Negros do Osso teve por objetivo da ênfase a afirmação da igualdade racial. Poderia ter escolhido um outro local, já que a capacidade de alunos da escola é maior que o quantitativo de alunos que existe na comunidade quilombola. Entretanto, no ano de 2013, Eduardo Campos, ao visitar a referida comunidade, pediu para que dentro das possibilidades do Município, fosse construída uma escola na comunidade quilombola. E pelo motivo do ex-governador ter ajudado muito o Município de Pesqueira, resolvi ser justo fazendo uma homenagem, colocando o seu nome na nova Escola Quilombola, que foi construída pela Secretaria de Educação do Município de Pesqueira. (EVANDRO MACIEL CHACOM- Outubro de 2017)

Mesmo com a mudança do nome da Escola, inclusive na placa de inauguração, a população da Comunidade Quilombola Negros do Osso continua, estrategicamente, denominando Escola Quilombola Negros do Osso. Podemos

também verificar um outro problema que foi relatado pela diretora da escola, Aline Leite, que observou que sem a expressão “Escola Quilombola” há um impedimento no que diz respeito ao o financiamento da Educação Escolar Quilombola, que está previsto na Resolução nº 08 do CNE. A diretora afirmou que a Secretaria de Educação do Município de Pesqueira enviou uma solicitação para Câmara de Vereadores com o objetivo de incluir a expressão “Escola Quilombola”, ficando no novo projeto o seguinte nome: “Escola Quilombola Eduardo Henrique Acioly Campos”. Tal modificação se deu para atender as exigências do MEC no que tange o reconhecimento da escola como uma Escola Quilombola pelo Ministério da Educação. A Resolução nº 08 do CNE, no seu artigo 63, afirma que:

O financiamento da Educação Escolar Quilombola deve considerar o disposto no art. 10, inciso XV, da Lei nº 11.494/2007 (FUNDEB), o qual dispõe que a distribuição proporcional de recursos dos Fundos levará em conta a Educação do Campo, a Educação Escolar Indígena e Quilombola dentre as diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da Educação Básica.

As práticas pelo controle do poder das classes dirigentes no Brasil estão sedimentadas na sua mentalidade do controle social por comportamentos autoritários oriundos de uma história das relações entre senhores e escravos. Neste processo histórico, a linguagem do poder, carrega em si, elementos da ética da racionalidade da diferença humana e da unificação religiosa cristã. Na perspectiva dos valores da burguesia dominante, a ideia de democracia da elite brasileira se fundamenta na prática que os iguais são iguais desde que represente a sua classe social. A igualdade, nesse sentido, perpassa a forma de pensar construída pelo viés civilizatório que classifica a cultura do homem branco como superior aos demais povos. No caso específico da mudança do nome da Escola Negros do Osso, verificamos práticas do “continuismo” de um projeto de dominação cultural e “natural” das elites no Brasil, que assumem teoricamente o conceito da democracia racial e tecem, nas relações de poder, o absurdo do autoritarismo e da discriminação racial. Nessa perspectiva, Viana apud Moura (1988, p.23) vai afirmar que:

A nossa civilização é obra exclusiva do homem branco. O negro e o índio, durante o longo processo da nossa formação social, não dão, como se vê, às classes superiores e dirigentes que realizam a obra de civilização e construção, nenhum elemento de valor. Um e outro formam uma massa passiva e improgressiva, sobre que trabalha, nem sempre com êxito feliz, a ação modeladora da raça branca.

Nesse sentido, acreditamos que, para superar os conflitos provocados por uma sociedade desigual, é imprescindível pensar numa educação para a liberdade, como pensada por Paulo Freire. Uma pedagogia dos sonhos possíveis para a construção do homem novo e de uma nova sociedade com justiça e possibilidades de oportunidades para todos.

Segundo Freire (2001, p.102):

Essa Educação para a liberdade, essa educação ligada aos direitos humanos nesta perspectiva, tem que ser abrangente totalizante; ela tem que ver com o conhecimento crítico do real e com a alegria de viver. E não apenas com a rigorosidade da análise de como a sociedade se move, se mexe, caminha, mas ela tem a ver também com a festa que é a vida mesma. Mas é preciso fazer isso de forma crítica e não de forma ingênua. Nem aceitar o todo-poderosismo ingênuo de uma educação que faz tudo, nem aceitar a negação da educação como algo que nada faz, mas assumir a educação nas suas limitações e, portanto, fazer o que é possível, historicamente, ser feito com e através, também, da educação.

A luta simbólica desta questão do nome da escola se manifesta em forma de resistência nas práticas do uso de uma linguagem identitária que é reafirmada através da continuidade do uso da linguagem na vida cotidiana: Escola Negros do Osso. O que está no palco é o embate da construção de valores culturais de um conflito com uma profunda subjetividade. De um lado, a forma de definir os acontecimentos pela força do poder, que no seu conteúdo transmite uma concepção de mundo positivista que se apresenta na construção no “personalismo e mito” do ex-governador de Pernambuco, Eduardo Henrique Acioly Campos. Do outro lado, o comportamento de resistência da comunidade Negros do Osso como um ato de exercício de cidadania pelo respeito aos valores identitários, que representa uma cobrança de novas práticas democráticas do poder público instituído.



Foto nº 29- Erivaldo Francisco Leite com sua esposa, e suas três filhas estudantes da Escola Negros do Osso. Fonte: Silva, João Estevão da. - Maio de 2018

A família de Erivaldo Francisco Leite, cujas três filhas estudam na Escola Negros do Osso, representa a fé e a luta pela conquista da terra e da escola, sendo eles atores históricos na sua conquista e implantação. São, ainda, inspiração de luta e trabalho para toda a comunidade. Nesse sentido, a experiência vivida remete à um canto de alegria e vitória que já podemos constatar em um presente e, sobretudo, nas demandas do futuro que precisam ser construídas.

No capítulo a seguir, analisaremos os sentidos da escola e as práticas pedagógicas nela realizadas por atores importantes em seu interior: educadores (as), educandos (as) e lideranças.

3° CAPÍTULO – AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E OS SIGNIFICADOS DA ESCOLA NEGROS DO OSSO

Neste capítulo, iremos apresentar os sujeitos da pesquisa e suas perspectivas sobre as práticas pedagógicas e os significados da escola Negros do Osso. Esses sujeitos são assim nomeados: estudantes, professores e lideranças da comunidade.

3.1 Os sujeitos da pesquisa

Nesta seção, iremos apresentar os sujeitos que participaram da pesquisa, especialmente aqueles que nos concederam entrevistas. Entrevistamos, inicialmente, 17 pessoas, dentre professores (as), alunos (as) e lideranças. Para efeito de análise, consideramos 12 entrevistas, uma vez que as demais se mostraram insuficientes em termos de informações, mesmo o pesquisador tenha utilizado várias estratégias para coletar os dados. Os seis sujeitos entrevistados, nas cujas entrevistas não foram analisadas, caracterizaram-se como pessoas tímidas ou mais contidas no ato da entrevista, além do que, algumas delas, demonstraram não ter conhecimento sobre o que lhes era perguntado. O principal critério para a escolha dos entrevistados foi a disponibilidade para participar da pesquisa, e o grau de participação nas atividades desenvolvidas na escola.

Serão consideradas nesta análise as entrevistas de três alunos (as) (duas alunas e um aluno), quatro professores (as) (três professoras e um professor) e cinco lideranças (uma mulher e quatro homens).

3.1.1 Perfil dos alunos

- **Joana**, 56 anos, branca, nascida em Arcoverde-PE e residente na Comunidade Quilombola Negros do Osso. cursando o primeiro ano da EJA/ Médio. Casada com um nativo da Comunidade, agricultor e membro da Associação Negros do Osso.

- **Daniel**, 18 anos, negro, nascido e residente na Comunidade Negros do Osso, concluiu o Ensino Fundamental na Escola Negros do Osso e está cursando o

segundo ano do ensino médio na Escola Estadual Cristo Rei, no Município de Pesqueira.

- **Joelma**, 32 anos, negra, nascida e residente na comunidade Negros do Osso, concluiu o Ensino Fundamental e está cursando o 1º ano do EJA médio na Escola Quilombola Negros do Osso.



Foto nº30 - Joelma, aluna do EJA Médio da Escola Negros do Osso.
Fonte: Silva, João Estevão da. - Agosto de 2018

3.1.2 Perfil dos professores

- **Romero Monteiro dos Santos**, 37 anos de idade, branco, nascido na cidade de Pesqueira, atualmente mora no Sítio Jatobá, próximo a Comunidade Negros do Osso. Possui graduação em educação do campo e especialização em geografia e alfabetização, e atualmente está cursando pedagogia pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. É professor na Escola Negros do Osso desde de sua fundação no ano de 2009. Nos turnos da manhã e da tarde leciona no Ensino Fundamental, e a noite no EJA médio, que foi implantado no 1º semestre de 2018 e parceria com a Secretaria Estadual de Educação.

- **Aline Leite Cavalcante Brito**, 43 anos de idade, parda, nascida na cidade de Arcoverde-PE, residente no distrito de Mimoso da cidade de Pesqueira, possui graduação em letras e é a gestora da Escola há um ano e seis meses.

- **Renata Santos da Silva**, 20 anos de idade, negra, nascida na Comunidade Negros do Osso. Professora da Escola Negros do Osso desde do ano de 2017, com formação no magistério.



Foto nº31 - Renata Santos da Silva, professora da Escola Negros do Osso.
Fonte: Silva, João Estevão da. - Agosto de 2018

- **Marli Pereira da Silva**, 48 anos de idade, branca, nascida em São Paulo, reside na Comunidade Negros do Osso, tem formação em psicopedagogia, atua como professora da Escola Negros do Osso desde da sua fundação no ano de 2009, professora do Município a 26 anos e sendo neta da Senhora Severina, que segundo relato da mesma em 1953, a sua avó foi a primeira professora do Sítio Jatobá, ensinando em sua casa 1° a 4° série.

3.1.3 Perfil das lideranças

- **Ivoneide Macena dos Santos**, negra, não lembra da idade, nasceu no Sítio Jurema e viveu grande parte de sua vida na Comunidade Negros do Osso. Atualmente, mora no Jardim no Loteamento dos sem-terra.

- **José Carlos**, 27 anos de idade, negro, nasceu na cidade de Pesqueira, reside na Comunidade Negros do Osso há 12 anos, e é agricultor.

- **José Dêncio Pereira de Macena**, 30 anos de idade, negro, nascido na cidade de Pesqueira, residente na Comunidade Negros do Osso, trabalha na Escola Negros do Osso de vigilante noturno e durante o dia é agricultor, trabalha na roça em um lote do movimento sem-terra.

- **Renan Filipe dos Santos**, 65 anos de idade, negro, nasceu e reside na Comunidade Negros do Osso, e é agricultor.

- **Erivaldo Francisco Leite da Silva**, 49 anos de idade, negro, nasceu na cidade de Pesqueira, reside na Comunidade Negros do Osso desde o seu nascimento. É agricultor, uma das lideranças da comunidade e possui um lote no MST localizado no Sítio Jardim.



Foto nº32 - Erivaldo Francisco Leite da Silva, bisneto de Manuela.
Fonte: Silva, João Estevão da. - Agosto de 2018

3.2 A perspectiva dos alunos

3.2.1 A Escola e sua importância/conquista

Para os alunos entrevistados, a existência da escola na comunidade teve avaliações diferentes. Segundo dois deles, a escola na comunidade representa melhoria, uma grande conquista. Uma das alunas entrevistadas, no entanto, queixou-se do funcionamento da escola. Segundo ela, há falta de merenda no turno da noite e transporte para os alunos que frequentam o turno da manhã. Essa mesma

entrevistada revelou problemas relacionados à ambiguidade governamental no que tange à gestão: pela manhã e tarde, os alunos são vinculados à rede municipal de ensino. À noite, à rede estadual. O prédio é de domínio municipal.

Uma das alunas participou ativamente da luta pela escola. Essa participação é assim relatada:

Sim, participei. Fui para duas reuniões, inclusive teve também outras pessoas que participaram dessa luta. Fulana (referindo-se a uma professora antiga) foi uma das pessoas que deu muita força na comunidade. Hoje me sinto triste, pois não vejo ela aqui na escola e na comunidade, junto com a gente dando força. Eu sinto falta, pois mesmo ela sendo de fora da comunidade, ela sempre insistiu pra que a gente lutasse. Nunca desistisse de buscar os nossos direitos. Ela convidou a mim, Edmilson e o meu “cumpade” Eivaldo para a gente ir numa reunião no CEDAP. Ali nessa reunião perguntaram se a gente realmente queria mesmo participar, pois era uma luta muito grande em relação às dificuldades com o governo. Aí ela falou: “a comunidade quer!” (Joelma- Junho de 2018)

Nessa fala, fica evidente a participação de várias pessoas consideradas importantes para a conquista da escola. O processo de motivação para organização da comunidade produziu uma manifestação da importância de uma professora com o compromisso pela transformação da realidade social na Comunidade Negros do Osso e revela a falta de escolarização como um uma estratégia para delinear os passos de reivindicação diante dos órgãos competentes. Nesse sentido, o compromisso social e o conhecimento da professora e da instituição CEDAP foram de grande relevância para a conquista da escola.

O conhecimento é um instrumento de poder e não é neutro. No caso estudado, o seu uso nas relações sociais estabelece a posição política do profissional e das instituições na sociedade. Nesse sentido, Paulo Freire (2004, p.28) vai afirmar que:

Por isso, o trabalhador social não pode ser um homem neutro frente ao mundo, um homem neutro frente à desumanização ou humanização, frente à permanência do que já não representa os caminhos do humano ou à mudança destes caminhos. O trabalhador social, como homem, tem que fazer sua opção. Ou adere à mudança que ocorre no sentido da verdadeira humanização do homem, de seu ser mais, ou fica a favor da permanência.

Percebemos que os alunos, em vários momentos, evidenciam posicionamento crítico e político diante das situações que vivenciaram e das lutas que empreenderam para suas conquistas – especialmente, seu reconhecimento enquanto comunidade quilombola e a conquista da escola.

3.2.2 Proposta pedagógica e conteúdos

Em relação à proposta pedagógica, a avaliação é que a aprendizagem da leitura, escrita e de conteúdos úteis à vida na comunidade são importantes para a própria organização da Associação, como podemos perceber nesta fala:

Eu comecei a frequentar a Escola Negros do Osso e fiz o EJA no ensino fundamental no ano de 2013 e nessa época eu tinha 25 anos. E o mais importante foi que aprendi a ler, a escrever e os conteúdos que a gente aprende de uma certa maneira ajuda muito nas coisas da Associação. (Joelma- Junho de 2018)

Quanto aos conteúdos trabalhados, especialmente no que diz respeito às temáticas *cultura quilombola, afro-brasileira e africana e a história dessa comunidade*, verificamos certa ausência dessas abordagens de forma sistemática, conforme disse essa aluna:

Ainda não tivemos esta aula porque começamos a estudar a história da arte. Nesta parte da história [da comunidade], eu só estou informada pela família do meu companheiro sobre esse assunto. Não vi nenhum livro como se desenvolveu essa história de nossa comunidade e a origem dos quilombos. (Joana- Junho de 2018)

Um aluno, porém, indicou conhecimento da questão histórica pela qual passaram e passam os negros no País, revelando a importância desse conhecimento lhe ter chegado pela via da Escola:

Eu sei que existem muitos direitos hoje por causa do que os negros sofreram com a escravidão, e isto eu aprendi aqui na Escola Negros do Osso e na Escola Estadual Cristo Rei. Esses conteúdos que estudo são importantes para compreender muitas coisas em minha vida, pois nós ainda hoje estamos na escravidão, pois a gente estuda uma coisa que estava na escravidão e olhamos para nós, quando estamos trabalhando com a enxada para os outros, e assim nos tornamos escravos. (Daniel- Junho de 2018)

Castilho e Carvalho (2015), ao analisar 32 estudos sobre a relação educação e quilombo, observaram que eles poderiam ser organizados em dois eixos: *educação e cultura* e *educação e identidade*. Nosso estudo está diretamente ligado ao primeiro eixo e se preocupa “em compreender como/ou se a educação leva em conta os repertórios culturais locais – saberes e fazeres comunitários – em suas propostas pedagógicas curriculares” (CASTILHO e CARVALHO, 2015, p.365). Nesse sentido, verificamos que a articulação entre a vida da comunidade e a escola parece se fazer de modo irregular, uma vez que nas duas falas acima não aparece essa relação de forma sistematizada e contínua para duas das entrevistadas.

Em nossas conversas com os professores, não apenas as entrevistas formais, percebemos que a proposta pedagógica da Escola Negros do Osso – embora ainda não formalizada - está articulada ao projeto de escolarização tradicional, com ênfase a conteúdos que, no geral, não têm relação direta com a realidade de vida da maioria dos alunos. Essa contradição acontece por haver uma dicotomia entre a realidade vivenciada na escola e a ausência de referências à leis, documentos, diretrizes e resoluções sobre como deve ser trabalhada a educação quilombola em uma perspectiva de construção de leitura do mundo considerando os valores culturais da população afro-brasileira.

3.2.3 Expectativas em relação à Escola

Para os alunos entrevistados, a escola poderia se aproximar mais da realidade da comunidade e da cultura quilombola. Também, poderia considerar em seu currículo a realidade rural, na qual estão inseridos, e as práticas de capoeira e de lazer que são próprias ao cotidiano da Comunidade, conforme relato de um aluno:

Na escola deveria ser estudado mais sobre a resistência do negro e sua vida no roçado trabalhando na agricultura, pois a maioria dos negros são agricultores e estão trabalhando na agricultura para sustentar sua própria família. E aqui na comunidade tem umas culturas que são especiais, a capoeira, o futebol que é um lazer e era para escola ter mais coisas. (Daniel- Junho de 2018)

Segundo uma das alunas entrevistadas, a relação da escola com a vida e as necessidades dos moradores da comunidade também poderiam ser estabelecidas pela escola, no sentido de oferecer cursos e discussões relacionados ao mundo do trabalho. Vejamos o que ela diz:

Acho que sim, seria bom que a escola tivesse coisas mais práticas, como cursos que ajudasse as pessoas a viverem melhor. Nossa comunidade está um pouco parada. Vejo que existem muitas pessoas com falta de afazeres, e a escola é a nossa esperança para que a gente possa ter uma vida melhor. (Joelma- Junho de 2018)

Essa aluna parece demonstrar o anseio de uma nova modalidade de ensino para a escola, que talvez seja o ensino profissional, voltado para atender as necessidades mais emergentes da pobreza e do desemprego que marcam a vida cotidiana da Comunidade Negros do Osso. Para Castilho e Carvalho (2015, p. 354),

A luta por educação ganha destaque na lista dos desejos quilombolas, por ainda ser considerada para muitos o único meio de ascensão social, de conquista de reconhecimento pessoal, e de apropriação de credenciais para o usufruto de uma cidadania plena.

Entendemos que os alunos entrevistados, ao sinalizarem outras formas de abordagem e mesmo outros conteúdos a serem tratados pela escola, estão indicando a importância de ela estar atenta às reais necessidades da Comunidade, tanto no sentido de propiciar conhecimento sobre sua origem e seu pertencimento histórico e cultural, como no sentido de possibilitar a projeção de futuro, relacionado ao emprego, à inserção e inclusão social.

A fala da aluna faz uma crítica ao modelo curricular da Escola Negros do Osso, que é unificado para todas escolas da rede municipal de Pesqueira e não contempla as especificidades do campo e da comunidade quilombola Negros do Osso. Contudo, coloca uma expectativa que a disciplina de História possa contemplar as vivências da vida cotidiana dos alunos.

Até o momento não tem nada a ver com o dia a dia, no ensino da escola segue as aulas normais, o comum, português, matemática, começando agora na história. Ai pode ser que chegue um pouco na história da vida cotidiana daqui da comunidade, mas no momento ainda não foram trabalhados estas questões do dia a dia da nossa comunidade. (Joana, junho de 2018)

Daniel e Joelma apresentam a Escola Negros do Osso com uma grande significação para suas vidas, no sentido da escolarização como um instrumento de poder nas relações sociais e com perspectivas de continuidade para a conclusão da formação educacional.

Observamos que mesmo não tendo ocorrido a inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo da Escola Municipal Negros do Osso com a justificativa que está acontecendo de forma transversal em todas as disciplinas, mesmo constatando as dificuldades operacionais desta proposta, reconhecemos na fala de um aluno que a temática da escravidão foi trabalhada, possibilitando ao mesmo uma visão crítica da sua vivência no campo e a difícil realidade de sua condição de negro. Vejamos seu relato:

Eu acho que minha vida é tranquila. Eu ainda penso que nós não 'saiu' da escravidão, eu vivo minha vida com muito sofrimento, mas sou feliz com os amigos que eu tenho. Tem vez que a pessoa sofre *bullying* na escola, eu sofri quando estudei o sétimo ano em Mimoso, mas não quero falar sobre isso. As disciplinas que a gente estuda são importantes para continuar nossos estudos, e as vezes têm assuntos que têm haver com a minha vida, mas no geral o que aprendemos na Escola é diferente com a realidade que vivemos. (Daniel- Junho de 2018)

Nesse sentido, para superação dessa difícil realidade do negro no Brasil, Castilho e Carvalho (2015, p.357) vão afirmar a importância da nova legislação que trata das políticas afirmativas para o negro no Brasil:

A educação realizada nas comunidades quilombolas passou por um longo período de esquecimento, diluída nas políticas da Educação Rural, sem nenhuma política pública e ou pedagógica que considerasse a sua especificidade. O ano de 2003 foi especialmente importante para a educação das relações étnico-raciais, no geral, e particularmente para a educação quilombola. A promulgação de legislações, tais como: a Lei nº 10.639/03, que torna obrigatória a inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar e outras medidas, desencadeou ações, como a publicação do Decreto Nº. 4.887 (BRASIL, 2003), que regulamentou os procedimentos para titulação das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas, em 2003; a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR, em 2003; a publicação da Resolução CNE/CP nº 1/2004, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; o lançamento do Programa Brasil Quilombola, desenvolvido pela SEPPIR, em dezembro de 2004; a institucionalização da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI, em 2004, na qual a Educação Escolar Quilombola encontra um lugar institucional de discussão.

3.2.4 O desejo de como a escola deveria ser

Sobre o funcionamento da Escola, a aluna Joana Darc, fez o seguinte relato:

Também não estou bem satisfeita com o desempenho da Escola, porque as vezes falta merenda a noite, e transporte para os alunos que moram mais distante. E como a Escola foi doada pelo Governo Estadual, e é quilombola, então tem que ser administrada durante o dia pela prefeitura e a noite com um diretor do Estado que represente “nós”, já que o EJA Médio está ligado à Secretaria de Educação do Estado de PE. E com isto, possa ter melhoria dos alunos da noite com a merenda e outras coisas que nós precisamos. (Joana-Junho de 2018)

Joana, em sua fala, volta a ressaltar a importância da gestão do EJA médio sob a coordenação da Secretária Estadual de Educação. Parece-nos que a sua insistência perpassa pela questão do investimento e da qualidade do ensino no Brasil, no que tange aos Entes Federados. A educação municipal na qual possuem as avaliações mais negativas. O seu relato também, demonstra um profundo sentimento de pertencimento a Comunidade Quilombola Negros do Osso e demonstra uma grande motivação de luta. Para a efetivação do melhoramento e funcionamento da Escola Negros do Osso.

Sobre como a Escola deveria ser, Daniel relatou:

Eu imagino a Comunidade participando mais e cuidando da Escola, pois esta foi um patrocínio do finado Eduardo Campos, ex-governador de PE, pois essa Escola é muito boa. A Comunidade deveria apoiar mais a escola, pois está

servindo aos seus filhos e também vai servir para os filhos de seus filhos e para os netos deles. (Daniel- Junho de 2018)

Na resposta de Daniel, verificamos a relevância dada a responsabilidade da comunidade para cuidar da Escola como garantia da escolarização para as novas gerações. O mesmo demonstra uma grande gratidão ao ex-governador Eduardo Campos. Nos parece que foi construído discursos com efeito de verdade pelo Poder Público Municipal, sendo disseminado na comunidade que o financiamento da Escola foi uma liberação do ex-governador. No decorrer da pesquisa já podemos verificar no depoimento do ex-prefeito Evandro Maciel, que quando o governador visitou a comunidade no ano de 2013, os recursos do FNDE já tinham sido liberados para a Secretaria de Educação do Município de Pesqueira, como resultado de um projeto apresentado no ano de 2009 para a construção da Escola Negros do Osso.

Joelma sugere melhorias na estrutura física da escola, como a construção de uma quadra de esportes para a inclusão da disciplina de educação física e outras atividades:

Eu acho que a escola deveria ter mais coisas, porque assim as crianças por exemplo deveriam ter mais algumas atividades, se tivesse a quadra, aulas de educação física, um horário para que eles possam sair do caderno e fazer outras atividades. (Joelma- Junho de 2018)

O desejo por uma escola melhor é presente na fala dos alunos entrevistados. São apresentadas necessidades de melhorias na estrutura física, pedagógica e em ações políticas. Reconhecemos tais aspirações como importantes a avanços objetivos e político-pedagógicos na escola.

3.2.5 Contribuição da escola Negros do Osso para o futuro dos alunos

Joana e Joelma transmitem uma crença na educação com uma significação pautada na formação escolar, evidenciando uma representação de melhoramento de suas vidas através da escolarização. Na objetividade de suas falas não aparece uma profissão a ser seguida como resultado dos seus estudos. Porém, transparece o desejo de viver e continuar morando na Comunidade Negros do Osso:

Espero que Deus me dê saúde e que seja um futuro brilhante, sem desgostos e sem tristezas, e que no futuro minhas filhas não me abandonem. Eu espero que a Escola me ajude a chegar lá, quem sabe aos meus 50 anos eu possa um dia me formar em alguma coisa, mesmo alguém falando que eu possa estar velha e não aprenda, mas nada vai impedir o meu sonho de aprender e de vencer na vida. (Joelma- Junho de 2018))

Sobre o que espera do seu futuro, Daniel falou que:

Eu queria ser um mestre de capoeira e ser policial da Polícia Militar. E se eu conseguir ser um policial, não pretendo deixar a Comunidade para ela não ficar abandonada. (Daniel- Junho de 2018)

Daniel manifestou o desejo de ser um mestre de capoeira, função que contribui para o fortalecimento da questão identitária. Ao mesmo tempo, deseja ingressar na polícia, que nos parece ser uma resposta à questão daquilo que ele não gosta, que são os problemas gerados pela bebida e algumas práticas de contravenções que existem na comunidade.

3.2.6 Avaliação da Escola Negros do Osso

Para Joana, a boa estrutura da escola e o esforço dos professores são citados como aspectos positivos. Ela avalia como aspectos negativos problemas no modelo da gestão, que deveria ter mais disciplina para uma boa condução dos alunos e afirma ser um “pouco fraco” o ensino da alfabetização. Também, relata que no horário da noite os alunos faltam muito.

Bom, no momento mesmo com as dificuldades dessa administração, pois acredito que tem que ter uma administração firme e segura, para uma boa condução dos alunos e evitar desistência. Eu não sou professora, mas meu companheiro estuda e ele deveria aprender a ler e escrever, em relação a isso eu achei um pouco fraco o ensino da alfabetização. Percebo e vejo que a noite os alunos faltam muito. Como ponto positivo posso falar dos professores que se destacam bem, eles procuram fazer o máximo possível. E a estrutura da escola é de primeira qualidade. Ela está de parabéns pelo desempenho do governador, por ter deixado esta obra aqui, que a gente não vai esquecer jamais. (Joana- Junho de 2018)

Sobre os pontos positivos e negativos da Escola Negros do Osso, Daniel relatou que:

A Escola deveria ter mais cursos profissionalizantes, e os alunos se interessarem mais para aprenderem. Por exemplo, nós fizemos um curso esses dias de formação para cidadania quilombola, pegamos o certificado que vai ajudar a gente na frente, E a parte negativa, é que muita gente não pensa no amanhã, e os alunos não se interessam como deveriam, também acho que a Escola deveria oferecer cursos que fortalecesse a profissionalização dos jovens. (Daniel- Junho de 2018)

A aluna Joelma destaca como pontos positivos e negativos:

A infraestrutura da Escola é muito boa, você olhando para as outras Escolas do sítio são bem diferentes, e a nossa nós temos muito orgulho de termos conquistado. E como aspecto negativo vejo que falta uma quadra de esportes e o muro para dar mais segurança à Escola. (Joelma, Junho de 2018)

Daniel avalia como positivo um curso na área de cidadania quilombola, e avalia como negativo a falta de interesse por parte de alguns alunos, apontando para a necessidade de a comunidade participar mais do fortalecimento da Escola para a implantação de novos cursos voltados à realidade social da comunidade. Joelma afirma como positivo a estrutura física da escola e, como negativo, a falta de uma quadra de esportes e da construção de um muro.

Na fala dos alunos, a conquista da Escola e seu funcionamento são os aspectos positivos. Quanto aos aspectos negativos apresentados, é importante ressaltar que o processo de escolarização vivenciado pelos alunos da Escola Negros do Osso está relacionado a uma dura realidade histórica de invisibilidade e exclusão social. Nesse sentido, Silva (2010, p.190) diz que:

A concepção do alunado sobre suas referências identitárias e as manifestações do racismo na escola lança para nós alguns desafios, que se constituem em necessidades de realização de ressignificação de cultura no cotidiano escolar, considerando o modelo que tem sido adotado, apesar de que a escola sozinha não pode efetivar as mudanças, pois elas dependem de relações de colaboração, de interação social com os grupos locais, com as famílias.

3.3 A visão dos professores

3.3.1 Prática pedagógica

Observamos preocupação de algumas professoras quanto às práticas desenvolvidas com seus alunos. O fato de trabalharem com turmas multiseriadas e alunos especiais se revelou como desafio ao trabalho pedagógico. Uma das professoras revelou preocupação com o seu trabalho, sentindo-se, inclusive, despreparada para lidar com os alunos com os quais precisa trabalhar:

Como trabalho só na parte da manhã e só fico com os especiais, planejamos trabalhar com eles as sílabas do alfabeto, jogos para eles irem se desenvolvendo, mas têm algumas dificuldades, porque as turmas são multiseriadas, como também os problemas de saúde dos especiais são diferentes, diante disso não me sinto preparada para planejar aulas que dê conta a necessidade de todos os alunos especiais. (PROFESSORA RENATA)

Questões relacionadas à propostas pedagógicas quanto às especificidades do currículo, não foram evidenciadas questões assim pelos professores entrevistados. Assim, nem questões pertinentes aos principais problemas listados por Castilho e Carvalho (2015) no tocante às propostas e aos materiais pedagógicos apareceram quando levantamos questões relacionadas às práticas realizadas no contexto da sala

de aula. Vejamos quais são os principais achados nas pesquisas das escolas quilombolas levantadas por Castilho e Carvalho (2015, p.366):

No que diz respeito aos resultados, estes podem ser assim sintetizados: a) as propostas pedagógicas das escolas não atendem às especificidades étnicas e culturais dos alunos e tendem a propagar um currículo monocultural e hegemônico, o que dificulta o processo de construção da identidade étnico-racial e a promoção da autoestima dos educandos; b) os materiais pedagógicos utilizados foram elaborados fora do contexto rural e quilombola; antes negam as identidades e culturas negras locais do que as afirmam; c) há dificuldade, por parte dos professores, em ministrar uma educação contextualizada e voltada para a afirmação cultural e identitária dos alunos por falta de formação inicial e ou continuada; faltam materiais didático-pedagógicos adequados e outras condições estruturais da escola.

3.3.2 Currículo, Cultura Quilombola, Afro-Brasileira e Africana

Do ponto de vista do currículo, as temáticas sobre a cultura quilombola, afro-brasileira e africana são trabalhadas, por orientação da secretaria municipal de Educação, de forma transversal. Percebemos que essa lógica de pensar os referidos temas estar em todas as disciplinas ainda não encontrou uma forma sistematizada e constante de se fazer presente nas práticas e metodologias em sala de aula. A garantia para elas estarem inseridas no currículo se dá graças à Lei nº 10.639/2003, sobretudo a temática quilombola. O professor Romero informou que:

A temática quilombola está organizada no currículo de forma transversal, não tem ainda realmente uma disciplina focada assim, nós temos a disciplina de história e geografia, que a gente trabalha, mas ainda está um pouco transversal, interdisciplinar.

Verificamos que não houve um planejamento por parte da Secretaria Municipal de Educação que proporcionasse uma formação continuada consistente na especificidade das temáticas quilombola, afro-brasileira e africana. Diante dessa situação, pudemos verificar a predominância de um currículo com base universal que limita e empobrece a aplicabilidade na sua totalidade do que estabelece as Diretrizes Curriculares da Educação Quilombola (BRASIL, 2012). A esse respeito, Santos, Pinto e Chinéa (2018, p.958-959) fazem a seguinte observação:

Deve-se, ainda, considerar que mais que apreender história, cultura, manifestações e costumes de matriz africana é necessário conjugar tais informações com as disciplinas específicas que compõem as grades dos diferentes níveis da escolarização. Ou seja, ainda que a lei proponha o trabalho “[...] em especial nas áreas de Educação Artística, de Literatura e História Brasileiras” (Brasil, 2003, art. 26-A, parágrafo 2º), é preciso haver a transversalização desses saberes nas diversas disciplinas que compõem o currículo. Portanto, é altamente desejável que em Matemática, Química, Geografia, Biologia, etc. contemplem-se conhecimentos e aspectos oriundos

das culturas africanas e afro-brasileira. No entanto, é preciso ponderar que essa transversalização pode, no decurso do trabalho cotidiano e dados os entraves discutidos neste texto, incorrer em debates não aprofundados ou pontuais, quando existentes e garantidos. Assim, disciplinas específicas para o trabalho aprofundado e ampliado da temática étnico-racial, se somadas à transversalização, podem gerar resultados mais promissores no que toca à educação das relações étnico-raciais. Obviamente, que, para isso, há necessidade de investimento em formação de professores e recursos pedagógicos adequados para que os profissionais possam desenvolver tais programas de forma adequada e efetiva.

3.3.3 Conhecimento dos professores sobre a Lei nº 10.639/2003

Um professor entrevistado relatou ter um conhecimento ainda incipiente sobre a Lei nº 10.639/2003. Duas das professoras entrevistadas revelaram não ter nenhum conhecimento sobre a referida Lei. Contudo, a fala da professora Marli a mesma evidencia as dificuldades práticas para a aplicabilidade e vivência de temáticas relacionadas ao contexto quilombola na Escola Negros do Osso. Segundo a professora Marli,

Há cinco anos atrás recebemos esta proposta do MEC, vieram até livros diretamente para a gente trabalhar esta questão. Eu conversei com a Secretária de Educação, mas na verdade o que me foi informado é que os conteúdos de história afro-brasileira e africano era para ser trabalhado de forma transversal. E, não é o que a lei manda, porque desta forma transversal pode ou não ser trabalhada, porque a lei instituiu a inclusão no currículo da disciplina mesmo. (Marli- Junho de 2018)

Queremos evidenciar que é fundamental aplicação da temática de forma transversal às demais disciplinas do currículo, desde que nele também seja inserida disciplina específica de história afro-brasileira e, sobretudo, um conhecimento maior das temáticas necessárias às práticas pedagógicas dos professores, devendo estes também avançar em suas formações, conforme defendem Santos, Pinto e Chinéa (2018, p. 957-958):

Ainda que as equipes escolares consultadas pelos diferentes estudos relatem conhecer a lei, saber o teor de suas prescrições e também seu caráter obrigatório, nota-se que o desconhecimento teórico e epistemológico sobre a dinâmica das relações étnico-raciais, bem como acerca de conteúdos específicos sobre fatos, histórias, conceitos, descobertas e avanços tecnológicos dados a partir de uma matriz afro-brasileira constitui um quadro que impede que a implementação da lei avance para além de marcos e discussões pontuais. O desconhecimento acerca dos conteúdos específicos está vinculado à falta de formação básica dos professores e demais membros das equipes escolares para preencherem tais lacunas com dados e entendimentos das culturas, línguas, histórias e costumes africanos e afro-brasileiros que compõem direta ou indiretamente nossa organização social e nossas práticas cotidianas, mas que somos impedidos de (re)conhecer devido ao fato de sermos levados a conhecer e reconhecer o mundo a partir de um prisma eurocêntrico que, no limite, refuta a validade de outras formas de conhecimento e práticas.

3.3.4 Práticas Educativas

Nas práticas realizadas na escola, chamou-nos a atenção a ideia de “harmônico” presente em uma das falas dos professores. Antes de passarmos a ela, queremos lembrar que foi sob um imaginário harmonizado nas relações sociais dos primeiros povos que formaram o país que Gilberto Freyre construiu o conceito da democracia racial. Apresentando o Brasil de forma otimista e integradora, nega os conflitos sociais, as tensões, que não podem ser desconsideradas. Podemos observar esse imaginário da democracia racial no relato do professor Romero:

A gente sempre desenvolve atividades em grupos de alunos nas datas comemorativas. Ainda integramos todos os alunos, os brancos, os negros, sem distinção. A gente faz um trabalho harmônico, até porque estamos inseridos em uma comunidade quilombola, então a gente também recebe alunos das comunidades vizinhas.

A gente observa na Escola que algumas vezes os alunos não querem sentar perto daquela outra criança que é diferente dele, porém o professor com sua formação pedagógica ele já trabalha de forma para que este preconceito possa ser quebrado, e também quando por exemplo surge algum caso mais sério a gente vai até a direção e busca resolver. Mas, até hoje não tivemos nenhum caso grave, mas sempre surgem alguns conflitos, até porque são crianças do 5º ao 9º ano. (Romero- Junho de 2018)

Um segundo aspecto importante foi colocado pela professora Aline. Diz respeito à negação da condição de negro pelos próprios alunos:

A gente também hoje em dia nem podemos trabalhar diretamente a questões dos negros, pois assim, vejo que não podemos chamar diretamente uma pessoa de negro, é que eles não gostam, mesmo sabendo, eles se acham discriminados. (Aline- Junho de 2018)

Essa é uma questão bem complexa. Porque o negro sente-se discriminado quando chamado de negro, dificultando as práticas educativas para afirmação da questão étnico-racial? Parece-nos que esse problema está interligado à construção discursiva que associa a imagem do negro à uma representação negativa. E, nesse sentido, faz-se necessário um aprofundamento teórico da temática étnico-racial para os professores poderem desmistificar o mito da democracia racial e da teoria do embranquecimento, ao que parece bastante presente no imaginário dos alunos. Conforme Munanga e Gomes (2016, p.179) é preciso refletir sobre a seguinte questão:

Muitas pessoas acreditam que as relações entre pessoas brancas e negras são marcadas pela igualdade, harmonia e solidariedade, afinal todos fazem parte de um mesmo povo. Outras acreditam que existem diferenças qualitativas entre povos e grupos sociais e assumem com tranquilidade a falsa ideia de superioridade de uns em detrimento de outros.

As tensões que permeiam as relações entre grupos e diversos povos e as práticas sociais mostram que a questão do racismo existe e se manifesta de modo extremamente complexo, o que exige de nós um olhar cuidadoso e atento quando nos aproximamos da questão racial.

3.3.5 Formação continuada para a valorização da cultura negra

Todos os professores entrevistados afirmaram que não existe formação continuada na direção da valorização da cultura negra. O cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012), considerando a sua aplicabilidade na Escola Negros do Osso, parece-nos um dos grandes desafios a ser superado. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Quilombola (BRASIL, 2012), estabelece no Capítulo 5º da formação inicial continuada e profissionalização dos professores para atuação na educação quilombola, que:

Art. 47 A admissão de profissionais do magistério para atuação na Educação Escolar Quilombola nas redes públicas deve dar-se mediante concurso público, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal. Parágrafo Único As provas e títulos podem valorizar conhecimentos profissionais e técnicos exigidos para a atuação na Educação Escolar Quilombola, observando a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.

Art. 48 A Educação Escolar Quilombola deverá ser conduzida, preferencialmente, por professores pertencentes às comunidades quilombolas.

Art. 49 Os sistemas de ensino, no âmbito da Política Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, deverão estimular a criação e implementar programas de formação inicial de professores em licenciatura para atuação em escolas quilombolas e escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas ou ainda em cursos de magistério de nível médio na modalidade normal, de acordo com a necessidade das comunidades quilombolas.

Art. 50 A formação inicial de professores que atuam na Educação Escolar Quilombola deverá: I - ser ofertada em cursos de licenciatura aos docentes que atuam em escolas quilombolas e em escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas; II - quando for o caso, também ser ofertada em serviço, concomitante com o efetivo exercício do magistério; III - propiciar a participação dos graduandos ou normalistas na elaboração, desenvolvimento e avaliação dos currículos e programas, considerando o contexto sociocultural e histórico das comunidades quilombolas; IV - garantir a produção de materiais didáticos e de apoio pedagógico específicos, de acordo com a realidade quilombola em diálogo com a sociedade mais ampla; V - garantir a utilização de metodologias e estratégias adequadas de ensino no currículo que visem à pesquisa, à inserção e à articulação entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais produzidos pelas comunidades quilombolas em seus contextos sócio-histórico-culturais;(...)

Essa é uma realidade que precisa ser analisada em termos de conquistas e do que há ainda por se fazer. Há realizações, mas, do ponto de vista de concepção e da organização da oferta em termos pedagógicos, muito há a avançar.

3.3.6 Materiais Didáticos Utilizados na Escola

O material didático utilizado pelos professores faz referência à coleção Girassol (BRASIL, 2004), trabalha a educação do campo, que é relacional à realidade da vida no campo da grande maioria das famílias da Comunidade Quilombola. Contudo, não contempla os conteúdos específicos para uma valorização étnico-racial. Conforme relato do professor Romero:

A gente utiliza a coleção girassol, que é voltada para educação do campo, os livros são didáticos e paradidáticos. Nós temos também livros de histórias infantis que vêm para os alunos. (Romero- Junho de 2018)

A escola no Brasil têm uma atuação perante os alunos com uma proposta ideológica, de que todos são iguais no processo de aprendizagem. Transmitindo um ideal de aluno homogêneo, não considerando as diferenças sociais e regionais. No âmbito educacional, podemos ressaltar que um dos avanços das políticas afirmativas para o negro foi a aprovação da Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012, p. 26), que nesse sentido vai afirmar:

Uma proposta de educação quilombola necessita fazer parte da construção de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas. Isso significa que o próprio projeto político-pedagógico da instituição escolar ou das organizações educacionais deve considerar as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas, o que implica numa gestão democrática da escola que envolve a participação das comunidades escolares, sociais e quilombolas e suas lideranças. Por sua vez, a permanência deve ser garantida por meio da alimentação escolar e a inserção da realidade quilombola em todo o material didático e de apoio pedagógico produzido em articulação com a comunidade, sistemas de ensino e instituições de Educação Superior.

A materialidade didático-pedagógica revela concepção e não é um aspecto qualquer. Mais do que um material concreto, exprime relações, considerações, importâncias. Não privilegiar um material didático adequado à discussão quilombola e étnico-racial demonstra resistência em fazer a mudança “por completo”. Ou seja, apesar dos avanços, há ainda um longo caminho a trilhar no sentido do reconhecimento desse grupo e de seus pertencimentos.

3.3.7 Autores que norteiam a prática pedagógica

Todos os professores citaram Paulo Freire como o principal autor que motiva as práticas pedagógicas na Escola Negros do osso. Nos parece que a fala de Renata expressa como é aplicado alguns conceitos de Paulo Freire nas atividades pedagógicas:

A gente viu muito Paulo Freire quando eu estudava em Pesqueira, trabalho sobre ele. É tanto que ontem trabalhei a biografia dele. Quando terminei em 2016, embora não me lembro muito de tudo, porém a gente aplica sim alguns conceitos de Paulo Freire na educação, como por exemplo jogos pedagógicos, as atividades que passamos para desenvolver crianças, onde Paulo Freire fala que os alunos brincando também aprendem nas relações com a prática que constitui uma aprendizagem com a vida. (Renata- Junho de 2018)

Podemos constatar um grande esforço individual de todos os professores da Escola Negros do Osso no exercício da formação básica e a conquista de um curso de graduação. Também fica evidente o compromisso social e educacional desses profissionais no que tange aos autores citados, Paulo Freire, Arroio e Magda Soares. Os mesmos, são pedagogos que articulam uma pedagogia com base na realidade social vivenciada pelos educadores e educandos, na busca da construção do conhecimento que humanize e liberte os homens. E sobre o ensinar que exige do educador uma apreensão da realidade, Paulo Freire (2004, p. 69) vai assegurar:

Creio poder afirmar, na altura destas considerações, que toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos; envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter *diretivo*, objetivo, sonhos, utopias, ideais. Daí a sua *politicidade*, qualidade que tem a prática educativa de ser *política*, de não poder ser neutra.

3.3.8 A história e valores culturais da Comunidade Negros do Osso na Escola

Constatamos na fala de todos os professores entrevistados que a temática dos valores culturais da Comunidade Negros do Osso é trabalhada de forma predominante nas datas comemorativas, conforme retrata a professora Marli:

Só é trabalhado com datas comemorativas mesmo, a gente também coloca algumas conversas nas aulas de história e geografia, mas é aquela coisa vaga. Seria interessante por exemplo, em uma reunião de planejamento dos professores, colocar conteúdo do material da dissertação de Juscélio Arcanjo, para dar suporte principalmente em história, porque já é uma história regional. (Marli, junho de 2018)

É importante considerar o contexto de dificuldades que os educadores estão envolvidos, que mesmo demonstrando um grande esforço para uma adequação do currículo à realidade e necessidade de práticas educativas voltadas para a história e os valores culturais da Comunidade Negros do Osso esbarram na ausência de um projeto político pedagógico que precisa ser construído com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012). Conforme os artigos 31, 32 e 33 dessas Diretrizes,

Art. 31: O projeto político-pedagógico, entendido como expressão da autonomia e da identidade escolar, é primordial para a garantia do direito a uma Educação Escolar Quilombola com qualidade social e deve se pautar nas seguintes orientações:

I - observância dos princípios da Educação Escolar Quilombola constantes desta Resolução;

II - observância das Diretrizes Curriculares Nacionais e locais, estas últimas definidas pelos sistemas de ensino e seus órgãos normativos;

III - atendimento às demandas políticas, socioculturais e educacionais das comunidades quilombolas;

IV - ser construído de forma autônoma e coletiva mediante o envolvimento e participação de toda a comunidade escolar.

Art. 32: O projeto político-pedagógico da Educação Escolar Quilombola deverá estar intrinsecamente relacionado com a realidade histórica, regional, política, sociocultural e econômica das comunidades quilombolas.

§ 1º A construção do projeto político-pedagógico deverá pautar-se na realização de diagnóstico da realidade da comunidade quilombola e seu entorno, num processo dialógico que envolva as pessoas da comunidade, as lideranças e as diversas organizações existentes no território.

§ 2º Na realização do diagnóstico e na análise dos dados colhidos sobre a realidade quilombola e seu entorno, o projeto político-pedagógico deverá considerar:

I - os conhecimentos tradicionais, a oralidade, a ancestralidade, a estética, as formas de trabalho, as tecnologias e a história de cada comunidade quilombola; II - as formas por meio das quais as comunidades quilombolas vivenciam os seus processos educativos cotidianos em articulação com os conhecimentos escolares e demais conhecimentos produzidos pela sociedade mais ampla.

§ 3º A questão da territorialidade, associada ao etnodesenvolvimento e à sustentabilidade socioambiental e cultural das comunidades quilombolas deverá orientar todo o processo educativo definido no projeto político-pedagógico.

Art. 33: O projeto político-pedagógico da Educação Escolar Quilombola deve incluir o conhecimento dos processos e hábitos alimentares das comunidades quilombolas por meio de troca e aprendizagem com os próprios moradores e lideranças locais.

A resistência, tão presente na conquista da comunidade e da escola, ainda precisa se fazer presente quanto ao reconhecimento da história e da cultura da comunidade na escola. A falta de um projeto político pedagógico, e mais, de um projeto sintonizado com a comunidade ainda é algo a ser superado, na direção da conquista real e pedagógica de uma escola que dialogue com os sujeitos que nela estão.

3.3.9 Participação da Comunidade na escola

Observamos que a escola é o equipamento público com uma significação de orgulho por sua existência possuir uma simbologia do direito à educação, conquistada com a participação da Comunidade Negros do Osso. A escola no imaginário da Comunidade existe como um instrumento de inclusão social.

Essas características específicas nos anseios da população quilombola são elementos motivadores para participação na escola, conforme o registro de todos os professores e que podemos ver no relato da professora Renata:

A comunidade participa. Por exemplo, está sendo feito um trabalho sobre a água e eles participam e estão colaborando com a implantação de uma horta para melhorar a alimentação dos alunos. Eles participam também nas reuniões. A gente sempre convida a comunidade para participar das ações extraescolares que são desenvolvidas na escola. (Renata- Junho de 2018)

Pudemos constatar um grande esforço dos professores para a participação da comunidade na vida da escola. Porém, verificamos que as práticas desenvolvidas não condizem com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012), no que se refere a gestão da Educação Escolar:

Art. 39: A Educação Escolar Quilombola deve atender aos princípios constitucionais da gestão democrática que se aplicam a todo o sistema de ensino brasileiro e deverá ser realizada em diálogo, parceria e consulta às comunidades quilombolas por ela atendidas.

§ 1º Faz-se imprescindível o diálogo entre a gestão da escola, a coordenação pedagógica e organizações do movimento quilombola nos níveis local, regional e nacional, a fim de que a gestão possa considerar os aspectos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos do universo sociocultural quilombola no qual a escola está inserida.

§ 2º A gestão das escolas quilombolas deverá ser realizada, preferencialmente, por quilombolas.

§ 3º Os sistemas de ensino, em regime de colaboração, estabelecerão convênios e parcerias com instituições de Educação Superior para a realização de processos de formação continuada e em serviço de gestores em atuação na Educação Escolar Quilombola.

Art. 40: O processo de gestão desenvolvido na Educação Escolar Quilombola deverá se articular à matriz curricular e ao projeto político-pedagógico, considerando:

- I - os aspectos normativos nacionais, estaduais e municipais;
- II - a jornada e o trabalho dos profissionais da educação;
- III - a organização do tempo e do espaço escolar;
- IV - a articulação com o universo sociocultural quilombola.

Faltam democratização e maior participação da comunidade nos destinos da escola. Mesmo que pessoas da comunidade participem de algumas atividades, o que pareceu é que essa participação não é sistemática e orgânica. Ainda há muita interferência da secretaria de educação nas pautas pedagógicas da escola. Um

caminho profícuo é a ocupação material e intelectual da escola pelos membros da comunidade.

3.3.10 A escola e o desejo dos professores

Os professores desejam o cumprimento da legislação, começando com a aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, que regulamentam um modelo de escola com participação da comunidade e seus valores culturais, dando ênfase ao projeto político pedagógico relacionado à realidade vivenciada pelos alunos e comunidade. Nesse sentido, a fala da professora Marli evidencia o seu desejo de como a Escola Negros do Osso deveria ser:

Eu gostaria que tivesse mais participação dos órgãos públicos e que ela fosse mais participativa, que tivesse mais projetos, que ela caminhasse mais. O que acho é que esta escola é muito parada para estrutura que ela tem. Ela merecia mais apoio. Nessa estrutura o que falta nela é, principalmente, a parte de um apoio como, por exemplo, de um coordenador, e a implantação do projeto político pedagógico. (Marli- Junho de 2018)

Vemos aqui a necessidade de que a escola tenha uma dinâmica mais constante, com apoio e participação maior dos membros da comunidade e do poder público local. Muitas conquistas precisam ainda ocorrer. Ouvir os desejos dos professores torna-se importante nessa direção. São eles que, no cotidiano, vivenciam as possibilidades e entraves postos ao funcionamento da escola.

3.3.11 Avaliação da escola pelos professores

Os professores apresentaram como aspectos positivos a união entre eles, o funcionamento da escola em uma área quilombola e a continuidade dos estudos para os alunos. Como aspectos negativos, a falta de um projeto político pedagógico, de planejamento e de um coordenador. Também foi dada relevância à uma participação ativa da comunidade nas atividades da escola. A fala da professora Marli, expressa um resumo de todas as falas dos entrevistados:

De positivo aqui, a união de todos nós professores, somos uma família escolar. E o ponto negativo é a falta do projeto político pedagógico para que todos professores possam trabalhar de forma conjunta, como também falta um planejamento, falta um coordenador. (Marli- Junho de 2018)

Quanto à ausência dessas condições, podemos compreender que elas apontam para a ausência de efetivação de práticas democráticas, materializadas na construção de um projeto político pedagógico nas escolas quilombolas, a partir da participação e cooperação da comunidade mais ampla e comunidade escolar. Ferreira e Castilho (2017), mesmo reconhecendo os avanços da legislação, apontam dilemas e enfrentamentos que são necessários para a efetivação de práticas educativas nessa direção, que possam promover uma educação inclusiva com um projeto político pedagógico adequado às realidades sociais e culturais dessas comunidades. Nesse sentido, Ferreira e Castilho (2014, p.22) vão afirmar:

Constata-se que, embora as importantes definições elencadas na legislação nacional, a realidade concreta no “chão” das comunidades quilombolas ainda requer efetividade para que se possa realmente discutir a existência de um ensino democrático, inclusivo, antirracista e emancipatório, considerando as especificidades dentro de um país tão multicultural.

3.4 A perspectiva das lideranças da Comunidade Negros do Osso

3.4.1 A perspectiva da escola pelas lideranças

Das lideranças entrevistadas, apenas Ivoneide estudou na Escola Negros do Osso. Ela, como as outras lideranças, tem filhos matriculados na escola. Ela reclamou da falta de transporte para conduzir os alunos que moram em outros sítios ou no assentamento do MST.

As condições objetivas da população ainda são muito precárias e elas precisam de apoio referente ao transporte e na própria escola para seguirem seus estudos com maior tranquilidade. Um critério adotado pelo Ministério da Educação quanto ao mínimo de alunos em cada sala para garantir financiamento, segundo Ivoneide, precisa ser revisto, pois isso força a organização da oferta em salas multiseriadas, muitas vezes sem formação adequada dos professores para lidar com essas turmas. Concordamos com essa observação e pensamos ser urgente, por parte do Ministério da Educação, pensar numa nova forma de operacionalizar o quantitativo de alunos para as comunidades quilombolas, sem prejuízo financeiro. O financiamento constante e consistente para a efetivação plena das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Quilombola é fundamental. Conforme Castilho e Carvalho (2015, p.366-367),

Dentre outras dificuldades enfrentadas pelas escolas, e extensivamente pela educação em territórios quilombolas, estão: falta de transporte para os alunos e ou condições de tráfego nas estradas e hidrovias precárias; falta de merenda escolar; falta de água encanada e potável; falta de energia elétrica; falta de instalações sanitárias; falta de estrutura física – a maior parte das escolas ainda é coberta de palha com paredes de barro, outras têm somente cobertura, sem paredes. Falta de mobília: quadros, carteiras, mesas do professor, armários, quadro negro ou branco. A grande maioria das escolas organiza os alunos em salas multiseriadas, o que tem se mostrado ineficiente em termos de aproveitamento por parte dos alunos.

3.4.2 O significado do nome da escola para as lideranças

Como vimos, o prefeito Evandro Maciel Chacom, ao inaugurar o prédio da Escola na Comunidade Negros do Osso, modificou o nome para Escola Governador Eduardo Henrique Acioly Campos, justificando ser mudança justa pelo motivo do Ex-Governador ter ajudado muito o Município de Pesqueira.

Quatro das cinco lideranças responderam que a escola é conhecida e chamada pelas pessoas da comunidade de Escola Negros do Osso. Essa predominância no uso da linguagem da vida cotidiana foi bem expressiva na fala de um líder da Comunidade. Quando entrevistado sobre se tinha tomado conhecimento da mudança do nome da Escola Negros do Osso para Escola Governador Eduardo Campos, o mesmo respondeu:

Eu fiquei sabendo, fizemos uma reunião para desmanchar o que o prefeito fez e botar o mesmo nome que era. A gente discordou disso, só que até hoje não fizeram nada para atender a vontade da maioria da comunidade. (Eivaldo Francisco- Junho de 2018)

É visível que a continuidade do uso do nome Escola Negros do Osso possui uma significação identitária como uma prática de resistência cultural, que estabelece um confronto nas relações com o poder político e define um comportamento de uma ação ativa de sujeitos históricos que rejeitam a condição de submissão nas relações sociais. Pudemos observar nas conversas informais que a maioria dos membros da comunidade discorda da mudança do nome e estabelece como um valor simbólico identitário o nome Escola Negros do Osso. Nesse sentido, a linguagem é utilizada como uma ferramenta de resistência ideológica, que pode ser confirmada na construção das relações sociais no pensamento de Baktim (2006, p.34):

(...) esse espaço semiótico e esse papel contínuo da comunicação social como fator condicionante não aparecem em nenhum lugar de maneira mais clara e completa do que na linguagem. A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social.

3.4.3 O significado da conquista da Escola para Comunidade

Para as lideranças entrevistadas, a escola significa a conquista de um equipamento de Estado para a Comunidade. Decorrente dessa conquista, está o acesso à escolarização das crianças, dos jovens e adultos da Comunidade e dos sítios e assentamento vizinhos. Além disso, a chegada da escola trouxe a possibilidade de emprego para pessoas da Comunidade, como podemos constatar na fala de José Edilsom:

Ave Maria! É muita importante, porque teve uma boa melhoria aqui na comunidade, não só para as crianças estudarem perto de casa, como também várias pessoas da comunidade trabalham na Escola. (José Edilsom)

O relato de lideranças da Comunidade Quilombola, visualiza a Escola como um direito tardio, instituído a partir da Constituição Federal de 1988. Regulamentado pela Resolução nº 08 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, que estabelece:

Art. 7º A Educação Escolar Quilombola rege-se nas suas práticas e ações político pedagógicas pelos seguintes princípios: I - direito à igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade;
 II - direito à educação pública, gratuita e de qualidade;
 III - respeito e reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional;
 IV - proteção das manifestações da cultura afro-brasileira;
 V - valorização da diversidade étnico-racial;
 VI - promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, credo, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
 VII - garantia dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e do controle social das comunidades quilombolas;
 VIII - reconhecimento dos quilombolas como povos ou comunidades tradicionais;
 XIX - conhecimento dos processos históricos de luta pela regularização dos territórios tradicionais dos povos quilombolas;
 X - direito ao etnodesenvolvimento entendido como modelo de desenvolvimento alternativo que considera a participação das comunidades quilombolas, as suas tradições locais, o seu ponto de vista ecológico, a sustentabilidade e as suas formas de produção do trabalho e de vida;
 XI - superação do racismo – institucional, ambiental, alimentar, entre outros – e a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito e discriminação racial; XII - respeito à diversidade religiosa, ambiental e sexual;
 XV - superação de toda e qualquer prática de sexismo, machismo, homofobia, lesbofobia e transfobia;
 XVI - reconhecimento e respeito da história dos quilombos, dos espaços e dos tempos nos quais as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos quilombolas aprendem e se educam;(...)

3.4.4 Sobre as práticas educativas realizadas pelos professores

Os entrevistados disseram ser muito boa a relação entre a comunidade e a escola, sobretudo com os professores. No entanto, demonstraram saber pouco do que se passa na escola: “eles ensinam matemática, português, história.” (IVONEIDE); “Não sei bem explicar, mas deve ser alguma coisa boa que minha filha estar aprendendo na Escola.” (JOSÉ CARLOS). Pareceu-nos que a compreensão deles se restringe ao aspecto formal, de conteúdos, da escola.

Também aqui, ressalta-se a ausência do projeto político pedagógico como um entrave à comunicação da escola com a comunidade, uma vez que sua confecção demanda tal participação. Essa não proximidade dificulta uma melhor compreensão das práticas educativas dos professores e do próprio funcionamento da escola, além de impedir que a própria comunidade participe e indique aspectos a serem tratados na e pela escola.

3.4.5 Temas e conteúdos da história afro-brasileira e africana relacionados à Comunidade Negros do Osso

Ivoneide Macena dá ênfase à relevância de que se aborde temas e conteúdos relacionados à história da Comunidade. Conforme afirmou, é importante para o fortalecimento da Comunidade Quilombola através das lutas da Associação Negros do Osso. José Edilsom e Erivaldo Francisco apresentam a necessidade de a temática ser mais trabalhada para o enfrentamento das dificuldades, em grande parte permeadas pela pobreza que existe na Comunidade Quilombola. Em uma das nossas idas a campo, ouvimos de um morador da Comunidade outro aspecto que merece ser ressaltado: a importância de transmitir às novas gerações a história de formação da Comunidade e de seus personagens:

A escola trabalha sim, mas a gente também conta aos nossos filhos o que nós sabemos do nosso passado. Manuela era minha bisavó, ela era do sul (zona da mata de Pernambuco). A minha vó contou para minha mãe, e minha mãe contou para os meus filhos. (RENAM FILIPE- MORADOR DA COMUNIDADE)

A história positivista nos seus objetivos e na sua metodologia, da ênfase à escrita dos acontecimentos das elites dirigentes, estabelecendo os fatos como uma verdade objetiva e científica. Nessa direção, o pensamento ocidental foi ordenado nos

interesses dos grupos dominantes, com discursos que legitimam as diferenças sociais, tendo na religião, na educação e nos meios de comunicação social, os instrumentos de transmissão dessa “ideologia”.

Como a história das classes populares, em geral, não se encontra registrada nos livros, a história oral desempenha um importante papel através de uma memória vivida e contada. É possível reconstruir acontecimentos, comparar com outras fontes, desconstruir verdades estabelecidas, e, sobretudo, possibilitar, por meio da memória, a construção da escrita das vivências históricas das classes populares, conforme Freitas (2006).

3.4.6 Participação da Comunidade na escola

Pudemos constatar que existe nas práticas educativas realizadas na Escola Negros do Osso um esforço de inclusão das famílias dos alunos como sujeitos participativos nas atividades realizadas pela escola, como relatou Erivaldo Francisco:

Algumas vezes eu participo. Este ano teve uma ocasião que me chamaram para ir junto com os professores da Escola, no dia do aniversário da cidade, representar a Escola Negros do Osso, com uma barraca feita pelos professores e alunos. E, da Comunidade, foi a capoeira e eu para contar a história da Comunidade. Mas, quando chegamos “lá”, passamos o dia e não apareceu nem os vereadores, nem a prefeita e nem a Secretária de Educação, nem outras pessoas da cidade apareceram “lá”. Fomos praticamente esquecidos. (Erivaldo Francisco- Junho de 2018)

Existe uma construção discursiva ideológica de que os pobres, negros e índios não querem nada com a vida, não valorizam a educação por uma índole propensa à preguiça, sexualidade e alcoolismo, fora dos limites da moral eurocêntrica. Esses discursos racistas escondem a histórica falta de escolarização para as populações oprimidas pelas elites no Brasil. Contudo, verificamos que as famílias têm orgulho de participar das ações promovidas pela Escola e dão uma significação do espaço escolar como sendo a grande conquista da comunidade para o presente e futuro dos seus filhos. Na perspectiva de uma escola voltada para realidade social e cultural, Ferreira e Castilho (2014, p. 16) observam que:

Para que a escola cumpra seu papel de intermediadora dos conhecimentos nestas comunidades, é imprescindível um novo olhar sobre a inserção do povo negro, considerando-o como fazedor do conhecimento, na sua tendência natural de sujeito da construção de saberes, respeitando sua história e suas práticas culturais. É pressuposto fundamental para uma

educação antirracista, e além, que está reafirme a importância de se garantir a criação e recriação física e cultural de comunidades que passaram séculos relegados às margens da sociedade nacional e que ainda hoje enfrentam os efeitos deste período.

Portanto, é preciso construir uma nova mentalidade tanto por parte dos sujeitos que fazem a comunidade quilombola como daqueles que com esses sujeitos se relacionam. E a escola, nesse sentido, vem buscando cumprir esse papel, apesar das adversidades encontradas, ao integrar pessoas da comunidade às suas práticas de diálogo com outros grupos e sujeitos.

3.4.7 No que a escola pode avançar?

Das cinco lideranças entrevistadas, três colocaram necessidades materiais e da infraestrutura relativas à escola, no sentido de oferecer um melhor atendimento aos alunos: o transporte para o deslocamento dos alunos que moram no entorno, a construção de calçamento, muro e uma quadra de esportes. Um dos entrevistados afirmou que não sabia explicar como deveria ser o funcionamento da Escola.

Contudo, é na fala do agricultor Eivaldo Francisco que aparece uma proposição pedagógica propondo o ensino da história da Comunidade Negros do Osso como conteúdo da disciplina história afro-brasileira e africana, que vai ao encontro com a Lei nº 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola:

Para as crianças, o melhor mesmo seria criar algum projeto, tendo em vista ensinar para as crianças sobre o quilombo, porque eu acho que os mais novos estão perdendo o conhecimento do passado, porque têm muita gente aqui que já não sabe a história do nosso quilombo. O certo mesmo, seria a Escola ensinar, explicar como matéria para as crianças e os jovens. (Eivaldo Francisco- Junho de 2018)

3.4.8 Avaliação da Escola

Todas as lideranças entrevistadas colocaram como ponto positivo a conquista e a existência da escola na Comunidade Negros do Osso, oportunizando aos membros da Comunidade e do entorno o direito à educação, entendido como um direito universal, imprescindível para todos os cidadãos de um país. Entretanto, a fala de José Edilsom, agricultor e vigilante da escola, questiona a escolha para a direção da mesma, que se deu, segundo ele, por meio de política partidária: “Do meu ponto

de vista, a direção deveria ser escolhida por votação. E o que acho mais negativo é que têm muita política partidária. E o mais positivo foi a gente ter conquistado a Escola” (JOSÉ EDILSON)

O passado de uma colonização escravocrata é uma marca que se associou ao coronelismo, delineando práticas de uma elite autoritária que possui valores sedimentados nas diferenças sociais entre os homens. O controle político da indicação dos diretores da escola, como também o modelo de contrato como prática permanente nas relações de trabalho da educação no Brasil significa uma forma de dominação e do controle do voto, por meio de práticas políticas de manutenção de um modelo de poder conservador que desrespeita as leis, e, sobretudo, desrespeita os valores da integridade humana, na perspectiva de desconstrução dessas práticas e elevação do culto à personalidade do poder instituído através de estratégias de “compadrismo”. Para Reis (2002, p.124), “o culto da personalidade, valores individualistas, ausência de uma moral do trabalho, resistência à regra social, à lei, têm consequência uma sociedade dificilmente governável, pelo menos de forma democrática.” Este autor, ao analisar o pensamento de Sergio Buarque de Holanda em Raízes do Brasil, coloca em tela uma questão fundamental presente nas práticas políticas, que é a resistência ao cumprimento das leis. Nesse caso específico, as práticas relatadas resistem, por exemplo, ao que está posto no Artigo 14 da LDB (BRASIL, 1996; 2017):

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Percebemos que os avanços obtidos pela escola não se dão sem a resistência à mudanças de certas práticas que insistem em manter hierarquias e poder há muito estabelecidos.

3.4.9 Considerações sobre o futuro

Ao conhecer Erivaldo Francisco, ficamos impressionados com sua forma de viver, manifesta em suas práticas da vida cotidiana: uma profunda relação com a agricultura, uma grande disciplina e dedicação nas atividades de trabalho no campo. Além disso, através de sua inserção no MST, foi possível uma construção de uma visão crítica das relações sociais, como também é um grande incentivador das lutas pelas questões identitárias e dos direitos da Comunidade Negros do Osso.



Foto nº 33- Erivaldo Francisco Leite da Silva, agricultor da Comunidade Negros do Osso.
Fonte: Silva, João Estevão da. - Agosto de 2018

Com relação ao trabalho na terra, Erivaldo Francisco transmite que trabalha com muita alegria na agricultura, apesar das dificuldades vivenciadas no campo. E relata, também, que o seu lazer é trabalhar no roçado. Contudo, ao ser perguntado sobre o futuro dos seus filhos, afirma:

Eu peço aos meus filhos que eles não sigam o meu exemplo de agricultor, peço que eles estudem para serem alguém na vida. Ser agricultor também cansa! Então, eu quero que eles estudem bastante para um dia ter alguma coisa através dos seus estudos. Erivaldo Francisco- Junho de 2018)

O relato do Senhor Erivaldo evidencia as dificuldades vivenciadas nas relações econômicas do homem do campo que produz no semiárido nordestino. Sua vida desde a infância se encontra interligada à uma relação com a enxada, a terra e a

natureza. E, mesmo sendo um homem com raízes na agricultura, coloca na educação a esperança de um futuro melhor para os seus filhos.



Foto n°34- Rodrigo Ferreira Leite, filho de Erivaldo Francisco Leite da Silva e aluno da Escola Negros do Osso. Fonte: Silva, João Estevão da. - Agosto de 2018.

Rodrigo Ferreira Leite, 17 anos de idade, filho do Senhor Erivaldo Francisco Leite, é estudante da escola Negros do Osso, cursando a sexta série do ensino fundamental. Vejamos seu relato:

A Escola é um lugar bom, tenho amigos, a gente joga bola juntos; os professores ensinam muita coisa, que eu sei que vai ser bom para o meu futuro. Também trabalho no roçado com o meu pai. E quando estou plantando milho, feijão, jerimum e vendo as plantas crescerem, eu acho que ficar no roçado é melhor do que na Escola. (Rodrigo Ferreira Leite- Junho de 2018)

O relato de Rodrigo aponta para uma necessidade de adequação da proposta pedagógica da Escola Negros do Osso, para que, juntamente com outros equipamentos públicos do Estado, possam viabilizar um projeto de Educação do Campo para a permanência dos jovens em suas Comunidades, identificados com suas raízes do campo.



Foto nº 35- Imagem de uma planta nativa do entorno da Comunidade Quilombola Negros do Osso.
Fonte: Silva, João Estevão da. - Agosto de 2018

A música “Para não dizer que não falei das flores”, retrata uma esperança de um processo pedagógico da Educação formal e informal, caminham em confluência para construir relações sociais da humanização entre os homens, aprender e ensinar. Eis o sentido da Educação para uma nova forma de viver a liberdade humana, para um desabrochar da justiça social, em um novo jeito de fazer um Brasil sem nenhum tipo de herança das amarras da escravidão.

“(...) Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Somos todos soldados, armados ou não
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais, braços dados ou não
Os amores na mente, as flores no chão
A certeza na frente, a história na mão
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Aprendendo e ensinando uma nova lição(...)
(Geraldo Vandré- Para não dizer que não falei das flores)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Negrinha garoto negro
sei que somos uma
prossequimos os mesmos
ao abandono de nossa orfandade
Assim juntos e sem nome
devemos continuar nosso sonho
nosso trabalho
reinventando as nossas letras
recompondo nossos nomes próprios
tecendo os laços firmes
nos quais
ao riso alegre do novo dia
enforcaremos os usurpadores de nossa infância
Para a infância negra
construiremos um mundo diferente
nutrido ao axé de Exu
ao amor infinito de Oxum
à compaixão de Obatalá
à espada justiceira de Ogum
Nesse mundo não haverá
trombadinhas
pivetes
pixotes
e capitães-de-areia.

Abdias do Nascimento

Este estudo buscou trazer a realidade de uma comunidade quilombola pernambucana, particularmente quanto ao lugar que sua escola ocupa para os sujeitos desta comunidade. A relação entre quilombo/comunidade quilombola e educação foi central na investigação, no sentido de evidenciar concepções, práticas pedagógicas e significados de membros da comunidade sobre a escola e suas possibilidades de relação com a comunidade, sua cultura e sua história.

Para Nabuco (2005), o fim da escravidão no Brasil só seria completa através de uma reforma agrária e do acesso à educação pelos negros recém libertos. A Comunidade Negros do Osso, sobretudo os sujeitos que a compõem e que foram investigados nesta pesquisa, revelaram essa mesma preocupação ao lutarem pelo reconhecimento formal da comunidade e por escola. Terra e educação, para esta comunidade, só vão se tornar realidade depois de 117 anos do pós-abolição, mais especificamente, no ano de 2005, através do reconhecimento público de uma Comunidade Quilombola, pela Fundação Palmares e, a partir desse momento, 17 famílias quilombolas conquistaram, em parceria com o Movimento sem Terra (MST), um lote de terra. Como vimos, a primeira reivindicação da Associação Negros do Osso, após o seu reconhecimento, foi a Escola Negros do Osso, implantada no ano de 2009.

Apesar dessas conquistas, encontramos uma situação de pobreza na Comunidade Negros do Osso. Tal pobreza dos negros da comunidade estudada tem relação com a própria história dos negros no Brasil, fruto das relações concretas e perversas da ausência de condições objetivas de oportunidades por parte do Estado brasileiro, faltando, principalmente, reforma agrária para todos os negros e camponeses do país e um projeto educacional que possibilite ao negro o acesso à educação formal e à práticas educativas em sintonia com as questões étnicas e culturais que lhe são próprias.

As práticas culturais da comunidade revelam uma relação com a terra e a natureza. Mesmo diante do sofrimento da vida no campo, pudemos observar na maioria dos agricultores o amor ao trabalho com a terra e com a natureza. Porém, é visível que a juventude da Comunidade Negros do Osso, vive um grande dilema entre ficar com suas raízes, trabalhando na agricultura, ou ir para a cidade em busca de um futuro com expectativas mais “promissoras”.

A nomeação de escola quilombola nos fundamentos que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação

Básica (BRASIL, 2012), possui um marco legal de conquista para valorização educacional com base na diversidade cultural do negro no Brasil. Contudo, o que verificamos na Escola Negros do Osso é que existem contradições entre o que está prescrito nas leis e o que, de fato, ocorre nas práticas pedagógicas que são realizadas, com um currículo tradicional que não corresponde às necessidades e especificidades de uma educação voltada para afirmação da cultura afro-brasileira e africana dando ênfase a inserção educacional e social do negro.

Como vimos, as conquistas sociais e educacionais são resultados de um conjunto de lutas dos negros e de diferentes segmentos sociais identificados com um projeto nacional de reparação aos danos morais e sociais que os negros sofreram com a escravidão e sua continuidade por meio da invisibilidade no pós-abolição. Cabe ressaltar que essas conquistas são marcas fundamentais para a construção de sujeitos autônomos pelo viés do direito e da formação educacional.

Nesse cenário de embates e lutas pela afirmação do negro por meio do direito à educação, encontramos um grande entrave por parte dos órgãos públicos na efetivação da legislação da política educacional para o negro, de forma planejada, coordenada, sistemática nos parâmetros da educação quilombola. Diante disso, sentimos a necessidade de uma política de formação que contemple todos os professores no âmbito da temática da cultura afro-brasileira e africana. Como também, é preciso uma regulamentação que institua mecanismos operacionais com prazos e metas para a efetividade da Lei nº 10.639/2003. Além disso, cabe ao Estado proporcionar as condições de recursos humanos e recursos materiais para a efetivação das Diretrizes Nacionais para a Educação Quilombola. São necessários investimentos adequados para o alcance do objetivo central, previsto nas políticas afirmativas para projetar a visibilidade do negro através da educação para a inclusão social com base no exercício pleno da cidadania.

No que se refere as práticas culturais na Comunidade Negros do Osso, a capoeira é utilizada como instrumento de integração social, visto que é vivenciada por maioria de participantes negros, estando aberta para participação de jovens de cor branca que moram na região da agrovila quilombola. Observamos, também, que a atividade da parteira Maria Francisca Macena caminha também na direção de práticas inter-raciais, uma vez que a mesma realiza partos de mulheres quilombolas e brancas.

Fazer essa pesquisa foi importante para compreender a relação entre educação, quilombo e cultura, sendo possível constatar um grande esforço por parte

dos professores para o cumprimento da legislação vigente em relação às comunidades e à escola quilombola. Porém, fica evidente que ainda não há por parte do Estado brasileiro a assunção de um projeto educacional para esse grupo que contemple todas as condições para que ele seja, de fato, o que a legislação prevê. Nesse sentido, é urgente a efetivação da Lei nº 10.369/2003, como também a implementação da Lei de Diretrizes Nacionais para as Escolas Quilombolas, entendidas como instrumentos capazes de qualificar as concepções e práticas educativas nas Escolas Quilombolas, no sentido de reconhecer e fazer valer a memória coletiva e cultural dos quilombolas nas práticas pedagógicas, através de um projeto político pedagógico com base na cultura afro-brasileira e africana, com ênfase na formação dos professores para a diversidade cultural.

A pesquisa realizada é motivo de alegria, e está se expressa nos significados verificados na comunidade quilombola investigada, que resiste e luta pela efetivação dos direitos garantidos ao ser humano, na nossa Carta Magna de 1988.

A continuação da invisibilidade dos negros no Brasil representa a permanência de uma punição, uma pena a ser cumprida como castigo pela conquista da liberdade da abolição da escravatura. Nesse sentido, as lutas do Movimento Negro e das Comunidades Quilombolas se constituíram na formação simbólica de novos quilombos da resistência contemporânea pelo direito constitucional de oportunidades iguais, sobretudo na afirmação do direito ao acesso à terra e à escolarização para toda população negra do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.W. **“Os quilombos e as novas etnias”** In: LEITÃO (org.) Direitos Territoriais Das Comunidades Negras Rurais. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1999.

AHLERT Alvorí. **Educação, Ética e Cidadania na obra de Martim Lutero: contribuições protestantes para a História da Educação numa aproximação com Paulo Freire.** História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 20, p. 101-114, set. 2006. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste.** 8º ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

ASSARÉ, Patativa do. **Cante lá que eu canto cá. Filosofia de um trovador nordestino.** Editora Vozes. Petrópolis. 1999.

ARCANJO, Juscélio Alves. **Negros do Osso: resistência negra no Agreste Pernambucano.** Garanhuns-PE, 2004. Curso de especialização “lato- sensu” em programação do ensino de História.

ARCANJO, Juscélio Alves. **“Terras de Preto” em Pernambuco: Negros do Osso- Etnogênese Quilombola.** Salvador-BA, 2008. Programa multidisciplinar de Pós-Graduação em estudos étnicos e africanos.

Associação Brasileira de Antropologia. ABA. **Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais.** Rio de Janeiro: 1994, p.81-82. Disponível em: <http://www.abant.org.br/?code=2.39>.

ARRUTI, José Maurício. **Quilombos.** “Quilombos”. In: raça: Perspectivas Antropológicas. (Org. Osmundo Pinho). ABA/ Ed. Unicamp/ EDUFBA. 2008.

ARRUTI, José Maurício.

BELLOTTI, Karina K. VALÉRIO Mairon Escorsi. **O Culto a santos Católicos e a Escravidão Africana na Bahia Colonial**. Revistas Aulas. N. 4- abril 2007/ julho 2007.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. **As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político**. Mana vol. 12. N. 1. Rio de Janeiro. Apr:2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 12º Ed.- Editora Brasiliense, 1981.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, 1977.

BAKHTIN, Mikhail. (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12 Ed, São Paulo: Hucitec, 2006.

CASTAÑEDA, Luzia Aurelia. **Eugênia e casamento**. História, Ciência, Saúde. Vol. 10(3): 901-30, set-dez. 2003.

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Estudos Avançados 15 (43). 2001.

CARNEIRO, João Luiz. **Religiões afro-brasileiras. Uma construção teológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CASTILHO, Suely Dulce de. CARVALHO, Francisca Edilza Barbosa de Andrade. **Educação e quilombo: delineamento dos estudos brasileiros**. Quaestio, Sorocaba, SP, v. 17, n 2, p.353-369, nov. 2015.

CARNEIRO, Maria José. **O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais**. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da et AL. (Org.) Mundo Real e Político. Rio de Janeiro, Ed. Campus/ Pronex, 1998. P. 95-117.

CONDORCET, Jean Antonio Nicolas de Caritat. **Cinco memórias sobre La intrucción pública y otros escritos**. Madrid: Ediciones Morata, 2001.

Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art.68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: Presidência da República, 21 nov. 2003.

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Quilombola. Brasil, 2012.

FILHO, Tarcísio Henriques. **Quilombola. A legislação e o processo de construção de identidade de um grupo social negro.** Revista de Informação Legislativa. Brasília. A. 48 n. 192 out./dez. 2011.

FONTINELE, Delanne Cristina Souza de Sena. **Doenças genéticas e inclusão escolar no estado do rio Grande do Norte.** Revista Humano Ser- UNIFACEX, Natal-RN, v.I, p. 115-130, 2015.

FERREIRA Augusta Eulália. CASTILHO Suely Dulce de. **REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA.** Revista de Pesquisa em Políticas Públicas. Edição nº03- agosto de 2014.

FREIRE, Paulo; FREIRE. A.M.A. **Pedagogia dos sonhos possíveis.** Ed. UNESP. 2001 a. Coleção Educação e mudança vol.1.9ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 29ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade.** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FREITAS, Decio. República de Palmares. EDUFAL. Alagoas, 2004.

FREITAS Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos.** 2. Ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanista, 2006.

FURTADO Maecella Brasil; PEDROZA Regina Lúcia Sucupira, ALVES Cândida Beatriz. **Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural.** Psicologia & Sociedade. 26. Universidade de Brasília, Brasília/DF, Brasil. 2014.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** 1º ed., 13 reimp.- Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GORENDER, Jacob, 1923- **Brasil em preto & branco: o passado escravista que não passou/** Jacob Gorender; (Coordenador Lourenço Dantas Mota)- São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

GREEN, Judith; DIXON, Carol e ZAHARLICK, Amy. **A etnografia como uma lógica de investigação.** Educação em revista, belo horizonte, n. 42, p. 13-79, dezembro 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HEGEL, G.W. Friedrich. **Filosofia da História.** Brasília, Editora da UnB, 1999.

Instrução Normativa nº 57. Brasil, 20 de outubro de 2009.

Inquérito Civil nº 1.26.002.000005/2010-31- Garanhuns-PE, 04 de fevereiro de 2015.

IBGE- **Censo 2010.** Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>

KANT, Emmanuel. **Observações sobre o sentimento do belo e do sublime.** Campinas, Papirus, 1993.

LAGE, Allene C. **Orientações Epistemológicas para Pesquisa Qualitativa em Educação e Movimentos Sociais.** In: IV Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares: diferenças nas políticas de currículo. João Pessoa: UFPB, 2009. V.1. p. 1-18. Disponível em:

<http://www.geppc.org.br/sites/default/files/uploads/evento/191/anais/gt20.pdf> Acesso em: 8 jan. 2016.

LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. - Brasília: Senado Federal, (Brasil-1996) Coordenação de edições Técnicas, 2017. 58 p.

Letra da música **Para não dizer que não falei das flores**- Geraldo Vandré.

Disponível: <https://www.letras.mus.br/geraldo-vandre/286787/>

LÜDKE, M; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

MINAYO, M^a Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 13^a ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTEIRO, Yara Nogueira. **Congregação Cristã no Brasil: da fundação ao centenário- a trajetória de uma Igreja brasileira.** Estudos de Religião, v. 24, n.39, 122-163, jul./ dez. 2010.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão negra no Brasil**- EDUSP. 2004.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro Brasileiro.** Editora Ática: São Paulo, 1988.

MOURA, Clóvis. (Organizador) **Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil.**- Maceió: EDUFAL, 2001.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue: história do pensamento racial.** - São Paulo: Contexto, 2009.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott.** Raízes, Campina Grande, vol. 21, n° 01, p.32-44, jan./jun. 2002.

MARCONI Marina de Andrade. LAKATOS Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6°. ed. -6.reimpr.- São Paulo: Atlas 2008.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 6° Ed., 1° reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2010.

MONTEIRO, Yara Nogueira. **Congregação Cristã no Brasil: da fundação ao centenário- a trajetória de uma Igreja brasileira**. Estudos de Religião, v. 24, n.39, 122-163, jul./dez. 2010.

MUNANGA, Kabengele. GOMES Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. - 2 ed.- São Paulo: Global, 2016.

NASCIMENTO. Abdias. Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico cultural da população afro-brasileira. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.) **Afrocentricidade uma abordagem epistemológica inovadora**. Sankofa. Matrizes africanas da cultura brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NABUCO, Joaquim. **Campanha Abolicionista no Recife. (Eleições de 1884)**. Edição do Senado Federal- Vol. 59. Brasília- 2005.

NABUCO, Joaquim. **Discursos Parlamentares**. Introdução de Gilberto Freyre. 2° Ed. ampliada- Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

OLIVEIRA, Fátima. **Ser negro no Brasil: alcances e limites**. Scielo. 2004. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/ea/v18n50/a06v1850.pdf>

OLIVEIRA, P. de S. **O que é brinquedo**. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

OLIVEIRA MENDES, Luiz Antonio de. **Memória a respeito dos escravos e tráfico de escravos entre a costa d' África e do Brasil (1812)**. Revista Latino americana de psicopatologia fundamental, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 362-76, jun. 2007.

PONTES, Daniel Lucas Ribeiro. GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **Resistência Camponesa: Duas Abordagens Para Um Conceito**. Raízes, V.36, n1, jan-jun/2016.

Poesias africanas-Angola- Agostinho Neto- www.antoniomiranda.com.br

“Quilombos”. In: **Raça: Perspectivas Antropológicas**. [org. Osmundo Pinho]. ABA/ Ed. Unicamp/EDUFBA.

REIS, Maria da Conceição dos. SILVA, Auxiliadora Maria Martins da. **A LEI 10.639/2003 NAS ESCOLAS PERNAMBUCANAS: POLÍTICAS E PRÁTICAS CURRICULARES PARA SUA IMPLANTAÇÃO**. 37° Reunião Nacional da ANPEd- 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC- Florianópolis.

Reis, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5° ed.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

Resolução CNE/CEB n.8, de 20 de novembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 21 nov. 2012. Seção 1, p. 26.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial do Brasil- 1870-1930/** Lilia Moritz Schwarcz- São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SAVIANI, Dermeval. **História da ideias pedagógicas no Brasil**. 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. - (Coleção Memória da educação)

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Constitucional Ambiental: estudos sobre a Constituição, os Direitos Fundamentais e a proteção do ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; PINTO, Eliane Aparecida Toledo; CHIRINÉA, Andréia Melanda. **A Lei nº 10.639/03 e o Epistemicídio: relações e embates**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v.43, n. 3, p. 949-967, jul./set. 2018.

SANTIAGO Eliete, SILVA Delma, SILVA Claudilene. **Educação, escolarização e identidade negra: 10 anos de pesquisa sobre relações raciais no PPGE/UFPE/** Organizador Eliete Santiago, Delma Silva, Claudilene Silva. - Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

SJ, Geraldo de Mori. **Transição: Articulação sistemática da AT à luz de algumas teses sobre o Ser humano.** Antropologia Teológica/2017. Departamento de Teologia-FAJE Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. 2017.

SCOTT, James. **Formas cotidianas da resistência camponesa.** Raízes, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América.** Belo Horizonte, Editora Itatiaia / São Paulo, Editora da USP, 1977.

WANDERLEY, L.E.W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: CASTEL, R.; WANDERLEY, L.E.W; BELFIORE-WANDERLEY, M. Desigualdade e a questão social. 2. Ed. São Paulo: educ, 2000. P. 51-161.

Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil (Decreto número 847, de 11 de outubro de 1890) Disponível em: <https://capoeiraocec.webnode.com.br/a-arte-capoeira/lei%20de%20proibi%C3%A7%C3%A3o%20da%20capoeira/>.

Lei de 15 de outubro de 1827. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html.

DECRETO Nº 1.331-A, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1854. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>.

PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>.

APÊNDICE

Roteiro de entrevista

Pessoas da Comunidade

4 pessoas

(Dois homens e duas mulheres com idades variadas: dois mais velhos e dois mais jovens, pegar uma pessoa que é funcionária da Escola)

Nome

Idade

Lugar de nascimento

Tempo que mora na comunidade

Trabalha na escola?

1. Você já estudou, tem filhos ou parentes que estudaram ou estuda na escola?
2. Como a escola é conhecida e chamada pelas pessoas da comunidade?
3. Para você, qual o significado da conquista dessa escola para a comunidade?
4. Você conhece como os professores trabalham com os alunos da escola?
 - 4.1. Se sim, fale um pouco do que você sabe.
5. O que você acha que deve ser trabalhado em termos de conteúdos na escola?
Acha que tem que ter assuntos que tratem de questões ligadas à história dos negros, sua cultura...?
6. Você participa ou já participou de alguma atividade na escola?
7. Como você imagina ou deseja que essa escola deveria ser?
8. Qual ou quais o ponto ou os pontos “fortes” e “fracos” da escola?
9. Quer dizer algo mais?

Roteiro de entrevista

Professores da Escola

3 pessoas (um da Educação Infantil, um do Fundamental [negra] e um do Médio/EJA [Romero])

Nome

Idade

Lugar de nascimento

Residente ou não na comunidade

Formação

Tempo de atuação na escola

Em que ano (s) leciona na escola

- 1) Qual é a proposta pedagógica que atualmente é desenvolvida na escola?
- 2) Como estão organizadas, no currículo, as disciplinas que trabalham ou discutem a cultura quilombola, afro-brasileira e africana? E as demais disciplinas?
- 3) Qual é o seu conhecimento sobre a Lei n° 10.369/2003?
- 4) Quais as práticas educativas desenvolvidas na escola para afirmação da questão étnico-racial?
- 5) Que avanços ou dificuldades você percebe no que tange à formação continuada na direção da valorização da cultura negra?
- 6) Que materiais didáticos são utilizados na escola?
- 7) Fale sobre autores que norteiam sua prática pedagógica.
- 8) Como são trabalhados a história e os valores culturais da Comunidade Negros do Osso na Escola?
- 9) A comunidade participa das atividades da escola? Em que ela participa? Ela é convidada a participar?
- 10) Como você imagina ou deseja que essa escola deveria ser?
- 11) Qual ou quais o ponto ou os pontos “fortes” e “fracos” da escola?
- 12) Quer dizer algo mais?

Roteiro de entrevista

Alunos da Escola

3 pessoas (EJA, considerar que tenham mulheres e homens, negros e brancos)

Nome

Idade

Lugar de nascimento

Residente ou não na comunidade

Formação

Tempo que estuda na escola

Ano que estuda

Fale sobre sua vida aqui na comunidade (o que faz? O que gosta? O que não gosta?...)

1. O que você pensa da existência dessa escola na comunidade? Você participou ou acompanhou a conquista dela? Se sim, fale sobre como isso aconteceu.
2. Você gosta da proposta pedagógica (conteúdos, atividades, práticas dentro e fora de aula...) dessa escola?
3. Os conteúdos que são trabalhados envolvem temáticas como cultura quilombola, afro-brasileira e africana e a história dessa comunidade?
4. O que você acha que a escola deveria trabalhar no dia a dia, em termos de conteúdos e de práticas, que se aproximassem mais da realidade da comunidade e da cultura quilombola de um modo geral?
5. Você acha que a sua vida, o modo como você vive, está contemplada/o no dia a dia dessa escola?
6. Como você imagina ou deseja que essa escola deveria ser?
7. O que você espera do seu futuro? Você acha que essa escola pode contribuir ou tem contribuído com ele? Por quê?
8. Qual ou quais o ponto ou os pontos “fortes” e “fracos” da escola?
9. Quer dizer algo mais?

simec.mec.gov.br/par/par.php?modulo=principal/teladeassinatura&acao=A&dopid=96337



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 22590

EXTRATO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS – PAR				
IDENTIFICAÇÃO DO ENTE BENEFICIÁRIO				
01 - PROGRAMA(S) PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS			02 - EXERCÍCIO 2013	
03 - Nº PROCESSO 23400017199201321				
04 - NOME DA PREFEITURA			05 - N.º DO CNPJ	
06 - ENDEREÇO		07 - MUNICÍPIO	08 - UF	
IDENTIFICAÇÃO DO(A) PREFEITO(A)				
09 - NOME MARIA JOSÉ CASTRO TENÓRIO			10 - CPF 008.093.314-97	
IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DAS AÇÕES FINANCIADAS				
SUBAÇÃO	Ações(NOME DA OBRA)	TIPO OBRA	METAS QUANTITATIVAS	VALOR(R\$)
4.2.10.6	QUILOMBOLA	ESCOLA 04 SALAS - PROJETO FNDE	1	R\$ 827.893,48
TOTAL GERAL				R\$ 827.893,48
11 – LOCALIZAÇÃO				
NOME DA OBRA		ENDEREÇO		
QUILOMBOLA		BAIRRO: SERRA DAS CRUZES , LOGRADOURO: VIA LOCAL, CIDADE: PESQUEIRA.		
12 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO				
Mês INICIAL: 01/2014		Mês FINAL: 30/10/2017		

Reprogramação EX OFFÍCIO em virtude da necessidade de adequação do prazo de contratação e entrega de itens previstos neste documento.

As demais cláusulas permanecem inalteradas

VALIDAÇÃO ELETRÔNICA DO DOCUMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PESQUEIRA

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

CERTIFICADO DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO

Certifico que o contribuinte abaixo está em situação regular conforme competência ANO 2009



ALVARÁ

DE LICENÇA

AUTORIZAMOS A DEVIDA LICENÇA DE FUNCIONAMENTO

Para: Localização e Funcionamento.
Nome Empresarial: Escola Municipal Negro do Osso.
Nome de Fantasia: _____
Endereço: Sítio Negro do Osso - Pesqueira - PE.

Atividade Principal: Escola Pública Municipal.
Código: 54074-5
Atividade Secundária: * * * * *
Código: * * * * *
Inscrição Municipal N°.: CMC - 17.487-5
Inscrição no CNPJ e ou CPF n°.: 10.264.406/0001-35
Restrições: _____

(Válido só o Original - Colocar em Local Visível)

Data: 04 / 05 / 2009

Validade: 31 / 12 / 2009

Emitido em: 04 / 05 / 2009

[Handwritten Signature]
Chefe da Divisão Fazendária
Tony Joan de Lira

Aux. Adm.ativa



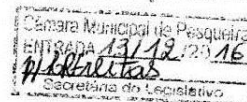
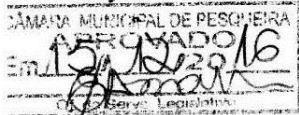
Câmara Municipal de Pesqueira

"Casa Anísio Galvão"

- Pernambuco -

3.203/16

Projeto de Lei nº 020/2016 do Legislativo



Ementa: Denomina a Escola Municipal da Comunidade Quilombola Negro do Osso, de Escola Municipal Governador Eduardo Campos, e dá outras providências.

O vereador Sebastião Leite da Silva Neto, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Municipal, vem submeter ao plenário a apreciação do seguinte projeto de lei:

Art. 1º - Fica denominada a Escola Municipal da Comunidade Quilombola Negro do Osso de Escola Municipal Governador Eduardo Campos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor da data de sua publicação.

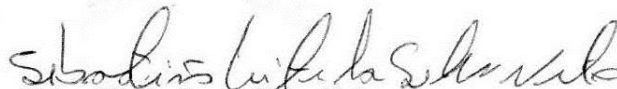
JUSTIFICATIVA

O senhor Eduardo Henrique Acioly Campos governou o Estado de Pernambuco por dois mandatos, além de ter exercido mandatos de Deputado Federal e Ministro de Estado. Sua trajetória política foi marcada por diversos avanços em diferentes áreas, com destaque especial para a Educação.

Durante suas duas gestões a frente do Governo Estadual dedicou esforços no sentido de implementar um ensino integral de qualidade, meritocracia da rede estadual de ensino, concessão de bolsas de estudo e intercâmbio. Obtendo assim, o reconhecimento do Ministério da Educação de melhor ensino médio do país.

Ademais, em vida demonstrou grande sensibilidade com o Município de Pesqueira, e desta forma, apoio a reforma de escolas, implantação da usina de biodiesel e demais ações que o tornou um cidadão querido e administrado pelos municípios, sendo por tanto uma justa homenagem a este brilhante homem público.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Pesqueira, aos 15 de dezembro de 2016.


Sebastião Leite da Silva Neto
Vereador



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
 HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ALCIDES CARNEIRO
 Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos - CEP
 Rua: Dr. Carlos Chagas, s/ n, São José. CEP: 58107 – 670.
 Tel: 2101 – 5545, E-mail: cep@huac.ufcg.edu.br.



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PROPOSTA PEDAGÓGICA DE UMA ESCOLA SITUADA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA NEGROS DO OSSO, EM PESQUEIRA-PE.

Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.

Eu, _____, profissão
 _____, Residente e domiciliado na _____
 _____, portador da Cédula de identidade, RG _____ e inscrito
 no CPF _____, nascido(a) em ___ / ___ / ___, abaixo assinado(a), concordo de livre e
 espontânea vontade em participar como voluntário(a) do estudo **PROPOSTA PEDAGÓGICA DE UMA
 ESCOLA SITUADA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA NEGROS DO OSSO, EM PESQUEIRA-PE.**

(_____) Declaro que obtive todas as informações necessárias,
 bem como a promessa dos esclarecimentos às dúvidas, por mim apresentadas durante o decorrer
 da pesquisa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
 HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ALCIDES CARNEIRO
 Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos - CEP
 Rua: Dr. Carlos Chagas, s/ n, São José. CEP: 58107 – 670.
 Tel: 2101 – 5545, E-mail: cep@huac.ufcg.edu.br.



Estou ciente que:

- I) O estudo se faz necessário para que se possam analisar a proposta pedagógica de uma Escola situada na comunidade Quilombola Negros do Osso no município de Pesqueira-PE, e a questão étnico-racial.
- II) Objetivos específicos:
 - ✓ Verificar, em documentos que fundamentam a proposta pedagógica da escola (planos de ensino dos professores, documentos fundadores da escola, documento que expressa o currículo...) se existem referências à cultura quilombola ou afro-brasileira;
 - ✓ Observar se, em práticas educativas livres (brincadeiras, jogos...) existentes na escola, há práticas relacionadas à cultura quilombola ou afro-brasileira;
 - ✓ Conhecer as concepções de professores sobre a proposta pedagógica realizada na escola na relação com a cultura quilombola ou afro-brasileira.
- III) Benefícios:
 - ✓ Contribuição com uma pesquisa na área de educação;
 - ✓ Reflexão sobre a prática pedagógica;
 - ✓ Reflexão para o fortalecimento da questão étnico-racial.
- IV) Possíveis desconfortos resultantes da participação da pesquisa:
 - ✓ Conceder uma entrevista gravada em áudio;
 - ✓ Possibilitar que as aulas sejam observadas;
 - ✓ Repassar sua concepção de mundo sobre os conteúdos trabalhados em sala de aula.
- V) Tenho a liberdade de desistir, ou de interromper a colaboração nesse estudo, no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação.
- VI) A desistência não causará nenhum prejuízo seja ele financeiro, moral ou de qualquer outra natureza.
- VII) Os resultados obtidos durante este ensaio serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em publicações científicas, desde que meus dados pessoais não sejam mencionados;



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
 HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ALCIDES CARNEIRO
 Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos - CEP
 Rua: Dr. Carlos Chagas, s/ n, São José. CEP: 58107 – 670.
 Tel: 2101 – 5545, E-mail: cep@huac.ufcg.edu.br.



VIII) Caso deseje, poderei pessoalmente tomar conhecimento dos resultados, ao final desta pesquisa. Estou ciente que receberei uma via deste termo de consentimento;

() Desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

() Não desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

IX) Caso me sinta prejudicado (a) por participar desta pesquisa, poderei recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos – CEP, do Hospital Universitário Alcides Carneiro - HUAC, situado a Rua: Dr. Carlos Chagas, s/ n, São José, CEP: 58401 – 490, Campina Grande-PB, Tel: 2101 – 5545, E-mail: cep@huac.ufcg.edu.br; ao Conselho Regional de Medicina da Paraíba e à Delegacia Regional de Campina Grande.

Campina Grande - PB, ____ de ____ de 2017.

Testemunha 1 : _____
 Nome / RG / Telefone

Testemunha 2 : _____
 Nome / RG / Telefone

Responsável pelo Projeto:

 João Estevão da Silva (Aluno do Mestrado Acadêmico em Educação-PPGED/UFCG)
 Rg: 2.783.515 SDS-PE

Telefone para contato e endereço profissional: (87) 3835.3765 - AUTARQUIA EDUCACIONAL
 DO BELO JARDIM - Rodovia – PE 166, km 5, Belo Jardim – PE – C.P. 99 – CEP: 55150-000